

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

BRUNO MAGNO

**SEGUNDA GUERRA SINO-JAPONESA:
GÊNESE DE UM MODO ASIÁTICO DE FAZER A GUERRA?**

Porto Alegre

2015

BRUNO MAGNO

**SEGUNDA GUERRA SINO-JAPONESA:
GÊNESE DE UM MODO ASIÁTICO DE FAZER A GUERRA?**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

Porto Alegre

2015

BRUNO MAGNO

**SEGUNDA GUERRA SINO-JAPONESA:
GÊNESE DE UM MODO ASIÁTICO DE FAZER A GUERRA?**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

Aprovado em: Porto Alegre, ____ de julho de 2015.

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins (orientador) — UFRGS

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik — UFRGS

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira-Ribeiro — UFRGS

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a União Federal que, por intermédio da UFRGS e do corpo docente do curso de Relações Internacionais, proporcionou-me uma formação voltada à cidadania e à defesa do interesse nacional.

Agradeço também ao Professor José Miguel Quedi Martins, meu orientador, pelo apoio incondicional e por ter me ensinado o sentido da vida pública.

Aos amigos e colegas que auxiliaram no debate, pesquisa, formulação e revisão, sem os quais este trabalho não seria possível: Athos Munhoz Moreira da Silva, Bruno Gomes Guimarães, Gustavo Feddersen, Humberto Genehr Carvalho, João Gabriel Burmann da Costa, João Rodrigues Chiarelli, Laís Trizotto, Lucas Kerr de Oliveira, Melissa Shen Lee, Elisa Eichner, Rômulo Barizon Pitt, Osvaldo Pereira e Vinícius Lanzarini. A eles os meus mais sinceros agradecimentos.

Também gostaria de agradecer à atividade de extensão da Oficina de Estudos Estratégicos, seus participantes e organizadores por propiciar um espaço aberto ao debate, ao trabalho coletivo e a autonomia intelectual.

Aos Professores Marco Cepik e Luiz Dario Ribeiro, por cederem o seu tempo e gentilmente se disporem a avaliar meu trabalho.

E, por fim, mas não menos importante, a minha família, Liliane Magno, Lucas Hirsch e Neuza Magno, por me fornecerem a base que permitiu, sempre que possível, me dedicar integralmente às atividades de pesquisa, ensino e extensão da Universidade.

RESUMO

Este trabalho trata da 2ª Guerra Sino-Japonesa e sua relação com a Política Externa e de Segurança de seus beligerantes nos dias de hoje. Para atingir esse objetivo o trabalho lida com três hipóteses: (1) a guerra foi resultado de uma confluência da arquitetura regional do SI no entre guerras e das tentativas autóctones de superar as dificuldades de modernização; (2) há um “modo asiático de se fazer a guerra”, oriundo da primeira etapa da Guerra Civil Chinesa (1927–1937) e da própria 2ª Guerra Sino-Japonesa, que se disseminou pelo continente e influencia a EOD de diversos países asiáticos até os dias de hoje; e (3) o insucesso do cumprimento dos objetivos estratégicos da guerra por parte dos beligerantes de ambos os lados, tornou a 2ª Guerra Sino-Japonesa uma guerra inconclusa. Para cumprir esses objetivos o trabalho estrutura-se em três capítulos: (I) Contexto Histórico e Antecedentes; (II) A Batalha de Changsha (1939) e (III) Os aliados juntam-se à guerra, 1941–1945. O primeiro capítulo explora a relação entre o processo de modernização de Japão e China e os fatores que causaram a conflagração entre os dois países. O segundo capítulo busca, a partir de um estudo de caso da esfera operacional da guerra, no caso da Primeira Batalha de Changsha (1939), investigar possíveis elementos que possam constituir um “Modo Asiático de Fazer a Guerra”. Por fim, no terceiro capítulo, analisa-se a entrada do conflito na II Guerra Mundial e busca-se estabelecer o percurso que levou os beligerantes a não cumprirem seus objetivos estratégicos e as implicações destes eventos na PES de Japão e China nos dias de hoje. À guisa de conclusão, analisam-se os resultados da pesquisa através do prisma da dicotomia do processo ocidentalização/modernização, utilizando-se de categorias de Samuel Huntington (2010) e Robert Dahl (1997). Por fim, procura-se indicar uma possível agenda de trabalho futura para a continuidade da pesquisa.

Palavras-chave: Guerra Sino-Japonesa. Leste da Ásia. Japão. China. Segunda Guerra Mundial.

ABSTRACT

This paper deals with the 2nd Sino-Japanese War and its relationship with the today's belligerent's Foreign and Security Policy (FSP). To achieve this goal the work deals with three hypothesis: (1) The war was the result of a confluence between the inter-war's period International Regional System and indigenous attempts to overcome the difficulties of modernization; (2) There is an "Asian way of making war", arising from the first phase of the Chinese Civil War (1927–1937) and the 2nd Sino-Japanese War, which spread across the continent and influence the SOD (Strategy, Operations and Doctrine) of several Asian countries. And (3) the failure of compliance with the strategic war objectives of the belligerents of, on both sides, makes the 2nd Sino-Japanese War an inconclusive war. To fulfill these objectives the research is structured in three chapters: (i) Historical Background and Context; (ii) The Battle of Changsha (1939); and (iii) The Allies Join the War: 1941-1945. The first one explores the relationship between the modernization process of Japan and China and the factors that had caused the conflagration between the two countries. In the following, seeks to investigate the possible elements which might constitute an "Asian Way of Making War", starting from a case study of the operational sphere of war, specifically the First Battle of Changsha (1939). At last, the third chapter, analyzes the conflict's entry into the Second World War and seeks to establish the path that led the warring parties to don't comply its strategic objectives and the implications of these events in the nowadays China's and Japan FSD. In conclusion, analyze the research outcomes through the prism of dichotomy between the westernization process and modernization, using concepts established by Samuel Huntington (2010) and Robert Dahl (1997). Finally, looks for indicate a potential agenda for continuing research.

Keywords: Sino-Japanese War. East Asia. Japan. China. World War II.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A2/AD	—	Negação de Área e Acesso
ABDACOM	—	<i>American-British-Dutch-Australian Command</i>
ADB	—	Banco de Desenvolvimento da Ásia
AIIB	—	Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura
ALB	—	<i>AirLand Battle</i>
ASB	—	<i>AirSea Battle</i>
CDE	—	Centro de Decisão Energético
Cia.	—	Companhia
CSIS	—	Center for Strategic and International Studies
DPP	—	Partido Democrático Progressista
ECFA	—	Acordo Quadro de Cooperação Econômica
EMP	—	Pulso eletromagnético
EOD	—	Estratégia, Operações e Doutrina
EUA	—	Estados Unidos da América
FMI	—	Fundo Monetário Internacional
Gen.	—	General
GMD	—	Guomintang
GSJ	—	Guerra Sino-Japonesa
JDAM	—	Munição Combinada de Ataque Direto
JSTARS	—	Sistema Combinado de Radar de Aquisição de Alvo
JTIDS	—	Sistema Combinado de Distribuição de Dados Táticos
MOFA	—	Ministério das Relações Exteriores do Japão
NIA/D3	—	<i>Network Integrated, Attack-in-Depth, to Disrupt, Destroy, and Defeat</i>
OB	—	Ordem de Batalha
ONU	—	Organização das Nações Unidas
Osc	—	<i>Offshore Control</i>
PACOM	—	Comando do Pacífico
PCCh	—	Partido Comunista da China
PES	—	Política Externa e de Segurança
PGM	—	Munição Guiada de Precisão
QGI	—	Quartel General Imperial
SEAD	—	<i>Suppression of Enemy Air Defense</i>

SI	—	Sistema Internacional
SLOC	—	<i>Sea Lines of Communication</i>
TPP	—	Parceria Trans-Pacífico
URSS	—	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USMC	—	Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	Níveis do Planejamento de Guerra.....	12
1.2	O Modo Asiático de Fazer a Guerra	13
2	CONTEXTO HISTÓRICO E ANTECEDENTES	17
2.1	Da abertura do Leste Asiático à consolidação do Japão como grande potência	20
2.2	O Sistema Internacional do entre guerras	31
2.3	O caminho para a guerra.....	37
2.4	Conclusões do capítulo.....	45
3	A BATALHA DE CHANGSHA (1939).....	47
3.1	Changsha e o Nível Estratégico	47
3.2	Changsha e o Nível Operacional	51
3.3	Changsha: Capacidade de Combate e o Nível da Tática.....	57
3.4	Changsha: Guerra Nuclear e Espacial.....	65
3.5	Conclusões do Capítulo.....	71
4	OS ALIADOS JUNTAM-SE À GUERRA, 1941–1945.....	75
4.1	Bloqueio à China e a ofensiva à Zona de Recursos Sul	75
4.2	Pearl Harbor e Midway: equívoco estratégico e operacional.....	79
4.3	Aliança China, EUA e Reino Unido e o fim da guerra	88
4.4	Implicações Hodiernas da Segunda Guerra Sino-Japonesa.....	98
4.5	Conclusões do capítulo.....	103
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
	REFERÊNCIAS.....	113
	ANEXO A — Mapa de campanhas e batalhas da Segunda Guerra Sino-Japonesa	121
	ANEXO B — Tabela de conversão nomes chinês padrão Pinyin–Wade-Giles.....	123

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho retrata uma tentativa de estudo a cerca do papel da 2ª Guerra Sino-Japonesa (2ª GSJ) na atual Política Externa e de Segurança (PES) dos seus dois principais protagonistas e, por decorrência, do leste asiático e dos Estados Unidos da América (EUA).

Além do objetivo principal, enunciado acima, o trabalho possui três objetivos secundários: (1) a partir da análise destes eventos, buscar indícios da relação entre o processo de Revolução Nacional destes dois países e a deflagração da guerra; (2) discutir o papel 2ª GSJ na construção de um “modo asiático de fazer a guerra”; e (3) verificar quais os elementos que levaram os principais beligerantes a não cumprirem seus objetivos estratégicos durante a guerra.

Assim a hipótese principal, é a de que a 2ª GSJ ainda influencia a PES da região. Além disso, adotaram-se como hipóteses secundárias: (1) a guerra foi resultado de uma confluência da arquitetura regional do Sistema Internacional (SI) no entre guerras e das tentativas autóctones de superar as dificuldades de modernização; (2) há um “modo asiático de se fazer a guerra”, cujo contorno inicial pode ser observado na primeira guerra civil entre nacionalistas e comunistas chineses (1927–1937) e que, por intermédio da 2ª GSJ, disseminou-se entre os beligerantes difundindo-se, inclusive, a outros países da região (Coreia e Vietnã); e (3) o insucesso do cumprimento dos objetivos estratégicos da guerra por parte dos beligerantes de ambos os lados tornou a 2ª GSJ uma guerra inconclusa.

Para análise do problema proposto adotou-se um modelo analítico baseado em três níveis, que perpassam todos os capítulos: (a) Economia, (b) Instituições e (c) Segurança/Defesa. Os três níveis dizem respeito à formulação da Política Externa e de Segurança dos Estados, tanto em tempos de paz, quanto em tempos de guerra. Em tempos de paz o modo como se correlacionam estes três níveis podem dar origem a uma conflagração, enquanto em um período de guerra esta correlação dará origem às instituições do período posterior ao conflito. Este modelo analítico é uma operacionalização dos modelos adotados por Vizontini em a Grande Crise (1992) e por Martins em Estudos de Caso de Política Externa e de Segurança (2013). Em Vizontini, a análise do Sistema Internacional do imediato pós-guerra fria é realizada a partir de três níveis: (a) o declínio relativo da economia americana; (b) o contexto mundial marcado pela multilateralização e (c) a capacidade militar estadunidense (VIZENTINI, 1992, p. 13) que, no caso do presente trabalho, representam os três níveis supracitados, economia; instituições e segurança/defesa. Em Martins, estes três níveis de análise são utilizados em estudos de caso de países selecionados para a construção

de cenários em análises de conjuntura e de Política Externa e de Segurança. Dessa forma, espera-se que este modelo analítico possa jogar luz ao processo que culminou na 2ª Guerra Sino-japonesa, uma conflagração pouco analisada (principalmente no Brasil), e de seu impacto na formulação da Política Externa e de Segurança hodierna de seus principais beligerantes.

No que diz respeito ao processo de modernização e construção do Estado e sua relação com a conflagração adotou-se o entendimento de Celso Furtado para a Revolução Nacional. Para Furtado (1962), Revolução Nacional significa a “conquista do Centro de Decisão”. Trata-se de três movimentos simultâneos e complementares. (1) absorção da produção dos “centros dinâmicos” pelo “núcleo de mercado interno” (FURTADO, 1962, p. 109). (2) “a transferência, para o próprio território nacional, do centro principal de decisões relacionadas com a vida econômica do país” (FURTADO, 1962, p. 110). Como exemplos de polos dinâmicos tem-se a borracha, o café, o açúcar e diversos outros produtos primários oriundos das várias regiões do país, que antes constituíam-se em “ilhas econômicas ligadas diretamente aos mercados externos para um sistema nacional progressivamente integrado” (FURTADO, 1962, p. 110). Por sua vez, o centro de decisão econômica consiste na entronização de tecnologias “tais como a siderurgia e a indústria petrolífera” (FURTADO, 1962, p. 112). Por fim, a conjugação dos centros dinâmicos com o centro de decisão econômica, operados por intermédio do mercado interno (produtos processados pela indústria e absorvidos pela população) permite: (3) a “endogeneidade” que não é outra coisa senão a faculdade que possui uma comunidade humana de ordenar o processo acumulativo em função de prioridades por ela mesma definidas” (FURTADO, 1984, p. 108). Neste último Furtado – escrito vinte e dois anos depois do primeiro, há uma visível decepção com a noção de centro de decisão associada apenas à técnica e uma elevação da noção de autodeterminação ao processo de desenvolvimento compreendido também em sua dimensão humana. Desse modo adotou-se uma operacionalização do conceito de Centro de Decisão Econômica de Furtado, no primeiro capítulo procurou-se condensá-lo na conjunção de três elementos: indústria/burguesia nacional, energia e exército nacional.

Concomitantemente, ao relacionar-se a revolução nacional e a 2ª GSJ procurou-se adotar a perspectiva das três imagens de Waltz em *o Homem, o Estado e a Guerra* (2004). Enquanto se utilizou de Furtado para realizar a análise da segunda imagem, ou seja, a estrutura do Estado (WALTZ, 2004, p. 17), se utilizou a terceira imagem de Waltz, o sistema de Estados (WALTZ, 2004, p. 17), para sustentar a hipótese de que a guerra não foi um resultado direto do processo de modernização, mas sim da confluência desse processo com o

Sistema Internacional do entre guerras, ou seja, da confluência da segunda e da terceira imagem. Pois, segundo Waltz apesar de “a segunda imagem, a organização interna dos Estados ser a chave para a compreensão da guerra e da paz” (WALTZ, 2004, p. 102), uma análise que não leve em consideração o predomínio da terceira imagem, ou seja, “os efeitos condicionantes do próprio sistema de Estados” (WALTZ, 2004, p. 285), torna impossível avaliar a importância ou prever os resultados das forças presentes na primeira e na segunda imagem (WALTZ, 2004, p. 295)

Acredita-se também, que é possível associar-se a obra de Furtado de 1962 ao conceito proposto por Huntington (1997, p. 116-118), desenvolvimento industrial e urbanização e o de 1984 à noção de ocidentalização proposta pelo mesmo autor, que supões distribuição do produto social e institucionalização da participação política. Especificamente, no que tange a modernização pela revolução, caso da China, Huntington destaca que esta só se completa quando atinge “a criação e a institucionalização de uma nova ordem política... A medida do caráter revolucionário de uma Revolução é a rapidez e o alcance da expansão da participação política” (HUNTINGTON, 1968, p. 276). Este conceito, a despeito de mais antigo, parece mais preciso para designar o sentido da ocidentalização no leste asiático, já que Japão ou China são fruto da Revolução, através da guerra, seja efetuada pelo alto ou por intermédio da guerra civil.

No que tange a hipótese da gestação de um Modo Asiático de Fazer a Guerra, adotou-se a Batalha de Changsha (de setembro a outubro de 1939) como tentativa de estudo de caso. A ideia foi a de valer-se do nível operacional (intermediário) para relacionar as capacidades de combate (tática) com os fundamentos políticos das respectivas estratégias nacionais. Essa proposta de metodologia nos conduz à compreensão do Departamento de Defesa dos EUA (Pentágono) acerca dos níveis do planejamento de guerra.

1.1 Níveis do Planejamento de Guerra

O propósito inicial deste trabalho foi o de valer-se da esfera operacional da guerra como categoria analítica para a compreensão da 2ª GSJ — por extensão, da Guerra do Pacífico — enquanto condicionante hodierno da Política Externa e de Segurança de China, Japão e EUA para a região.

Para o Exército dos EUA os níveis do planejamento de guerra constituem-se nos grandes segmentos que envolvem a preparação e condução de uma guerra. Conquanto possam haver elementos aplicáveis às realidades da guerra em geral, importa delimitar a esfera de

cada missão particular para que se possa fazer o emprego adequado dos recursos administrativos.

Deste modo, pode-se dizer que o nível Estratégico diz respeito ao emprego das Forças Armadas para os objetivos da política nacional. O nível Operacional é afeto ao emprego das Armas, que integram as Forças de modo combinado para atingir os objetivos da guerra, relaciona-se, portanto, à preparação e consecução de grandes batalhas e campanhas. A Tática diz respeito ao emprego da capacidade de combate para definir as batalhas (US ARMY, 1982, p. 2–3).

Nem sempre essa distinção é clara, como reconhece o Manual de Operações do U.S. Army (FM 100-5): “nos escalões de Corpo e Divisão, os níveis operacional e tático não são separáveis claramente” (US ARMY, 1982, p. 2–3). Por isso, importa acrescentar que se considera, nesse âmbito, a Capacidade de Combate como comum aos dois níveis (Operacional e Tático). Ela, por sua vez, é constituída por quatro fatores: manobra, poder de fogo, proteção e liderança. Naturalmente existem outros tantos aspectos, mais ou menos tangíveis, que deveriam ser considerados (educação, treinamento, técnicas, procedimentos), mas acredita-se que os elementos relativos à Capacidade de Combate sejam suficientes para entender a dinâmica da Batalha Changsha (1939).

1.2 O Modo Asiático de Fazer a Guerra

A hipótese é a de que durante a GSJ, surgiu um legado de experiência comum a China e Japão e que, eventualmente, pode indicar elementos aos países semiperiféricos (apenas parcialmente industrializados) sobre como conduzir operações militares. No caso, caracterizada pela ênfase na engenharia de combate, na manobra e no uso de forças irregulares como formas de criar um impasse que beneficia o defensor — mesmo sem uma definição clara da conflagração (e.g. aniquilar o atacante).

A abordagem proposta envolve uma operacionalização do “Modo Americano de Fazer a Guerra” ou “Novo Modo Americano de Fazer a Guerra”, ambos de Max Boot (BOOT, 2003, p. 29–44). O autor trata do efeito das capacidades produtivas e da transição tecnológica sobre o perfil operacional da Força: no primeiro caso, caracterizado pela capacidade logística (produtiva e humana) e, no segundo, pela vantagem tecnológica (informacional e de guiagem de munições).

A forma tradicional dos EUA em fazer a guerra dispensa maiores explicações; trata do uso das capacidades industriais para produzir massa e poder de fogo. Já o “Novo

Modo” exige mais atenção. Ele decorreria da digitalização, que facultou (i) um novo tipo de consciência de situação (JTIDS)¹, (ii) uma nova forma de rastrear alvos móveis em terra (JSTARS)² e, por fim, o que dá justificativa à alcunha (“Novo”), (iii) o JDAM³, que permite que bombas e projéteis de artilharia “burros” (*dumb*) convertam-se em Munição Guiada de Precisão (PGM) e, neste caso, que se reduza o volume da Força (homens, material bélico e munições), e passe a dar-se ênfase na mobilidade — tática ou estratégica — já que esta forma dispensaria a massa (BOOT, 2003, p. 41). A Força fica reduzida à “combos” denominados brigadas.

A ênfase na mobilidade cedeu lugar à preempção, à crença — já alimentada por ocasião da *AirLand Battle* (ALB)⁴ — nas virtudes da ofensiva. Para fazer frente à ALB, Rússia e China incrementaram suas capacidades defensivas; com mísseis antiaéreos de longa distância e antinavio supersônicos. O que os estadunidenses reuniram sob a denominação “negação de área e acesso” (*Anti-Access and Area-Denial*, A2/AD). Surgiu, então, um novo

¹ *Joint Tactical Information Distribution System* — Sistema Combinado (interarma) de Distribuição de Dados Táticos. Operado através do E-3 Sentry (AWACS) e seu radar APY-1 com um raio de varredura de aproximadamente 400 km. A aeronave coleta dados diretamente, ou os recebe de outras fontes (aeronaes, veículos terrestres ou marítimos), processa as informações e as distribui aos usuários finais, no caso as plataformas de combate artilhadas em terra, mar ou ar. O JTIDS deu origem a uma nova abordagem da guerra, denominada Net Centric Warfare (a guerra passou a ser centrada na rede). A virtude deste tipo de guerra foi sobejamente demonstrada em 1991, na Guerra do Golfo. Contudo, à semelhança da guerra de massas motorizadas (fordismo), que tinha seu “calcanhar de Aquiles” na linha de suprimentos, a Guerra Centrada em Rede tornou-se essencialmente dependente do AWACS (E-2 ou E-3), em qualquer caso, de uma aeronave que, frente a negação de área (mísseis ar-ar ou antiaéreos de longa distância) tornam o procedimento de difícil consecução, senão inaplicável. A ASB é uma tentativa (ver nota sobre NID-3) de elidir o processo de negação de área ou acesso, através de golpes (preemptivos?) sobre a rede de comando e controle inimiga.

² *Joint Surveillance and Target Attack Radar System* — Sistema Combinado (interarma) de Radar de Aquisição de Alvo. Operado através do E-8 JSTARS e seu radar APY-7, de alcance de 250 km (em 120°), o que perfaz 100.000 km² e o rastreamento simultâneo de 600 alvos. A aeronave coleta dados diretamente através de seu radar de abertura sintética e os encaminha ao JTIDS ou os distribui entre as plataformas de combate artilhadas em terra, mar ou ar. O JSTARS, já presente na guerra de 1991, multiplicou a vantagem do domínio do ar, localizando com precisão alvos móveis que podiam ser destruídos do ar com o uso de munição guiada de precisão (PGM por sua sigla em inglês). As limitações do JSTARS são de duas naturezas: (a) a PGM, não raro, era mais cara que os alvos que se propunha a destruir (e.g. um míssil de 1 milhão de dólares para destruir um tanque de menos de metade deste valor, ou uma Paveway de 250 mil dólares para destruir um caminhão de um décimo desse valor). Este primeiro inconveniente foi contornado com o JDAM, do qual trata a nota a seguir; (b) a segunda limitação é a mesma já observada no JTIDS, com um agravante: a aeronave precisa estar ainda mais próxima dos alvos (sobrevoo da área) para cumprir sua função, enquanto o E-3 (JTIDS) pode cumprir o gerenciamento do combate aéreo à distâncias comparativamente mais seguras.

³ *Joint Direct Attack Munition* — Munição Combinada (interarma) de Ataque Direto. Trata-se de uma sofisticação do JTIDS e do JSTARS que, graças a um processador (em um kit planador no caso das bombas) dirige as aletas de foguetes (ou bombas) originalmente não guiados com precisão em direção ao alvo (mesmo móvel). O JDAM tornou a cadeia logística mais leve, as munições que antes perfaziam 68%, no caso de uma divisão de infantaria mecanizada, passaram a ficar atrás do combustível (antes 24%,) (DUNNIGAN, 2003, p. 513); a guerra, como todo, tornou-se mais barata. O custeio das operações militares e a letalidade suscitada pela precisão permitiram que os EUA transitassem da unipolaridade multilateral à unipolaridade unilateral — o que de início trouxe benefícios e, posteriormente, deu ensejo à volta da dissuasão e, eventualmente, ao retorno da bi, tri ou multipolaridade.

⁴ Batalha Aeroterrestre.

conceito operacional, o *AirSea Battle* (ASB)⁵.

O conceito de *AirSea Battle* é centrado no (NIA/D3)⁶, que significa executar um ataque integrado, em profundidade e em rede, para interromper, destruir e derrotar os meios A2/AD. Trata-se da mobilização de Forças em domínio cruzado (espaço, ciberespaço, ar, mar e terra), sua logística de suporte, seus sistemas de armas (convencionais ou nucleares), bem como de recursos da guerra não convencional e psicológica (USN, 2013, p. 04). No plano tático, entre os primeiros movimentos da ASB ou do NIA/D3, está a supressão de defesas antiaéreas (SEAD)⁷.

Naturalmente, tudo isso funciona se os objetivos de interrupção forem atingidos. Aqui a ASB encontra-se com o modo asiático. Muito antes, mesmo da ALB, os chineses já se preparavam para fazer frente a uma guerra de domínio cruzado, travada nos planos nuclear, convencional e psicológico. Como pretende-se demonstrar, essa preparação deve-se, em grande medida, à experiência prática da 2ª GSJ. Disso deriva a pergunta principal do trabalho e a tentativa de responder o que a 2ª GSJ pode oferecer ao debate em torno da EOD⁸ estadunidense, o qual pode ser definido como oscilando em torno da ASB, já descrita, e do bloqueio distante (*Offshore Control*, OsC), proposto como seu sucedâneo. Como o nome já indica, trata-se de substituir a preempção, e suas incertezas, pelo bloqueio naval, visando a asfixiar as exportações da China.

Para isso, para dar consecução às hipóteses e objetivos aqui referidos, subdividiu-se o trabalho em três capítulos. No Capítulo 1, trata-se dos antecedentes da guerra sino-japonesa. O Capítulo 2 trata da Batalha de Changsha (1939) e o Capítulo 3 das consequências da GSJ: o Pacto Tripartite, a Guerra do Pacífico e seus desdobramentos.

No primeiro capítulo, tratou-se do contexto histórico e dos antecedentes à 2ª GSJ; no caso, os desafios propostos aos dois beligerantes em torno do ingresso no sistema internacional e da modernização no contexto de um SI marcado por intensa polarização do imperialismo e do colonialismo.

No segundo capítulo, procedeu-se a uma tentativa de estudo de caso da esfera operacional da guerra, feito através da Batalha de Changsha (1939). Procurou tratar-se de seu papel nos níveis estratégico, operacional e tático para sustentar a hipótese acerca do “Modo

⁵ Batalha Aeronaval.

⁶ A sigla NIA/D3 significa “Networked Integrated, Attack-in-Depth, to Disrupt, Destroy and Defeat” (USN, 2013, p. 4).

⁷ A sigla SEAD significa “Suppression of Enemy Air Defense” (DoD, 2014, p. 254; BOLKOM, 2005, p. 1–3).

⁸ A sigla EOD significa “Estratégia, Operações e Doutrina”.

Asiático de Fazer a Guerra” e sua atualidade na era nuclear e espacial, expressa na “Grande Muralha Subterrânea”.

No terceiro capítulo, procurou-se demonstrar o papel da centralidade chinesa na Guerra do Pacífico, no que tange à Grande Estratégia. No plano operacional, dos efeitos da concepção mahaniana (sobre o papel da “batalha decisiva”) na decisão de atacar Pearl Harbor e de persistir no equívoco em Midway. No âmbito da tática (capacidade de combate), da inadequação do conceito japonês de porta-aviões (edificado sob uma perspectiva corbettiana) para o conceito operacional posto em prática. Por fim, voltando-se à estratégia, analisam-se os resultados da Guerra do Pacífico face aos objetivos dos beligerantes e concluindo-se pela inconclusão (nenhum deles atingiu plenamente suas metas).

2 CONTEXTO HISTÓRICO E ANTECEDENTES

Os elementos políticos, sociológicos e econômicos que permitiram a eclosão da Segunda Guerra Sino-Japonesa e da Segunda Guerra Mundial na Ásia podem ser encontrados principalmente nas décadas de 20 e 30 do século passado. Porém, podem-se traçar seus antecedentes ainda no século XIX. Neste sentido, o principal fenômeno antecedente foi a disputa imperialista entre as potências polos do Sistema Internacional por novas áreas de domínio econômico exclusivo. O modo de atuação de tais potências pressionou as nações e povos da Ásia a buscar soluções autóctones para o seu desenvolvimento socioeconômico e para a sua inserção no sistema capitalista.

O fenômeno que impulsionou o processo de inclusão da Ásia no sistema capitalista foi a sua consolidação como potência hegemônica do Sistema Internacional. Essa consolidação se deu através de três iniciativas: (a) a garantia do Centro de Decisão Energético (CDE); (b) criação de um sistema de manufaturas industrial e (c) uso da violência de forma organizada através de um exército nacional.

O Centro de Decisão Energético, conceito criado por Kerr Oliveira (2012), formulado a partir da instrumentalização do conceito de Centro de Decisão Econômico⁹ de Celso Furtado, diz respeito a:

capacidade de planejar, operar, modificar e implementar uma Estratégia para o desenvolvimento completo e integrado de diferentes setores da economia e da sociedade que dependem ou estão relacionados diretamente à Energia [...] necessária para o desenvolvimento de todas as demais atividades produtivas e logísticas de um país ou bloco de países (KERR OLIVEIRA, 2012, p. 31).

Nesse sentido, o Reino Unido garantiu a capacidade de consolidar o seu CDE através de suas amplas reservas carboníferas, distribuídas por boa parte de seu território e de fácil extração. Estas reservas permitiram alimentar as inovações tecnológicas implementadas pela Revolução Industrial.

O segundo ponto diz respeito à consolidação de uma economia industrial, não somente no que diz respeito nas melhorias produtivas, no caso as inovações trazidas pelo motor à vapor e posteriormente pelo processo Bessemer de produção de aço, mas também à

⁹ O conceito de Centro de Decisão Econômica foi formulado por Celso Furtado para destacar o papel da tecnologia e da técnica no processo de endogeneização. Isto é, a capacidade de uma sociedade em promover o desenvolvimento (que inclui o aspecto humano) e não apenas o crescimento dos índices de produção, produtividade ou exportações (FURTADO, 1962, p. 109–112, 114; FURTADO, 1975, p. 52–55, 79–85). O caráter endógeno desse processo de desenvolvimento corresponde à faculdade que possui uma comunidade humana de ordenar o processo acumulativo em função de prioridades por ela mesma definidas (FURTADO, 1984, p. 106–107).

constituição de uma burguesia industrial que atuasse em consonância com os objetivos nacionais. No caso da indústria têxtil e naval, a primeira necessitava da expansão territorial para sua inserção nos novos mercados da Ásia e a segunda das encomendas do governo que buscava assegurar o domínio sobre as rotas marítimas. Desse modo, instala-se um processo de retroalimentação entre a burguesia nacional e o governo.

O terceiro ponto se relaciona à constituição de forças armadas modernas, que respondam diretamente a um governo central e sejam capazes de garantir os interesses da nação no Sistema Internacional. No caso britânico, foi através da utilização de suas capacidades militares que foi garantida a abertura dos mercados asiáticos e sua manutenção foi obtida através da absorção das responsabilidades de administração e coerção dos territórios coloniais e zonas de influência, que anteriormente eram realizadas por Cias. de Comércio e Navegação privadas, pela Coroa.

Nos EUA ocorreu processo semelhante, à diferença que a conquista de novos mercados se deu, em um primeiro momento, devido à sua expansão interna. Nesse sentido, a descoberta de ouro na Califórnia foi essencial não só para o financiamento da indústria estadunidense, mas também para a sua expansão para o Pacífico, posicionando os seus interesses contra uma futura Aliança Anglo-Japonesa e deslocando o núcleo do sistema capitalista para o Pacífico. Marx (1850) prediz este processo:

Vamos agora ocupar-nos da América, onde sucedeu algo mais importante do que a revolução de Fevereiro [1848]: a descoberta das minas de ouro californianas. Dezoito meses após o acontecimento já é possível prever que terá efeitos mais consideráveis do que a própria descoberta da América. [...] O centro de gravidade do mercado mundial era a Itália, na Idade Média, a Inglaterra na era moderna, e é hoje a parte meridional da península norte-americana. A indústria e o comércio da velha Europa terão que fazer esforços terríveis para não caírem na decadência, como aconteceu com a indústria e o comércio da Itália no século XVI, isto se a Inglaterra e a França não quiserem tornar-se o que são hoje Veneza, Gênova e a Holanda. [...] Graças ao ouro californiano e à energia inesgotável dos yankees [sic], os dois lados do Pacífico serão em breve tão povoados e tão ativos no comércio e na indústria como o é atualmente a costa de Boston a Nova Orleans. O oceano Pacífico desempenhará no futuro o mesmo papel que foi do Atlântico na nossa era e do Mediterrâneo na Antiguidade: o de grande via marítima do comércio mundial, e o oceano Atlântico descerá ao nível de um mar interior, como é hoje o caso do Mediterrâneo. [...] A única probabilidade que têm os países civilizados da Europa de não caírem na mesma dependência industrial, comercial e política da Itália, da Espanha e do Portugal modernos é iniciarem uma revolução social que, enquanto ainda é tempo, adapte a economia à distribuição segundo as exigências da produção e das capacidades produtivas modernas, e permita o desenvolvimento de novas forças de produção que assegurem a superioridade da indústria européia [sic], compensando assim os inconvenientes da sua localização geográfica (MARX, 2003 [1850], online).

Tanto China quanto Japão buscaram adquirir estes três pré-requisitos para superar o domínio colonial imposto pelos tratados iníquos firmados com as potências ocidentais. O Japão foi bem sucedido nessa tarefa, sendo reconhecido pelo Reino Unido como seu par ainda em 1901 e entrando para o rol das grandes potências após sua vitória na guerra russo-japonesa de 1905.

O início do século XX foi um período de redefinição do Sistema Internacional. O declínio do Reino Unido como principal potência e a gradativa tomada desta posição pelos Estados Unidos se refletiram na participação de ambos — além de China, Japão e demais potências — na busca por uma solução de governança para o leste asiático. Principalmente por causa do definhamento da hegemonia britânica, uma série de acordos foram firmados entre o fim da Rebelião Boxer (1901) até a Convenção de Londres de 1930. Estes acordos configuravam a criação de um regime internacional¹⁰ rudimentar no leste asiático em que o pluralismo de atores envolvidos oferecia uma alternativa ao conflito sistêmico. O fracasso deste projeto de regime está interligado com a trajetória da China e, principalmente, do Japão imperial. Os marcos de tal processo foram o incidente na Manchúria de 1931, a saída do Japão da Liga das Nações em 1933 e a denúncia japonesa dos tratados navais em 1934.

Este capítulo busca analisar os antecedentes da Segunda Guerra Sino-Japonesa e estabelecer o contexto em que ela ocorre. Primeiramente, procura-se identificar as raízes do conflito ainda no século XIX, como a abertura da região para a economia mundial e as tentativas de ocidentalização e modernização na China e no Japão. Este processo deve ser entendido no contexto de transformação sistêmica que ocorria no começo do século XX. A principal característica foi o enfraquecimento da hegemonia britânica e das antigas potências coloniais e a ascensão dos Estados Unidos como potência global. Em segundo lugar, busca-se analisar os processos que foram engendrados a partir deste momento e que culminaram nos eventos das décadas de 1920 e 1930, os quais resultaram em uma guerra total entre os dois países. Por fim, a partir do descrito e analisado, espera-se demonstrar que, apesar das origens da guerra poderem ser remontadas até o século XIX, o caminho para a conflagração não era irreversível e nem a única opção para China e Japão.

¹⁰ Regime internacional é entendido neste trabalho de acordo com a definição de Robert Keohane (1984, p. 8). Resumidamente, regimes internacionais são arranjos com conteúdo sobre determinado tema que compreendem regras, normas, princípios e processos de tomada de decisão.

2.1 Da abertura do Leste Asiático à consolidação do Japão como grande potência

A entrada do leste asiático no Sistema Internacional westfaliano consistiu em um processo traumático para a China e o Japão. Para ambos, a entrada levou ao colapso das antigas instituições administrativas e a uma enorme perda humana, na casa das dezenas de milhões de mortos. A consolidação da China como Estado moderno se deu de forma especialmente traumática, com cerca de cem anos de guerras¹¹ quase ininterruptas. Pode-se considerar como o evento marco deste processo a primeira guerra do Ópio.

A primeira Guerra do Ópio (1839–1842), ocorrida entre o Reino Unido e a China Qing, teve como principal motivação o comércio de ópio na China. O império chinês havia proibido a comercialização desse produto em seu território, que para o Reino Unido e suas companhias de comércio, representava boa parte dos lucros que extraíam da região. O resultado foi uma guerra que durou quase três anos e meio e que envolveu, do lado chinês, 200 mil homens, enquanto do lado britânico, cerca de 19 mil homens. Enquanto as baixas do lado britânico foram de cerca de 500 homens, do lado chinês chegaram a 20 mil (MARTIN, 1847, p. 81). O império mais rico e o país mais populoso do mundo haviam sido derrotados (ZHU, 2012; THOMPSON, 2012).

Esse evento representou o fim do modelo do Estado tributário asiático e a entrada da região na divisão internacional do trabalho capitalista. O resultado prático foi a assinatura do Tratado de Nanquim. O primeiro de uma série de tratados desiguais (ou iníquos)¹², ele garantia: o direito de extraterritorialidade a cidadãos britânicos, a concessão de direito exclusivo de comércio em uma série de portos e o estabelecimento de áreas para moradia de cidadãos britânicos nesses portos, além da cessão do território de Hong Kong a Londres por tempo indeterminado. A partir desse momento, esse seria o padrão dos métodos das potências ocidentais tanto para com a China quanto para com o Japão: coerção e tratados desiguais para a conquista de direitos exclusivos de comércio.

¹¹ Dentre as principais conflagrações se pode citar a Primeira Guerra do Ópio (1839–1842) Rebelião de Taiping (1850–1864); a Segunda Guerra do Ópio (1856–1860); a Guerra Franco-Chinesa (1884–1885); a Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894–1895), a Rebelião dos Boxers (1899–1901) a Revolução Xinhai (1911), Expedição do Norte (1927–1929), Guerra da Planície Central (1930) 1ª etapa da Guerra Civil Chinesa (1927–1936), Guerra Civil Manchu (1931–1932), 2ª Guerra Sino-japonesa (1937–1945), 2ª etapa da Civil Chinesa (1946–1949).

¹² Os tratados desiguais ou iníquos possuíam quatro características principais: a) abertura dos portos; b) extraterritorialidade; c) tarifas externas fixadas por tratado e d) cláusula de nação mais favorecida, que garantia que todas as vantagens garantidas as potências signatárias dos tratados deveriam ser automaticamente concedidas às demais potências que viessem a assinar novos tratados (ROBERTS, 2011, p. 196).

É de suma importância, neste momento, lembrar-se das grandes transformações que ocorriam no contexto internacional do período. O núcleo do sistema capitalista passava por um período de transição tecnológica provocada pela maturação da Primeira Revolução Industrial. O Reino Unido consolidava sua posição como líder do Sistema Internacional após a vitória decisiva sobre o desafio napoleônico e agora precisava assegurar o monopólio de novos mercados e de fontes de matéria-prima para a sua crescente indústria.

O leste asiático, em grande parte devido ao poderio da China, manteve-se à margem do sistema europeu até aquele momento. Tanto na China quanto no Japão vigoravam políticas econômicas e externas isolacionistas. O comércio com mercadores estrangeiros só se dava em portos previamente autorizados e em alguns períodos do ano, prática iniciada no tempo do comércio de especiarias e corrente até aquele momento, o que não era mais suficiente. Os países europeus agora não buscavam nessa região somente artigos de luxo e temperos para comerciar, mas principalmente a extração de matérias-primas de forma extensiva e a consolidação de novos mercados consumidores para seus produtos industrializados.

O processo de abertura que se deu no Japão foi semelhante ao aconteceu com a China. Entretanto, ao invés da abertura ser perpetrada por potências europeias, deu-se pelos então emergentes Estados Unidos da América. Em 1853, o Comodoro da Marinha estadunidense, Matthew Perry, desembarcou próximo a Tóquio com a missão de firmar um Tratado de Amizade e Comércio com as autoridades japonesas. Em uma atitude típica do período, que hoje denominamos de diplomacia das canhoneiras, Perry ameaçou a utilização do poder de fogo de seus navios contra as cidades e portos japoneses caso as autoridades do Xogum se recusassem a negociar. Nesse momento ficou patente a fragilidade japonesa e a sua inferioridade tecnológica frente às forças armadas ocidentais. O resultado foi semelhante ao que ocorrera na China, com a desagregação do sistema político, econômico e social vigente. Assim foi assinado o primeiro tratado iníquo do Japão com uma grande potência, o Tratado de Kanagawa, que marcou o início do processo que culminou na derrocada do xogunato.

Na China, a erosão dos sistemas vigentes trouxe a ideia de que era necessário modernizar o Estado chinês, passando por certo grau de ocidentalização de seus costumes e instituições. A ideia começou a se tornar lugar comum entre diferentes elites intelectuais chinesas e, por fim, para a própria dinastia Manchu. É importante notar que a China da primeira metade do século XIX passou por uma série de mudanças e obstáculos internos, incluindo uma transição demográfica e uma série de desastres naturais (ROBERTS, 2011, p. 201–202). Apesar dos esforços da corte Manchu para superar estes desafios, o assédio

ocidental acabou por inviabilizar as instituições tradicionais e influenciou diretamente o fim do “mandato do céu” concedido à casa de Aisin Gioro¹³.

Entre 1850 e 1873 uma série de revoltas assolou a China, quase todas questionando as instituições e a autoridade da corte de Pequim. A principal delas foi a Revolução Taiping (1850–1864). Movimento de cunho cristão e milenarista, propunha uma série de reformas às instituições do período, incluindo reforma agrária, exército baseado no sistema de conscrição, reformas econômicas, mudanças no sistema de concursos públicos, entre outros. Hong Xiuquan, líder da revolta, estabeleceu sua capital em Nanquim, contestou frontalmente a autoridade imperial se proclamando Rei Celeste. A Revolução Taiping só foi debelada após a criação de um sistema de exércitos locais (origem dos Senhores da Guerra) e com o apoio britânico. Embora derrotados, os Taiping promoveram uma agenda que viria a pautar as iniciativas de reforma do Estado chinês até a queda do Império em 1911, mais especificamente em três momentos: a Campanha do Autofortalecimento (1860), a Reforma dos Cem Dias (1898) e as Reformas Tardias (1901).

A Campanha do Autofortalecimento foi a resposta de Pequim à Revolução Taiping. Esse movimento foi encabeçado pelo principal estadista da corte Manchu, Li Hongzhang¹⁴. O Autofortalecimento incluía uma série de iniciativas para a modernização do Estado chinês que incluía a aquisição de tecnologias estrangeiras, fábricas, construção de infraestrutura (telégrafos, ferrovias), aquisição e fabricação de armamento ocidental moderno e o ensino de disciplinas ocidentais. Entretanto, o Autofortalecimento não previa reformas institucionais e falhou em criar uma burguesia nacional desligada da economia de enclave que vigorava nas concessões ocidentais.

O fracasso do Autofortalecimento tornou-se patente com a derrota chinesa na Primeira Guerra Sino-Japonesa, oriunda da tentativa falha de estabelecer um coprotetorado na Coreia¹⁵. Os esforços de modernização das forças armadas chinesas provaram-se insuficientes e, a partir desse momento, ficou clara também a necessidade de reformas institucionais. Dessa forma, o modelo de monarquia constitucional e o exemplo da Restauração Meiji (discutido a seguir) se tornaram o norte do esforço de reformas chinês.

¹³ O clã Aisin Gioro, conhecido como a dinastia Qing ou Manchu, é a família que ascendeu ao trono da China em 1644 e permaneceu no poder até 1911, quando foram destituídos por Sun Yat-sen e Yuan Shikai, pondo fim ao regime monárquico no país.

¹⁴ Li Hongzhang foi comandante das forças Qing que combateram a Revolução Taiping, sendo promovido a principal mandarim encarregado da política externa e das reformas modernizadoras. Colocava-se como mediador entre os interesses das potências estrangeiras e a posição irredutível da corte manchu, que se adaptava às novas condições impostas pelo sistema internacional (KISSINGER, 2011, p. 84).

¹⁵ Como será abordado a seguir, Japão e China estabeleceram o coprotetorado sobre a Coreia em 1884 que veio a fracassar no mesmo ano.

A Restauração Meiji serviu de inspiração para a Reforma dos Cem Dias (1898) que incluía, em seus éditos iniciais, a criação de um Ministério da Agricultura, a reforma do sistema de admissão para o serviço público e a criação de um exército nacional de conscritos, além de permitir o acesso de outras camadas da sociedade ao Imperador (até o momento apenas altos funcionários poderiam submeter memoriais ao Imperador). No entanto, após o centésimo dia de reforma, o Imperador Guangxu sofreu um golpe de Estado perpetrado pela Imperatriz viúva Cixi que abortou o processo de reformas.

A pauta das reformas só retornaria após o fracasso completo da Rebelião Boxer (1901)¹⁶. O principal resultado deste evento foi a oficialização do sistema de zonas de influência sobre a China a partir do Tratado das Oito Potências¹⁷ com a China (1901), também conhecido como Protocolo Boxer, o país foi forçado a pagar uma pesada indenização que comprometeu seriamente as finanças do Estado. Além da indenização, a China recebeu outras demandas humilhantes como a execução de funcionários e missões diplomáticas de contrição para Japão e Alemanha. Outra implicação relevante foi a ocupação permanente da Manchúria pela Rússia, fato que se tornaria estopim da Guerra Russo-Japonesa.

Se, por um lado, o Protocolo Boxer representou a partilha da China, por outro, consistiu em uma prefiguração remota do que hoje denominamos regimes internacionais¹⁸. Ao estipular zonas de influências, o Tratado criava condições para a governança multilateral com relação à atuação das potências estrangeiras sobre a China (MARTINS, 2013b, p. 185).

No contexto interno chinês, a derrota da rebelião dos Boxers levou à retomada da agenda modernizadora. Devido ao impacto dos eventos ocorridos e temendo pela manutenção de sua dinastia no poder, a Imperatriz Cixi solicitou aos altos funcionários, em 1901, propostas para a reforma do Estado chinês. O resultado foi a retomada da agenda da Reforma dos Cem Dias. Após a vitória de Tóquio na Guerra Russo-Japonesa (1905), confirmou-se a

¹⁶ A Sociedade dos Boxers surgiu na província de Shandong, como uma reação ao período de crise econômica e política. Sua formação se deu no contexto da derrota da China na primeira Guerra Sino-Japonesa e do aumento da pobreza relacionado à crise econômica. Os Boxers tinham como lema “reviver os Qing, destruir os estrangeiros”. Inicialmente reprimidos pelo governo central, receberam o apoio da Imperatriz Cixi e da elite manchu quando se aproximaram de Pequim. Desse modo, o Exército Imperial passou a lutar ao lado dos revoltosos. Esta mudança de posição ocorreu porque a rebelião passou a ser vista como uma oportunidade de derrotar as potências externas. Ao derramamento de sangue da população estrangeira, seguiu-se a chegada de tropas que esmagaram a união dos revoltosos com o Exército Imperial (BODIN, 1979, p. 79). Esta força era formada por cerca de 20 mil soldados, compostos por 10 mil japoneses, 4 mil russos, 3 mil britânicos, 2 mil americanos, 800 franceses, 200 alemães, 58 austríacos e 53 italianos (BODIN, 1979, p. 79). Nota-se que mesmo com metade dos soldados, o Japão atuou em cooperação com as demais potências — incluindo os Estados Unidos.

¹⁷ Reino Unido, Japão, Rússia, Estados Unidos, França, Alemanha, Áustria-Hungria e Itália

¹⁸ No sentido de que representou uma concertação excludente entre as potências, o paralelo da partilha da China do Protocolo Boxer é a partilha da África como resultado da Conferência de Berlim. Os dois eventos foram as principais iniciativas de concertação multilateral entre as grandes potências desde o Congresso de Viena de 1815.

prerrogativa da adoção do modelo de reforma japonês. Dessa forma em 1908 o governo Manchu comprometeu-se com a eleição de assembleias provinciais e a promulgação de uma constituição até 1916, além de convocar o parlamento no ano seguinte.

Somente em princípios do século XX a China se empenhou de fato em um programa amplo de reformas, mais de cinquenta anos após o Tratado de Nanquim. As tentativas anteriores de reformas pontuais, do período do Autofortalecimento, mostraram-se insuficientes e a resistência dentro da família imperial, principalmente dos partidários da Imperatriz Cixi, fez com que as reformas fossem adiadas mais ainda. Ao fim, as reformas tardias da dinastia Qing tornaram-se o estopim da queda do Império. Três classes proeminentes consolidaram-se no decorrer do século XIX e tornaram-se as principais forças sociais na derrocada da Dinastia Qing e no período Republicano: os senhores da guerra (originários da repressão às rebeliões de meados do século XIX), a nova elite intelectual (resultante do novo sistema de ensino ocidental) e a “burguesia compradora”¹⁹, composta por mercadores e banqueiros ligados ao comércio com as potências ocidentais. A correlação de forças entre essas três classes definiu a dinâmica política chinesa em seu primeiro período republicano. Elas convergiam na sua oposição à dinastia vigente: a instituição de um exército nacional desagradou às milícias regionais, os intelectuais identificavam nos manchus uma das forças estrangeiras que ocupavam a China e a “burguesia compradora” não se interessava por reformas que fortalecessem o Estado chinês.

Dessa forma, mesmo com a tentativa de antecipar a promulgação da Constituição para 1912, o Império Qing é derrubado e a República é proclamada em 1911, no evento conhecido como a Revolução Xinhai. A Revolução é liderada por uma sociedade secreta formada em Tóquio, a “Tongmenghui” ou Aliança Revolucionária Chinesa, liderada por Sun Zhongshan (Sun Yat-sen). Esse grupo dará origem tanto ao Guomindang (GMD), quanto ao Partido Comunista Chinês (PCCh). Entretanto, a vitória só foi possível devido à aliança com Yuan Shikai, comandante do Exército Beyang (o núcleo moderno do exército chinês), que se tornaria Presidente da República.

A queda da Dinastia Qing também significou a queda de todas as instituições imperiais. O resultado foi a criação de um grande vácuo de poder e a incapacidade de Pequim de impor o governo sobre as províncias chinesas, que passaram a ser governadas pelos potentados criados ainda à época da Revolução Taiping. Dessa forma, o governo de Yuan

¹⁹ O termo comprador na China Qing era ligado aos comerciantes e bancos que negociavam com as potências ocidentais. Mao Zedong utilizaria amplamente o termo burguesia compradora para designar a grande burguesia chinesa, avessa aos interesses nacionais e agentes aliados das forças imperialistas na China, em oposição à burguesia nacional.

Shikai elegeu como prioridade a restauração de um governo central na China, devido às fragilidades do Estado chinês e à falta de instituições este novo governo central foi estabelecido com base em uma cadeia de lealdades pessoais envolvendo os mais de 1.300 Senhores da Guerra, tendo como figura central Yuan Shikai. Somente com o reconhecimento de um governo central por parte dessas forças regionais acreditava-se que se poderia empreender o esforço de modernização e construção de novas instituições.

Entretanto, o desgaste necessário para fazer frente a rebeliões, guerrear Senhores da Guerra antagonistas ao governo de Yuan e cooptar os demais, impedia que a China fosse capaz de fazer frente às pressões das potências ocidentais por mais concessões e à tentativa do Japão de consolidar sua zona de influência exclusiva no norte da China e Manchúria. Essa incapacidade ficou patente no episódio das 21 exigências japonesas (1915), em que Yuan Shikai foi forçado a aquiescer a parte das exigências japonesas.

A tentativa de manter boas relações com o Japão, enquanto se dava prioridade a um inimigo interno (neste caso os Senhores da Guerra que ainda se recusavam a reconhecer a autoridade de Pequim), acabou por progressivamente minar as bases de apoio de Yuan Shikai, principalmente nas áreas urbanas, onde o sentimento antijaponês era maior. Jiang Jieshi passou por processo semelhante ao reestabelecer um governo central sobre a China após o sucesso da expedição ao norte. Como será abordado adiante neste capítulo, Jiang estabelecerá seu governo com base na cooptação de Senhores da Guerra devido a falta de instituições capazes de garantir o governo sobre todo o território chinês (PAINÉ, 2012, p. 19, 64–65, 68–69). Assim, Jiang também optará pela ênfase no combate a um inimigo interno (agora o Partido Comunista Chinês) enquanto tenta se conciliar com os japoneses, durante a década que antecedeu a 2ª Guerra Sino-Japonesa e a 2ª Frente Unida Nacional.

Em 1916, Yuan ainda tentou se proclamar Imperador em uma última tentativa de manter seu governo. Após a declaração, as províncias declararam progressivamente independência do governo central, que perdeu sua capacidade de governar. Após a morte de Yuan Shikai em junho do mesmo ano a fragmentação da China tornou-se inevitável. Assim, a China entrou em um período de descentralização, em que o governo de Pequim, apesar de reconhecido internacionalmente, não era mais capaz de governar para além dos limites de sua cidade. Esse período ficou conhecido como a Era dos Senhores da Guerra e só foi substituído por um novo governo central em 1928 por Jiang Jieshi.

Divergências no equilíbrio entre modernização e ocidentalização irão diferenciar os movimentos ou iniciativas de recuperação chinesa. Porém todas possuíam um objetivo

comum: criar os meios para que a China pudesse se desfazer dos tratados injustos e permitir o desenvolvimento econômico e inserção internacional de forma autônoma.

No Japão, ocorreu um processo semelhante, porém de forma mais bem-sucedida. Um exército organizado sob a bandeira do Imperador e liderado por uma pequena oligarquia, oriunda de quatro feudos do sul — Satsuma, Choshu, Hizen e Tosa²⁰ — levantou-se contra as forças do xogunato Tokugawa. O resultado foi a deflagração de uma guerra civil, conhecida como guerra Boshin, e a derrubada do xogunato, dando início ao processo conhecido como Restauração Meiji em 1868. Sob o slogan “reverenciar o Imperador e expulsar os bárbaros”, os restauradores perseguiram a reversão dos tratados iníquos assinados com as potências ocidentais e a devolução dos poderes concedidos ao Xogum ao Imperador. Este compromisso com a soberania é que torna atípica a nova oligarquia japonesa. Foi com este propósito que derrotaram as forças do xogum Tokugawa e restauraram o poder do Imperador (ele próprio como símbolo da soberania).

Os “restauradores” eram liderados e compostos por cerca de 20 samurais de média patente (administradores ou burocratas), que após a Restauração ficariam conhecidos como *Genro*²¹, de feudos historicamente adversários do Xogum²² (HALL, 1985, p. 245–246, 253). Apesar da ideologia antiocidental dos samurais revoltosos, sua vitória só foi possível através do intercâmbio que seus clãs tiveram com países do ocidente (HALL, 1985, p. 240). Dessa forma, nesses feudos, técnicas capitalistas de produção já haviam começado a ser implantadas. Além disto, foi criado um exército profissional formado por camponeses. A combinação contraditória de patriotismo com associação com o exterior, de elitismo (tratavam-se de samurais) com igualitarismo (formação do exército de camponeses) foi decisiva para que as forças do Xogum fossem derrotadas. Afinal, o generalíssimo ainda contava com a lealdade da grande maioria dos *daimios* (senhores feudais) e seus feudos.

Como afirma Nakamura Kichisaburo:

²⁰ Estes quatro feudos representavam os principais derrotados na batalha de Sekigahara (1600), em que ocorreu a vitória decisiva de Tokugawa Ieyasu e se deu início ao seu xogunato que governaria o Japão até 1868.

²¹ “Genro” é designação usada no Japão para os samurais que promoveram a restauração Meiji. A literatura anglo-saxônica traduz a expressão como “oligarcas”. Contudo, entre nós, o termo oligarca é utilizado usualmente para designar a classe dos latifundiários, cujo poder depende do controle de recursos naturais e mão de obra. No Japão o que mais se aproxima disto são os *Daimios*, justamente contra os quais se levantaram os genro, portanto, “oligarca” induz a erro de interpretação. Além disto “caudilho” em nosso meio é utilizado para designar líderes cujo poder emana do carisma, ou prestígio, e da interferência na política através de bandos armados. A designação “caudilho” aproxima-se mais dos “Genro”, samurais intermediários, dotados de liderança e carisma, hábeis no uso de armas e na conduta de tropas (HALL, 1985, p. 246–247 apud: MAGNO et al. 2011).

²² O Xogunato ou *bakufu*, consistia em um regime militar ditatorial, comandado pela elite guerreira-administrativa, os samurais. A última dinastia que comandou este sistema feudal foi a Tokugawa, que perdurou de 1603 a 1868 garantindo a paz, coesão social e a união do Estado japonês por meio de um sistema de suserania e vassalagem entre o Xogum e os *daimios* (senhores feudais ou de terras) (MAGNO et al, 2010).

Como foi possível, então, para esses quatro clãs forçarem o Xogunato a abandonar o poder político o qual detinham a três séculos? A resposta pode ser encontrada na influência do capitalismo ocidental. Como um remédio para a pobreza de seus distritos, os líderes desses quatro clãs reformaram a administração e as finanças de seus territórios introduzindo ideias ocidentais de produção e indústria. O sucesso político foi o mais importante fruto dessa reforma (NAKAMURA, 1962, p. 29, tradução nossa²³).

Assim, após a tomada do poder, os *Genro* iniciaram o seu próprio programa de reformas, inspirados pelo slogan “enriquecer a nação e fortalecer as Forças Armadas” (Fukoku Kyouhei) baseado em três princípios: (1) centralização política e administrativa, (2) constituição de uma economia industrial e (3) formação de forças armadas modernas baseadas no sistema de conscrição. Dessa forma, os líderes do governo Meiji esperavam cumprir a promessa da Restauração, elevar o Japão à condição de par das demais potências ocidentais revendo todos os tratados iníquos (NAKAMURA, 1962, p. 78–79). Por outro lado, também houve reformas de cunho ocidental, como a abolição das castas e dos privilégios dos samurais e a instituição de uma monarquia constitucional. Em suma, o objetivo dos oligarcas foi o de transformar o Japão em uma nação moderna e soberana, como confirmado pelo Imperador em sua Carta de Juramento²⁴: aliar a ocidentalização com a criação de um Estado poderoso (HALL, 1985, p. 263)

Desse modo, a centralização política e administrativa se deu com a eliminação de todos os feudos e a constituição de províncias administradas por governadores nomeados por Tóquio. Além disso, implementou-se um amplo projeto de reforma agrária, eliminando todos os privilégios dos antigos *daimios* e modernizando a produção agrícola. Em troca de parte de suas terras, privilégios e prerrogativas, os antigos senhores foram agraciados com títulos na recém fundada nobliarquia imperial japonesa, o *kazoku*, aos moldes da nobreza europeia, o que lhes garantia cadeiras vitalícias na câmara alta da Dieta japonesa, a Casa dos Pares (NAKAMURA, 1962, p. 46). Além disso, os antigos *daimios* receberam, a título de compensação, uma enorme soma em títulos do governo (NAKAMURA, 1962, p. 46). Simultaneamente o novo governo Meiji implantou um ambicioso programa de industrialização, constituindo uma série de empresas estatais voltadas à manufatura de produtos industrializados para a exportação. Posteriormente, os títulos concedidos aos

²³ No original: “How was it possible, then, for these four clans to force the Shogunate to abandon the political power which it had retained for three centuries? The answer is to be found in the influence of Western capitalism. As a remedy for the long-continued poverty of their districts, the leaders of these four clans reformed clan-administration (clan-finance) by introducing western ideas of production and industry. Their political success was the one important fruit of this reform.” (NAKAMURA, 1962, p. 29).

²⁴ A Carta de Juramento foi um documento promulgado no ato de entronização do Imperador Meiji, evento marco da Restauração. O seu propósito era traçar as diretrizes do novo governo imperial, mais tarde os seus artigos constituirão o preâmbulo da Constituição Meiji de 1890, vigente até 1947.

senhores de terra foram utilizados para comprar estas indústrias do Estado japonês (NAKAMURA, 1962, p. 46). Os antigos *daimios*, dessa forma, tornaram-se capitães da indústria, originando os grandes conglomerados industriais familiares que ficariam conhecidos como *zaibatsu*.

Em 1873 surgiu o primeiro grande desafio à nova ordem estabelecida pelo governo Meiji. Pressionados pela explosão demográfica e pela necessidade de insumos e matérias primas, o Japão passou a discutir o estabelecimento de uma zona de influência sobre a Coreia. À época o reino coreano era um Estado tributário e zona de influência do decadente Império Qing. Os *Genro*, no que veio a ser conhecido como o Debate Seikanron ou a Mudança Política de 1873, traçaram sua política para a Coreia. Havia duas posições: (1) estabelecer sua influência sobre o país a partir da diplomacia e a assinatura de tratados iníquos e (2) ocupar militarmente o país (NAKAMURA, 1962, p. 49). A primeira alternativa foi adotada, pois esperava-se que o Japão, estabelecendo os seus tratados iníquos com a Coreia, facilitaria a negociação para a revisão de seus próprios com as potências ocidentais e também porque uma expedição militar nesse momento drenaria os recursos necessário para dar continuidade às reformas do governo Meiji e, principalmente, para modernizar as forças armadas do país (NAKAMURA, 1962, p. 49–50, 78–79; HALL, 1985, p. 261). Como resultado, em 1876 o Japão firmou o Tratado Nipo-Coreano de Amizade e em 1884 estabeleceu-se conjuntamente com o Império chinês um coprotetorado sobre a Coreia (NAKAMURA, 1962, p. 78; ROBERTS, 2011, p. 219–220).

Os resultados do debate Seikanron tiveram duas grandes decorrências que influenciaram significativamente a consolidação das novas Forças Armadas Japonesas e do *zaibatsu*: a primeira é a Rebelião de Satsuma (1877) e a segunda, a 1ª Guerra Sino-Japonesa (1894–1895). A Rebelião de Satsuma foi liderada por Saigo Takamori, o principal *genro* derrotado no debate. Saigo via em uma expedição militar à Coreia uma solução para o descontentamento e o elevado índice de desemprego dos extratos médios e baixos da antiga classe samurai. Após sua posição ser derrotada, ele retornou a Satsuma, onde abriu uma série de escolas militares privadas reunindo uma força de mais de 30 mil homens que se sublevaram contra Tóquio (MOUNSEY, 1879, p. 232). O resultado foi uma guerra de seis meses, o primeiro desafio ao novo exército japonês, que reuniu uma força de aproximadamente 60 mil conscritos (MOUNSEY, 1879, p. 231–232). A vitória do exército imperial consolidou definitivamente o novo sistema de conscrição e a continuidade de seu

programa de modernização, além de vencer a última resistência da antiga classe samurai²⁵ (HALL, 1985, p. 261).

Já a 1ª Guerra Sino-Japonesa foi primeiro teste da nova marinha e demonstrou a superioridade do zaibatsu japonês ante a indústria chinesa criada pela campanha do autofortalecimento (ROBERTS, 2011, p. 216). A guerra foi travada devido ao fracasso do sistema de coprotetorado da Coreia. No segundo dos oito meses da guerra, em setembro de 1894, a Japão destruiu a frota chinesa e nos meses subsequentes os japoneses tomaram posições estratégicas nas penínsulas coreana e de Liaodong. Como resultado o Japão anexou Taiwan e recebeu uma concessão em Liaodong, mais tarde revogada devido à pressão russa, além de tornar a Coreia sua zona de influência exclusiva. A mobilização da indústria para suprir o esforço de guerra japonês e sua consequente vitória, não só provaram o sucesso do modelo do zaibatsu como promoveram sua expansão, a consciência de classe na burguesia japonesa e sua articulação estreita com o governo e objetivos nacionais (NAKAMURA, 1962, p. 104). A vitória na guerra também serviu para abrir caminho para as negociações da primeira revogação de um tratado iníquo japonês. Ainda em 1894, o Reino Unido renunciou o seu direito de extraterritorialidade para alíquotas de importação japonesa, o que foi seguido por outras potências ocidentais nos anos subsequentes (MIYAZAKI, 2009, p. 27).

O resultado vitorioso da 1ª Guerra Sino-Japonesa e a necessidade de prover os recursos necessários para a expansão de sua indústria direcionaram os interesses japoneses para a Manchúria e suas reservas de carvão, colocando os seus interesses em rota de colisão com a Rússia. O Japão já havia manifestado o seu interesse pela Manchúria através de sua malfadada tentativa de garantir uma concessão na Península de Liaodong, em Port Arthur, porta de entrada para a Manchúria. A partir desse momento o Japão investiu pesadamente em empreendimentos ligados à infraestrutura ferroviária e à exploração de carvão na região. A Rússia, por sua vez, disputava esta região com os Qing desde o século XVII, já havia garantido os seus interesse na região com a vitória sobre o Reino Unido no cerco à Petropavlovski em 1854 (durante a guerra da Crimeia) e em 1860, através do tratado iníquo da Convenção de Pequim, anexou a Manchúria exterior (até hoje território russo). O resultado foi a escalada da competição e das tensões entre Japão e Rússia e a eclosão da Guerra Russo-Japonesa em 1905. A consequente vitória japonesa teve dois principais resultados: (1) a

²⁵ Apesar da vitória do governo imperial sobre a Rebelião de Satsuma representar a derrota final sobre os samurais, o Imperador dispensou perdão póstumo à Saigo Takamori. Posteriormente esse evento foi celebrado no Japão, Saigo elevado a herói Nacional e a Rebelião símbolo da superioridade samuraica e do bushido, elementos que serão incorporados às forças armadas japonesas, apesar de sua natureza agora de conscritos. Na década de 1930 a ideologia do bushido, agora extremamente romantizada, será utilizada para justificar o discurso da superioridade da raça e dos militares japoneses.

garantia dos recursos necessários para a expansão e consolidação de sua economia industrial, através do estabelecimento de sua zona de influência exclusiva sobre a Manchúria e (2) elevou o Japão ao status de grande potência, entrando para a história como a primeira nação asiática a vencer uma potência europeia.

Outro evento de extrema importância para a consolidação do Japão como uma potência de primeira linha foi a Rebelião Boxer (1899–1901). O Japão foi o principal participante na Aliança das 8 Nações, responsável pela derrota dos insurgentes. A sua capacidade militar impressionou as potências ocidentais, especialmente o Reino Unido, que viu no Japão um potencial aliado para a contenção do Império Russo no extremo oriente. Dessa forma, os ingleses firmaram a Aliança Anglo-japonesa em 1902, garantindo o ingresso do Japão na arquitetura do Sistema Internacional vigente com o apoio da potência hegemônica à época. Isso, além de ter viabilizado e legitimado a campanha japonesa contra a Rússia, garantiu a manutenção dos interesses japoneses na Manchúria após a sua vitória. A aceitação da potência hegemônica da entrada do Japão no rol das grandes potências do período permitiu que Tóquio renegociasse os tratados iníquos firmados com as demais potências, progressivamente abolindo-os.

Dessa forma, os *genro* haviam cumprido o compromisso firmado na Restauração Meiji: industrializaram o país, elevaram o Japão à condição de par perante as demais grandes potências e haviam constituído forças armadas capazes de garantir os seus interesses na região e perante o Sistema Internacional. O Japão, ao contrário da China, havia cumprido os pré-requisitos para a sua constituição como potência: havia constituído uma economia industrial consolidada por um sistema de manufaturas próprio e original o *zaibatsu*, havia garantido o seu Centro de Decisão Energético com os recursos da Manchúria e a centralização administrativa e havia criado forças armadas fortes o suficiente para proteger as conquistas anteriores e garantirem os seus interesses no meio internacional. Com isso, Tóquio obteve o reconhecimento das demais potências, garantido pela Aliança com a potência hegemônica do período, o Reino Unido.

Interessante notar que no período descrito acima, mesmo após a 1ª Guerra Sino-Japonesa, uma rota de colisão entre China e Japão ainda não era certa. Principalmente após a vitória japonesa na Guerra Russo-Japonesa, o Japão e o seu processo de modernização bem-sucedido tornou-se exemplo para os demais países da Ásia.²⁶ O Japão procurou utilizar-se dessa imagem para a formulação de sua política externa. Boa parte da elite intelectual chinesa

²⁶ O modelo japonês teve impacto mesmo fora da Ásia. A influência da Restauração Meiji sobre a constituição etíope de 1931 no contexto da “Restauração Haile Selassie” é um notável exemplo.

era formada no Japão. Nomes como Sun Zhongshan, Jiang Jieshi e Zhou Enlai estudaram em Tóquio. A elite japonesa promovia centros de cultura pan-asiáticos, tendo como um dos principais fomentadores desta política o pai do primeiro-ministro Konoe Fumimaro, Konoe Atsumaro (HOTTA, 2007). Entretanto, especialmente para a China, a imagem japonesa deteriorou-se após o episódio das 21 demandas. Posteriormente, os eventos políticos no Japão e o seu processo de tomada de decisão colocaram os dois países na rota de uma guerra total, como será discutido a seguir.

2.2 O Sistema Internacional do entre guerras

Da mesma forma que o avanço das potências europeias e a assinatura dos tratados desiguais causaram mudanças críticas para China e Japão, o resultado da Primeira Guerra Mundial trouxe uma redefinição dos objetivos nacionais e do seu padrão de inserção internacional. A Paz de Paris deixou ambas delegações asiáticas descontentes. Na China, o resultado das negociações de Paris seria o estopim para Movimento Quatro de Maio. O Movimento consistiu em uma série de protestos promovidos por estudantes e intelectuais que tinham como principal reivindicação o não reconhecimento do Tratado de Paris no que dizia respeito à concessão da península de Shandong (antiga possessão alemã) ao Japão. O principal legado desse movimento foi o surgimento do PCCh e a criação da 1ª Frente Unida entre o GMD e o PCCh (MARTINS, 2013a, p. 101), dentro do espírito de reunificação e da construção de um Estado forte chinês a partir dos Três Princípios do Povo de Sun Zhongshan²⁷.

Para o Japão, apesar de reconhecido o seu mandato nas ilhas do Pacífico e em Shandong, os principais resultados esperados não foram obtidos em Paris. Primeiramente, as potências ocidentais recusaram-se a reconhecer a igualdade racial entre os povos²⁸, mantendo a justificativa ideológica para a dominação colonial. Em segundo lugar, o tratado mantinha o *status quo ante* no Sistema Internacional, na medida em que mantinha a Ásia dividida em

²⁷ O Dr. Sun Yat-sen foi um dos principais intelectuais deste movimento que tinha como definição as seguintes metas: 1.) a libertação do país do jugo imperialista; 2.) um governo voltado ao povo e às necessidades da nação em detrimento das elites aristocráticas que governavam o país e levaram o mesmo a este estado catatônico e; 3) a criação de uma Assembleia Nacional e de uma democracia baseada nos moldes ocidentais e no fortalecimento da administração pública (ROBERTS, 2011, p. 237).

²⁸ Devido às leis de restrição de “pessoas de cor”, os japoneses eram impossibilitados de abrir negócios e de adquirir móveis ou propriedades nos países que adotavam regras raciais.

zonas de influência sob a lógica do monopólio comercial colonial²⁹. Para o sucesso do desenvolvimento japonês fora de uma lógica imperialista, era de vital importância o livre fluxo de bens e pessoas. Os desafios impostos por um novo momento de transição tecnológica e de expansão econômica e demográfica no Japão pressionavam o país no sentido de garantir mais e novos recursos.

Essa impressão pode ser resumida em três trabalhos de Konoe Fumimaro, futuro primeiro-ministro à época da eclosão da Segunda Guerra Sino-Japonesa e integrante da comitiva japonesa à Paris juntamente com o último *Genro* e seu mentor político Saionji Kimonchi: “Rejeitando a Paz Anglo-Americana” de 1918 (OKA, 1992, p. 10–13), “Melhorando o Nosso Mundo” de 1933 (OKA, 1992, p. 31–32) e o discurso “A Questão Básica para a Paz Internacional” de 1935 (OKA, 1992, p. 41–44).

A guerra eclode pelas condições desiguais existentes entre as nações. Uma distribuição de terras dificilmente pode ser descrita como razoável quando relega um território restrito a algumas nações com populações crescentes e capacidade de expansão, enquanto outras nações escassamente povoadas gozam de vastos territórios e recursos abundantes. [...] A Primeira Guerra Mundial pouco tem a ver com a justiça versus força bruta. Foi um conflito entre nações avançadas que se beneficiariam da manutenção do status quo e as nações menos desenvolvidas que buscavam destruí-lo. Assim, não é apenas fútil como também não razoável e injusto tentar eliminar a guerra enquanto a real causa do conflito, as condições desiguais do mundo, permanecem intactas. O que podemos fazer para remover estas condições e alcançar a paz verdadeira? Pelo menos a liberdade de transações econômicas deve ser garantida e a liberdade de migração deve ser reconhecida. [...] Entretanto, europeus e americanos condenam as ações japonesas na Manchúria e na Mongólia em nome da paz mundial. Eles nos criticam em nome da Liga das Nações e do Pacto Kellogg-Briand e alguns, inclusive, chamam a nós, japoneses, inimigos públicos da paz e da humanidade. Isto quando os Europeus e Americanos são, de fato, a barreira intransponível para a paz mundial (KONOE apud OKA, 1992, p. 31–32, tradução nossa).

Mesmo tendo sido elevado ao rol das grandes potências e aumentado sua liberdade em termos de política externa, o Japão deparava-se com um dilema. Poderia defender a nova ordem do Internacionalismo Conservador³⁰, erigida após a Primeira Guerra Mundial, ou tentar se consolidar como o líder da Ásia, seja por defender parcerias em termos iguais com os países da região, seja por uma política expansionista (TOGO, 2005, p. 9–10).

²⁹ Isso significa, na nomenclatura de Robert Gilpin (2009, p. 41–43), que Paris não trouxe uma “mudança de sistema” apesar das intenções para tanto. O que houve foi uma “mudança sistêmica”: mudaram os administradores do sistema e algumas de suas características, mas não a sua natureza e a de seus atores.

³⁰ A categoria Internacionalismo Conservador foi utilizada por Robert Schulzinger para analisar o conteúdo da diplomacia do entre-guerras. Pode-se afirmar que as iniciativas diplomáticas deste período se caracterizaram pela predominância de acordos e tratados negociados caso a caso entre as grandes potências sobre as organizações internacionais. O anticomunismo se apresentava como o elemento de consenso do Internacionalismo Conservador. A entrada da URSS e a saída do Japão da Liga das Nações demonstram o esgotamento desse modelo. (SCHULZINGER, 1990 apud MARTINS, 2013b, p. 185).

A partir da Paz de Paris, o Japão comprometeu-se com a política de Portas Abertas dos Estados Unidos e com a governança de áreas de influência sobre a China e o restante da Ásia. Esse compromisso estava expresso no Acordo Lansing-Ishii (1917), firmado entre EUA e Japão. Os termos do Acordo foram posteriormente confirmados pelo tratado das Nove Potências³¹ de 1922. Além disso, na mesma ocasião, o Japão havia se comprometido com uma limitação de sua esquadra na Conferência Naval de Washington.³² Por fim, em 1928, o Japão e demais potências assinam o Pacto Kellogg-Briand³³, renunciando o direito à guerra para a resolução de disputas, que deveriam ser dirimidas por meio de arbitragem. Paradoxalmente, o ingresso do Japão na arquitetura institucional do Internacionalismo Conservador³⁴ acabou por limitar as suas opções diplomáticas. Isso porque o crescente perfil protecionista da economia internacional ao final da década de 1920 — somado à falta de mecanismos de arbitragem para questões comerciais — criava tensões no sistema internacional que as normas propostas por estes acordos não lograram resolver. Do ponto de vista dos países em processo de modernização, como era o caso do Japão, a dificuldade em acessar recursos e mercados constituía-se em obstáculo para a consolidação do seu sistema industrial de manufaturas.

Togo Shigenori³⁵ pondera que as causas da guerra no contexto do sistema internacional da primeira metade do século XX estão relacionadas com o princípio da soberania e o desenvolvimento capitalista. A principal contradição seria entre o sistema de soberanias nacionais do período e o imperativo do desenvolvimento econômico. A existência

³¹ Japão, EUA, Bélgica, Reino Unido, China, França, Itália, Holanda e Portugal.

³² A Conferência Naval de Washington produziu três tratados principais: o Tratado das Cinco Potências (também conhecido como Tratado Naval de Washington), o Tratado das Quatro Potências (entre Japão, Reino Unido, Estados Unidos e França) e o Tratado das Nove Potências (referenciado acima). O Tratado Naval de Washington de 1922 definia a limitação de tonelagem das frotas navais das nações vencedoras da Primeira Guerra, a fins de evitar uma nova corrida armamentista na região. Os Couraçados eram na época as armas decisivas de batalha pela doutrina naval da época, devido sua capacidade de poder de fogo, armadura e projeção de força e por esta razão, estes tipos de navios receberam restrições pela convenção por definir a capacidade de força de uma frota. Assim, o Tratado de Washington buscava cumprir de forma multilateral o que os tratados SALT e START objetivavam no contexto da Guerra Fria (MARTINS, 2013b, p. 186). A tonelagem máxima estabelecida por país foi de 580 mil t. (Reino Unido); 500 mil t. (Estados Unidos); 300 mil t. (Japão); 220 mil t. (França) e 180 mil t. (Itália).

³³ O Pacto Kellogg-Briand de 1928 foi um acordo internacional no qual os signatários abdicavam da guerra como instrumento de política nacional, ou seja, como meio de solução de conflitos ou disputas internacionais. O conceito da criminalização da guerra foi reforçado na Carta das Nações Unidas.

³⁴ Uma série de tratados e acordos foram assinados neste período. Os principais são: 1) o Acordo Lansing-Ishii (1917), 2) a Paz de Paris (1918), 3) o Tratado Naval de Washington (1922), 4) o Pacto Kellogg-Briand (1928) e 5) o Tratado Naval de Londres (1930). Tomados em conjunto, estes acordos prefiguram a existência de um regime internacional para o leste asiático.

³⁵ Togo Shigenori, ministro das Relações Exteriores (1941–1942 e 1945), era contra uma ação belicosa ante as potências ocidentais e advogava que o Japão deveria consolidar sua liderança regional através da premissa de construir uma comunidade de nações regionais através da promoção do comércio, desenvolvimento tecnológico e segurança contra excursões estrangeiras. O argumento se baseia no fato de que o país prosperou, após 1868, mais com ações de cooperação do que com os engajamentos militares.

de colônias e o protecionismo vigente entrava em conflito com a necessidade dos países em encontrar matérias-primas e mercados para assegurar o processo de industrialização. O segundo elemento seria a ineficácia dos regimes internacionais vigentes. Os tratados não só falhavam em solucionar as tensões existentes como eles próprios as geravam, por serem discriminatórios e por não possuírem mecanismos adequados às necessidades do sistema internacional (TOGO, 1956, p. 111–112).

O dilema diplomático do Japão se tornou evidente durante os cinco anos e meio em que Shidehara Kijuro³⁶ ocupou o posto de ministro das Relações Exteriores do Japão. Nesse período, o Japão procurou aplicar uma política baseada simultaneamente no compromisso com Reino Unido e Estados Unidos, além de uma aproximação com a China baseada no livre comércio e na não intervenção em assuntos internos (TOGO, 2005, p. 17–18). Entretanto, a severa depressão econômica a partir de fins da década de 1920 fortaleceu a posição de militares e da iniciativa privada japonesa em torno da ampliação de gastos militares e da garantia de uma esfera de influência não apenas na Manchúria ou Mongólia, mas em toda a China. A posição de Shidehara também se tornou cada vez mais insustentável devido às tensões provocadas pela falta de normatização na economia global. A arquitetura internacional promovida pela Liga das Nações e as potências ocidentais, apesar de procurarem evitar conflitos, eram deficientes na criação e imposição de regimes internacionais nas áreas do comércio, econômicas e financeiras, o que restringiam as opções das potências emergentes em um cenário de depressão, crise econômica internacional e crescente protecionismo.

A aliança com o Reino Unido passou a perder a sua *raison d'être* com a inflexão do Sistema Internacional do século XIX para o XX. Além da mudança do sistema baseado em alianças bilaterais em direção à concertação multilateral, os principais motivadores da aliança não estavam mais presentes. O Japão já tinha se recuperado dos tratados desiguais e podia garantir seus interesses no leste asiático. A Alemanha e a Rússia, que consistiam nos maiores antagonistas do Reino Unido e do Japão respectivamente, estavam enfraquecidas na década de 1920. Isso, somado à entrada dos EUA no cálculo de governança mundial, acarretou um tratado quadrilateral entre Reino Unido, Japão, EUA e França durante a Conferência Naval de Washington, que substituiu as antigas alianças bilaterais (TOGO, 2005, p. 17).

Segundo Togo Shigenori (1956), as relações com os EUA começaram a se deteriorar a partir deste momento:

[N]a Conferência pós-guerra de Washington, os Estados Unidos, no esforço de perpetuar a política de Portas abertas na China, obteve êxito em causar a

³⁶ Shidehara foi ministro das Relações Exteriores duas vezes, de 1924 até 1927 e novamente de 1929 até 1931.

ab-rogação da Aliança Anglo-Japonesa e sua supressão pelo Tratado das Nove Potências, ao mesmo tempo em que restringia o poderio do Japão no Pacífico através do Tratado de Limitação Naval. As relações nipo-americanas deterioraram-se progressivamente em diante (TOGO, 1952, p. 106, tradução nossa³⁷).

Pode-se dizer com segurança que o propósito que orientou o Japão nos anos entre as guerras foi o de libertar-se das obrigações dos tratados celebrados na Conferência de Washington. O Tratado das Nove Potências, em particular, exerceu uma grande influência sobre as relações nipo-americanas a partir de então. [...] O Japão, especialmente o Ministério das Relações Exteriores, nunca compreendeu o quão resoluta era o compromisso dos Estados Unidos com o Tratado das Nove Potências, e ao princípio das Portas Abertas no qual ele foi baseado, o quão obstinada era a intenção americana de mantê-lo até o fim, mesmo correndo o risco de ir à guerra por ele; esse estado de coisas certamente existia desde antes da eclosão do Incidente da Manchúria, assim como nos dias de Matsuoka e, daí em diante (TOGO, 1952, p. 106–107, tradução nossa³⁸).

Ao passo que o Japão veio a agir e a ser considerado como a força de estabilização no Extremo Oriente, surgiram atritos, e o país também passou a estar em conflito frequente com os Estados Unidos e outros países. [...] Essas condições tinham seu reflexo natural dentro do Japão. À medida que o Japão, no curso normal de seu desenvolvimento capitalista em expansão para o continente, encontrou-se em oposição naquele estágio pela Grã-Bretanha e pela América, os militaristas e outros, aproveitando a crescente onda do expansionismo, começaram a aceitar a ideia de que a nação deveria se preparar para uma guerra, que seria o fim inevitável do confronto com as potências ocidentais. (TOGO, 1952, p. 107, 109, tradução nossa³⁹).

Apesar da posição de Togo, o Reino Unido apresentou um comportamento mais ambíguo em relação à deterioração das relações nipo-estadunidenses. A Aliança Anglo-Japonesa de 1902 foi o que garantiu, durante a Primeira Guerra Mundial, a escolta de tropas da ANZAC⁴⁰ e a defesa de suas possessões na Ásia e no Pacífico, liberando a armada inglesa

³⁷ No original: “at the postwar Washington Conference the United States, working to perpetuate the policy of the Open Door Policy in China, succeeded in bringing about the abrogation of the Anglo-Japanese Alliance and its suppression by the Nine Power Treaty, while restricting Japan’s power in the Pacific through the Naval Limitation Treaty. Japanese-American relations continually deteriorated thenceforward”.

³⁸ No original: [...] It can safely be said that Japan’s guiding purpose in the years between the wars was that of freeing herself from the obligations of the treaties concluded at the Washington Conference. The Nine Power Treaty in particular exerted a great influence on subsequent Japanese-American relations. [...] Japan and specially the Foreign Ministry, never comprehended how resolute was the United States’ commitment to the Nine Power Treaty, and to the principle of the Open Door on which it was based, how obstinate the American intention to stand on it to the end, even at the risk of going to war for it; that state of affairs had of course existed from before the outbreak of the Manchurian Incident, as well as in the days of Matsuoka and thereafter.

³⁹ No original: “As Japan had come to act and to be regarded as the stabilizing force in the Far East, frictions developed, and she had come also to be in frequent conflict with the United States and other countries. [...] These conditions had their natural reflection within Japan. As Japan, in the normal course of her capitalistic development expanding into the continent, found herself opposed at very stage by Britain and America, the militarists and others riding the mounting wave of expansionism began to accept the idea that the nation must prepare for a war as the inevitable end of the confrontation with the Western Powers.”

⁴⁰ Australia and New Zealand Army Corps.

para defender o seu território (BUCHANAN, 2010, p. 153–154). Ela só foi substituída pelo Tratado das Quatro Potências após pressão estadunidense e amplo debate no parlamento britânico. Ao mesmo tempo, o Reino Unido abdicou de sua superioridade marítima em favor do Tratado das Cinco Potências da Conferência Naval de Washington. Conjuntamente com os EUA, Londres comprometeu-se a não criar novas fortificações em suas posições ao norte de Malaca e no Pacífico para garantir que o Japão anuísse a estes tratados (BUCHANAN, 2010, p. 163).⁴¹ Os partidários de uma aliança anglo-estadunidense venceram o debate, mas ficava em aberto a defesa do Império britânico na Ásia, principalmente após os grandes cortes nos investimentos da Royal Navy promovidos por Churchill em seu mandato como Ministro das Finanças. A justificativa que se utilizou foi a de não acreditar em uma possível guerra com o Japão⁴² (BUCHANAN, 2010, p. 166). Essa era uma posição deveras ingênua para quem defendia uma aliança anglo-estadunidense em detrimento de seus territórios no Pacífico. Ainda mais levando em conta que era clara a noção, para o Parlamento do Reino Unido, de que o fim da aliança anglo-japonesa colocava os antigos parceiros asiáticos em rota de colisão com o domínio britânico na região⁴³.

Esse debate retornou à pauta no Reino Unido e dividiu o seu parlamento no Incidente da Manchúria. Enquanto os EUA, seguindo os preceitos da Doutrina Stimson⁴⁴ adotada pelo novo governo Roosevelt, pressionavam Londres a impor sanções contra o Japão, parte do parlamento e principalmente o Ministério das Relações Exteriores argumentavam que o Reino Unido não possuía nenhum compromisso com a integridade territorial e soberania chinesas (O'BRIEN, 2004, p. 267; BUCHANAN, 2010, p. 172). Os britânicos temiam pelo futuro de seu império na Ásia no caso de uma guerra na Europa, como observou Neville Chamberlain, então Chanceler do Exchequer⁴⁵, em defesa de uma reaproximação com o Japão em memorando em 1934:

⁴¹ Aqui é possível fazer uma analogia com o conceito de *buck-passing* como apresentado por John Mearsheimer (2001, p. 157–158). O Reino Unido, ao apoiar a ascensão do Japão, procurava proteger suas colônias e rotas marítimas no extremo oriente do assédio de outras potências e assim repassava os custos da hegemonia.

⁴² Apesar do debate estratégico, a principal razão por trás dos cortes de gastos promovidos por Churchill estava mais relacionada a uma abordagem liberal para solucionar os problemas econômicos ingleses resultantes da Primeira Guerra Mundial.

⁴³ Buchanan (2010, p. 155–156, 162) detalha os debates sobre esse tema desde a Conferência de Paris. Figuras políticas como Lloyd George, Bill Huges e David Beatty alertaram sobre a questão da aliança e da redução da frota.

⁴⁴ O Secretário de Estado dos Estados Unidos de Hoover, Henry Stimson, anunciou em 7 de janeiro de 1932 que o país não reconheceria as mudanças internacionais oriundas do uso da força. Entretanto, a Doutrina Stimson aplicava-se exclusivamente à política externa japonesa e não a outro país, o que enfraqueceu a ala civil do gabinete do Primeiro-Ministro Onukai Tsuyoshi assim como os segmentos que buscavam uma maior cooperação com as Potências Ocidentais.

⁴⁵ Análogo ao cargo de Ministro das Finanças.

[...] se tivéssemos de considerar a divisão de nossas forças a fim de proteger nossos interesses no Extremo Oriente e, ao mesmo tempo lutar numa guerra na Europa, não apenas a Índia, Hong Kong e Austrália ficariam em terrível perigo, como nós mesmos estaríamos diante de enorme tribulação causada por uma Alemanha completamente armada e organizada (CHAMBERLAIN apud BUCHANAN, 2010, p. 172).

Da mesma forma a Doutrina Stimson foi vista como o primeiro passo para a guerra pelos japoneses, como afirmou Togo Shigenori (1952):

Depois de assumir a Presidência em 1933, Roosevelt apoiou a Doutrina Stimson sem reservas e esforçou-se para conter o crescimento da influência política do Japão no continente, que ele considerava uma ameaçadora violação à valorizada Política Estadunidense de Portas Abertas. Sugeriu-se até mesmo que a principal finalidade do reconhecimento estadunidense do governo soviético em novembro de 1933, depois de muitos anos de não reconhecimento, era romper a amizade russo-japonesa; esse foi, de qualquer modo, o primeiro passo no longo caminho para Yalta (TOGO, 1952, p. 109, tradução nossa⁴⁶).

Outro fator que não pode ser negligenciado é a resposta encontrada pelas grandes potências para responder ao desafio imposto pela transição tecnológica da primeira para a segunda fase da Revolução Industrial: o capitalismo de estado (MARTINS, 2013b, p. 184). A partir desse momento, só teriam condições de se manter como polos no Sistema Internacional aquelas potências que dispusessem de vastos territórios e recursos naturais, como EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Aquelas que não possuísem, como Reino Unido e Japão, necessitavam compensar através da manutenção de esferas de influência, monopólios e custosos aparatos coloniais. O Japão via a resposta para esse desafio na sua relação com a China. Para manter suas pretensões de liderança no leste asiático, ou o Japão encontraria um novo mecanismo de integração com o continente, ou se utilizaria da expansão militar. Como será exposto na próxima seção, o Japão acabou optando pelo caminho da força devido a uma série de fatores conjunturais políticos, econômicos e sociais.

2.3 O caminho para a guerra

Após a morte de Yuan Shikai em 1916, a China sofreu com um vácuo de poder. Assim teve início a Era dos Senhores da Guerra que só se encerrou em 1928 com a conclusão

⁴⁶ No original: “After Roosevelt’s assumption of the Presidency in 1933, he supported the Stimson Doctrine without reservation, and endeavored to restrain the growth of Japan’s political influence on the continent, which he regarded as a threatening infringement on the cherished American Open Door Policy. It has even been suggested that the main purpose of the American recognition of the Soviet government in November 1933, after many years of non-recognition, was the disruption of Russo-Japanese amity; it was, at any rate, the first step on the long road to Yalta.”

da expedição ao norte de Jiang Jieshi. Esse período foi de elevada descentralização política e de praticamente ausência de um governo central, apesar das potências continuarem a reconhecer o governo de Pequim como o único representante da totalidade do território e da população chinesa. É a partir desse vácuo de poder que o Guomindang, que havia sido proibido ainda durante o governo de Yuan Shikai, encontrou espaço para reestruturar-se e liderar a reunificação do território chinês a partir das negociações e campanhas militares de Jiang Jieshi. É nesse momento também que o Partido Comunista Chinês irá se estruturar e criar sua primeira base no sul da China.

Apesar do período dos senhores da guerra ser considerado uma etapa sombria da história chinesa, Roberts (2011, p. 246) argumenta que existem alguns pontos positivos a serem destacados. As exportações e o número de indústrias modernas aumentaram durante a Primeira Guerra Mundial e a produção industrial aumentou 300% entre os anos de 1916 e 1918 (ROBERTS, 2011, p. 246). Entretanto, esse resultado econômico positivo ainda estava ligado aos interesses das economias de enclave existentes nas concessões e zonas de influência das grandes potências estabelecidas na China. O Estado chinês ainda carecia de seu próprio centro de decisão e de uma indústria ou burguesia ligada aos interesses nacionais. Carecia também de um exército nacional, que só será reestabelecido através de nova cooptação dos Senhores da Guerra.

Nesse sentido, um dos principais marcos para a retomada do poder pelo Guomindang foi a criação da Academia Militar de Huangpu em 1924. A Academia foi responsável pela criação formação de um novo oficialato e lideranças chinesas tanto comunistas, como Zhou Enlai, quanto nacionalistas, como Chen Cheng, e o seu primeiro comandante foi Jiang Jieshi.

A Academia foi uma concepção de Sun Zhongshan, como forma de organizar um novo exército e uma campanha para a retomada do controle do país pelo Guomindang. O empreendimento tornou-se um sucesso após o apoio financeiro e militar da União Soviética para a formação do exército nacionalista e o lançamento da campanha da Expedição do Norte (PAINE, 2012, p. 51, 53). A Expedição do Norte, apesar da terminologia, consistiu em uma campanha militar de grandes proporções, envolvendo mais de um milhão de combatentes, estendendo-se pela maior parte do território chinês, causando um número desconhecido de baixas civis e militares e resultando na Grande Fome de 1927 que matou de 3 a 6 milhões de civis. O seu objetivo declarado era a reconquista do governo do país por parte do GMD e o objetivo não declarado era a definição pela liderança do partido e a base de alianças do futuro governo.

Após a morte de Sun Zhongshan em 1925 a liderança do GMD passou a ser disputada entre Jiang Jieshi, comandante do novo exército nacionalista e Wang Jingwei, considerado sucessor de Sun. O primeiro defendia o fim da frente unida com os comunistas, substituir o apoio soviético pelo japonês e consolidar uma base de governo semelhante à de Yuan Shikai, a partir da cooptação dos Senhores da Guerra (PAINE, 2012, p. 53). Já Wang, devido sua proximidade à Sun, era considerado o seu sucessor natural, ele defendia a manutenção da aliança com o PCCh como a melhor forma para reunificar o país e se opunha a cooptação dos Senhores da Guerra, apesar de também achar necessária uma acomodação com os japoneses para possibilitar a reconstrução do Estado chinês (PAINE, 2012, p. 60).

A disputa entre Jiang e Wang resultou na divisão do GMD em dois governos, um sediado em Nanquim liderado pelo primeiro e outro em Wuhan chefiado pelo segundo. Entretanto, durante o avanço da Expedição ao Norte, Jiang Jieshi instituiu uma política de Terror Branco, cujo o marco foi o Massacre de Xangai em abril de 1927. A perseguição e o expurgo dos comunistas do GMD acabaram minando o apoio ao governo de Wang Jingwei, que no mesmo ano se desintegrou fazendo com que Wang reconhecesse a liderança de Jiang, agora o líder supremo do GMD e posteriormente da República da China. Apenas um ano após o Massacre de Xangai mais de 300 mil comunistas haviam sido mortos (BARNOUIN; YU, 2006, p. 38), colocando fim a 1ª Frente Unida Nacional entre nacionalistas e comunistas. Como resultado sucederam-se cinco campanhas de cerco e aniquilamento (1930–1934), culminando com a retirada comunista de suas bases no sul e no litoral na campanha que ficou conhecida como a Longa Marcha (1934–1936). A perseguição e o expurgo dos comunistas também representou o fim do apoio soviético, Jiang pretendia substituir este apoio pela aquiescência e possível suporte de Tóquio, visto que agora possuíam um inimigo comum, o comunismo (PAINE, 2012, p. 53–54).

A aquiescência japonesa também era necessária, não só para empreender campanhas militares contra o que acreditava ser o seu principal rival, o PCCh, mas também para que pudesse sufocar as rebeliões de seus novos aliados, como ocorreu em 1929, logo após o fim da Expedição ao Norte. Em 1929 essas rebeliões evoluíram para uma guerra civil aberta, que ficou conhecida a Grande Guerra das Planícies Centrais e que durou oito meses, envolvendo um milhão de combatentes e 300 mil baixas (PAINE, 2012, p. 70). Dessa forma, Jiang priorizou externamente o entendimento com os japoneses, utilizando-se de seu principal rival, Wang Jingwei, agora integrado ao seu governo, como testa de ferro para esta política impopular (PAINE, 2012, p. 61), até 1932 quando Wang desertou. Wang retornaria à China em 1938 para chefiar um governo fantoche japonês na China.

As negociações de Jiang com o governo japonês tiveram início após o Massacre de Xangai e antes da conclusão da Expedição do Norte, em novembro de 1927 (PAINE, 2012, p. 54). Ainda em maio de 1927 o Primeiro Ministro Tanaka demonstrou publicamente seu apoio à política de Terror Branco de Jiang, afirmando que o Japão apoiaria os seus objetivos políticos enquanto Jiang se comprometesse com o combate ao comunismo e a unificação do país (PAINE, 2012, p. 54–55). Nesse momento o principal desafio para o sucesso de Jiang era o senhor da guerra da Manchúria, Zhang Zuolin, que detinha o controle sobre todo o norte da China, incluindo Pequim, além de, segundo o Primeiro Ministro Tanaka Giichi, “ser o homem do Japão na China” (PAINE, 2012, p. 55). Jiang esperava cooptar Zhang Zuolin e que o Japão apoiasse sua campanha anticomunista em uma China agora unificada (PAINE, 2012, p. 54). Apesar dessa política inicialmente ter garantido o apoio do gabinete em Tóquio, como será abordado a seguir os eventos ocorridos na Manchúria irão precipitar a guerra entre os dois países⁴⁷.

Assim, em 1928, Jiang encerrou de forma vitoriosa a Expedição do Norte, derrotando Zhang e marchando sobre Pequim e Shandong, uma das principais sedes da presença japonesa na região (ROBERTS, 2011, p. 254). Jiang logrou acabar com a Era dos Senhores da Guerra, seja pela vitória militar, seja integrando lideranças regionais como generais de seu exército. Assim, a República da China foi reunificada e a capital foi transferida para Nanquim, base do poder do GMD, iniciando o período histórico que é conhecido como a Década de Nanquim.

Não há consenso sobre o resultado econômico da Década de Nanquim. Há quem defenda que houve estagnação completa da economia no período e há quem defenda que o produto da economia cresceu ao mesmo ritmo que o Japão na época. Entretanto, há unanimidade em alguns pontos. Nesse período houve grande aumento de gastos com as forças armadas, perfazendo 78% da renda nacional chinesa (PAINE, 2012, p. 51–52) — a China voltou a possuir um exército nacional e as escaramuças com japoneses e comunistas precisavam ser custeadas —, e grande ampliação da infraestrutura do país. Durante essa década foram construídos 8 mil quilômetros de linhas férreas, 51 mil quilômetros de rodovias e, ao eclodir da guerra, mais 10 mil quilômetros ainda estavam em construção (ROBERTS,

⁴⁷ Jiang Jieshi tentaria alcançar um acordo com os japoneses ao menos mais duas vezes, em 1939 e 1940. Em outubro de 1939, Jiang tentaria estabelecer a paz com os japoneses através de mediação alemã. Jiang estava disposto a reconhecer a soberania de Manchukuo e reconhecer os interesses especiais japoneses no norte da China. Além disso, Jiang oferecera aos alemães, em troca dos bons ofícios, fornecer matérias-primas aos alemães ao invés dos ingleses (PAINE, 2012, p. 164). Em fim, em 1940, Jiang tentaria mais uma vez alcançar a paz, através dos alemães, com os japoneses, acrescentando à oferta anterior direitos de bases navais em Shanghai, Qingdao, Fuzhou, Hong Kong e Shantou (PAINE, 2012, p. 164–165).

2011, p. 258). No entanto, havia contradições nesse desenvolvimento. O abismo econômico entre os camponeses e a população urbana aumentou durante o período, em parte devido ao comprometimento de Jiang com os antigos senhores da guerra (o que crescentemente aumentava a popularidade do PCCh no campo, em detrimento do apoio a Jiang). Além disso, mais da metade do investimento em linhas férreas foi promovido por japoneses na Manchúria, que ao fim da década de Nanquim foi ocupada pelo Japão (ROBERTS, 2011, p. 259). Ao mesmo tempo, o governo do GMD tentou assentar as bases para a construção do Estado chinês a partir de um exército nacional, entretanto o custeio de suas campanhas e posteriormente a guerra contra o Japão impediram a consolidação de uma indústria e burguesia nacionais e um centro de decisão autônomo.

O sucesso da expedição ao norte de Jiang provocou a queda do ministro das Relações Exteriores Shidehara Kijuro e uma reorientação da política externa japonesa para a China, mesmo após das negociações do gabinete de Tóquio com Jiang Jieshi. Pois, neste momento, o exército Guandong⁴⁸ começou a adquirir maior influência, conduzindo ações à revelia do governo central de Tóquio. O próprio comandante do Exército Guangdong, general Honjo Shigeru, declarou que a política externa do governo japonês divergia da política externa de seu exército (PAINE, 2012, p. 22). Este exército foi responsável pelo assassinato de Zhang Zuolin em 1928, pois seus membros temiam que sua derrota poderia ter sido proposital ou facilitada como forma de barganhar sua aliança com o Japão ou a defecção para o exército nacionalista. Este evento precipitou a queda do gabinete em Tóquio e abriu espaço para as Forças Armadas japonesas perpetrarem o golpe de estado em 1936. Zhang Zuolin foi substituído pelo seu filho Zhang Xueliang, que aderiu ao governo de Nanquim e incentivou a ação do exército nacionalista contra as posições japonesas na Manchúria, agravando a situação japonesa. Zhang foi, inclusive, o artífice da segunda frente unida entre o GMD e PCCh, através do sequestro de Jiang Jieshi em dezembro de 1936. Jiang foi libertado somente após se comprometer a cessar as ofensivas contra os comunistas e tornar a defesa contra os japoneses a maior prioridade do governo nacionalista (ROBERTS, 2011, p. 266). Foi nesse ano também em que os governos de Hebei e da Mongólia Interior tornaram-se fantoches do Estado japonês.

Durante a década de 1920 o Japão vivera um período de grande prosperidade econômica. Em grande parte, da mesma forma como ocorreu com a China, isso se deu no

⁴⁸ O Exército de Guandong (ou Kwantung) era o mais prestigiado segmento do Exército Imperial do Japão e tinha direto controle sobre o território da Manchúria, tendo uma administração independente atuava como um corpo político autônomo do governo civil de Tóquio.

contexto do pós Primeira Guerra Mundial. Com as economias europeias devotadas ao esforço de guerra, a economia japonesa cresceu de forma acelerada, ocupando os mercados abandonados pelos europeus (MIYAZAKI, 2009, p. 29; SHIGEMITSU, 1958, p. 26). Essa prosperidade foi acompanhada por um momento de efervescência cultural, de maior participação política da população com movimentos sociais e ampliação de direitos (como a instituição do sufrágio universal masculino). Houve um esforço da política externa para a manutenção da arquitetura regional do Internacionalismo Conservador e a implementação de uma política de não intervenção para a China. Esse período ficou conhecido como Democracia Taisho e, *grosso modo*, estendeu-se de 1918 até 1927.

Entretanto, os impactos consecutivos do Grande Terremoto de Tóquio⁴⁹ (1923), da Crise Financeira Showa (1927) e da Grande Depressão (1929) minaram os fundamentos políticos e econômicos da Democracia Taisho (SHIGEMITSU, 1958, p. 27). O Japão tornou-se cada vez mais dependente do comércio e dos investimentos em suas zonas de influência, especialmente da Manchúria, que já em 1910 respondia por 40% do comércio com a China (MIYAZAKI, 2009, p. 29–30). No período 1917–1929, 16,7% dos ativos externos japoneses encontravam-se no leste asiático, e no período de 1930–1939 este valor saltou para 35,2%. A relação entre Investimento Externo japonês e o PNB subiu de 0,91% em 1922 para 3,61% em 1937 (MIYAZAKI, 2009, p. 40, 44). A participação do comércio exterior no PNB japonês saiu de 27% no período 1917–1926 para 33,7% no período 1927–1936, sendo que a participação do leste asiático nesse comércio girava em torno de 47,6% nas exportações e 37,4% das importações (MIYAZAKI, 2009, p. 40, 43, 46, 50–51). Em 1945, ao fim da guerra, 37,5% dos ativos externos japoneses estavam concentrados na Manchúria e norte da China (MIYAZAKI, 2009, p. 41).

Entretanto, mesmo se levada em consideração essa configuração econômica, a desconstrução do legado da Democracia Taisho foi um longo processo. Entre os fatores críticos que provocaram o seu desmantelamento, destacam-se o apoio de grande parcela dos conglomerados que compunham o sistema zaibatsu ao golpe de Estado, o vácuo institucional deixado após o fim do governo dos *genro* e a desobediência militar frente aos gabinetes civis, culminando em uma rebelião militar em fevereiro de 1936.

Como descrito anteriormente, o ambiente internacional no período entre guerras foi marcado pela tentativa de estabelecer regimes internacionais no que concernia segurança,

⁴⁹ O Grande Terremoto de Tóquio foi responsável pela morte de mais de 100 mil pessoas e mais de 50 mil famílias perderam suas casas. A destruição provocada pelos terremotos foi potencializada por uma série de incêndios. As perdas giraram entre 5,5 e 10 bilhões de ienes, e houve queda nas exportações, que tornaram a balança de pagamentos negativa.

defesa e governança. Entretanto falhou em regulamentar relações econômicas e dirimir disputas comerciais. Devido o processo de reconstrução europeu e a crise econômica e financeira do final da década de 1920, propagou-se um ambiente marcado pelo protecionismo econômico, entre 1929 e 1931 as exportações japonesas caíram pela metade, enquanto os chineses aumentavam as tarifas para entrada de produtos japoneses e promoviam boicotes (PAINE, 2012, p. 20–21). É sintomática também a quebra do sistema bancário japonês na crise 1927, é possível que este fator tenha colaborado pela ascensão do zaibatsu como grupo político predominante e a sua postura agressiva no sentido de buscar o controle direto de seus investimentos. Este perfil alçaria o zaibatsu ao papel de principal apoiador da aventura expansionista do Exército Kwantung. Entre 1914 e 1931 o Japão saltaria da condição de quarto maior investidor externo na China para o segundo lugar, próximo a Inglaterra. O Japão correspondia a 35,1% do total do estoque de investimento estrangeiro na China, enquanto a Inglaterra possuía 36,7% (MIYAZAKI, 2009, p. 60). O resultado foi o aumento da dependência dos zaibatsu em seus negócios na Manchúria, entre 1926 e 1931 a Manchúria absorveu 70% do investimento externo direto japonês e o aumento da competição com empresas chinesas (PAINE, 2012, p. 23). Desse modo os grupos de pressão ligados aos zaibatsu passaram a defender a adoção de políticas agressivas contra a China e viam na expansão dos gastos militares um meio de amenizar os efeitos do período de crise. Assim, progressivamente, os zaibatsu passaram a apoiar políticas belicistas promovidas pelas forças armadas japonesas.

Enquanto os militares, especialmente o exército, encontravam-se divididos em duas grandes facções desde princípios da década de 1920, a Kodoha e a Toseiha. Ambas correntes identificavam-se com visões fascistas e militaristas de sociedade, acreditavam que o Japão deveria ser liderado pelo Imperador através das Forças armadas se opondo ao modelo democrático parlamentarista então vigente. Entretanto, a Kodoha possuía uma ideário mais ligado à um passado ideal japonês ligado à terra e o código moral samurai, o Bushido, enquanto a Toseiha defendia a ampla modernização das Forças Armadas e uma ênfase no progresso e industrialização. Assim, a segunda facção, dominante principalmente no Exército Kwantung, encontraria apoio no zaibatsu.

Deficiências institucionais também tiveram o seu papel na ascensão dos militares ao governo japonês. A Constituição Meiji era contraditória quanto as responsabilidades das forças constituídas no Estado japonês, tendo o Imperador como responsável último pelo processo decisório. Era através desse espaço que os *genro* governavam através de indicação direta do Imperador. Após a morte da maior parte dos *genro* o país passou gradualmente a

refletir o resultado das eleições, tornando-se de fato democrático. Entretanto, apesar dos gabinetes agora representarem a vontade popular as Forças Armadas constitucionalmente respondiam apenas ao Imperador. O resultado foi a progressiva independência das Forças Armadas, especialmente o exército estacionado na Manchúria, das decisões tomadas em Tóquio. Os principais exemplos deste fenômeno foram o atentado a Zhang Zuolin em 1928 o incidente da Manchúria em 1931, que interromperam as tentativas do gabinete em Tóquio de negociar com Jiang Jieshi.

Desse modo, a década de 1930 será marcada por tentativas de golpe e assassinatos por parte do exército, configurando um período de transição no Japão conhecido como governo por assassinato (COOX, 1976, p. 23). Entre 1930 e 1935 ocorreram cinco tentativas de golpe perpetradas por oficiais do exército acompanhadas por tentativas e assassinatos de Ministros e políticos. O ápice desta disputa foi a tentativa de golpe conhecida como o Incidente de 26 de Fevereiro de 1936. Nesta data cerca de 1500 militares em Tóquio ocuparam a sede do governo e tentaram ocupar o Palácio Imperial, além de atentarem contra a cúpula do gabinete e do conselho privado do Imperador, sucedendo no assassinio de dois ex-premiês. A rebelião militar só foi debelada após três dias e resultou no desmantelamento da Kodoha, identificada como responsável pela iniciativa.

Apesar da rebelião não ter atingido o seu objetivo principal, de sequestrar o Imperador e instaurar um regime militar, abriu caminho para a unificação do exército entorno da Toseiha e acabou com qualquer perspectiva de manter um domínio de um governo civil sobre os militares. O último genro ainda vivo (e que também era um dos alvos dos militares revoltosos), Saionji Kimochi, aconselha o Imperador a nomear o príncipe Konoe Fumimaro ao posto de Primeiro-Ministro. Segundo o genro ele seria o único nome capaz de criar um governo de consenso e impedir que os militares assumissem completamente o governo (OKA, 1992, p. 45).

Konoe assumiu o gabinete em junho de 1937, com a promessa de reconciliar civis e militares e promover uma política externa em prol de uma integração pan-asiática. Entretanto, um mês após o início de seu governo o Exército Kwantung provocou o incidente da Ponte de Marco Polo, marco inicial da 2ª Guerra Sino-japonesa. Dessa forma, o gabinete de Konoe se tornou dependente das decisões do Exército, resultando em governo baseado em uma política de fato consumado, tornando o caminho da guerra sem retorno. O poder decisório de fato havia passado aos militares da facção Toseiha, que em 1941 assumiria o gabinete com o general Tojo Hideki.

2.4 Conclusões do capítulo

Este capítulo procurou demonstrar como se deu o processo de inserção de China e Japão ao Sistema Internacional. A imposição de tratados iníquos inseriu os dois países na divisão do trabalho do sistema capitalista, porém também engendrou o impulso para reformas e a busca e consolidação de uma Revolução Nacional. Ambos os países possuíam em sua agenda a consolidação de um Centro de Decisão Energético (carvão e vapor), uma burguesia nacional e um exército nacional moderno. Talvez não seja mera coincidência estes serem os mesmos atributos com os quais o Reino Unido sedimentou a sua hegemonia. O Japão obteve sucesso em concluir esse processo em um primeiro momento, enquanto a China ainda sofria para unificar o país após a queda do regime Qing. O processo de modernização chinês ainda teria de aguardar até a conclusão da guerra civil em 1949.

Em um segundo momento o Japão garantiu o seu ingresso no rol das grandes potência e se desfazer de tratados iníquos impostos no século anterior. Dessa forma ele integrou e participou da construção da arquitetura do Sistema Internacional erigida pela coalizão de potências vencedoras da I Guerra Mundial. Entretanto, apesar desse novo sistema ser marcado pela tentativa de comprometer as potências em regimes de governança que procuravam evitar novas conflagrações, ele falhou em atacar as suas causas. Ou seja, não se instauraram mecanismos de regulamentação financeira, econômica e comercial, mantendo profundas desigualdades entre as potências estabelecidas e as emergentes e perpetuando a disputa por zonas exclusivas de influência como o único meio de superar barreiras protecionistas em situações de crise do sistema.

O contexto internacional descrito, combinado a instabilidade política interna na China e no Japão, progressivamente, posicionou-os em rota de colisão. A crise econômica, deficiências institucionais e a colisão entre os interesses japoneses e ocidentais permitiu com que ascendesse, através da subversão do Estado Democrático de Direito, uma coalizão de forças do Exército e de segmentos do zaibatsu ao governo japonês. As dificuldades chinesas em consolidar sua reunificação combinados com sua convulsão interna, evidente na disputa entre Guomindang, Partido Comunista e Senhores da Guerra pela supremacia, foram visualizados pelo novo governo japonês como a oportunidade ideal para consolidar sua zona de influência exclusiva sobre a China pela agressão militar.

Em suma, não se pode defender um nexos causal direto entre a ascensão japonesa como grande potência e a convulsão chinesa na segunda metade do século XIX, com a guerra total entre China e Japão durante a 2ª Guerra Sino-Japonesa e a II Guerra Mundial. Esses

eventos só podem ser devidamente explicados através da análise da conjunção de todos os fenômenos e fatores descritos neste capítulo.

3 A BATALHA DE CHANGSHA (1939)

Sucintamente, este capítulo trata, em 3.1, do papel da cidade no âmbito estratégico: sua localização, seu papel na 1ª Guerra Civil Chinesa (1927–1937), na diplomacia japonesa no pré-guerra e de seu papel na decisão de atacar os EUA. Em 3.2, cabe, no âmbito das operações, compreender o papel da 2ª GSJ na criação do que pode se chamar “Modo Asiático de Fazer a Guerra”. Já em 3.3 verifica-se, no âmbito da tática, o papel cumprido pela engenharia, a logística e a criação de condições para ação da infantaria leve (guerrilheiros) em confrontos de Forças com capacidades técnicas superiores. Por fim, aborda-se em 3.4 o papel atual dos ensinamentos da 2ª GSJ: o que Changsha diz à guerra nuclear e espacial, por este viés, à PES de China e EUA.

A expectativa é de que, ao fim deste capítulo possa-se, ao menos parcialmente, elucidar três questões: (a) por que o Japão — que não conseguiu derrotar a China nos 10 anos precedentes (1931–1941) — atacou os Estados Unidos; (b) discutir a existência de um “Modo Asiático de Fazer a Guerra” e sua eventual conexão com as PES hodiernas da China e dos EUA; e (c) o papel de Changsha, agora tomada como escudo do centro da China, como chave de país na estratégia chinesa.

3.1 Changsha e o Nível Estratégico

Changsha localiza-se em um vale que separa duas cadeias de montanhas, unindo, ao mesmo tempo, o norte e o sul, o leste e oeste da China. No sentido norte–sul, através da malha ferroviária Changsha–Guangzhou (Changsha–Canton), passando por Hengyang e Shaoguan (Shiuchow). No sentido leste–oeste, ligando Changsha a Guiyang (Kweiyang), através de dois ramos distintos: (a) em Hengyang–Guilin (Kweilin)–Liuzhou (Liuchow); e (b) o ramo que liga Changsha a Guiyang através de Xinhua (Shinwa).

Qualquer que seja o caso, forças em Guiyang, providas por ferrovia, poderiam tanto cortar diretamente a linha de suprimentos chinesa pela Estrada da Birmânia — eventualmente obrigando forças nacionalistas a abandonar Chongqing (Chungking) para reabrir a estrada — ou, simplesmente ameaçando a capital nacionalista diretamente pela retaguarda através da estrada Guiyang–Chongqing. Além disso, Changsha teria de ser um dos principais embasamentos (um dos pontos de partida obrigatórios) para qualquer contraofensiva chinesa visando a recaptura de Wuhan (Hankow), o que colocaria em questão a posição japonesa na China.

Estratégias Antecedentes — Ainda em 1929, por ocasião da primeira guerra civil, travada entre nacionalistas e comunistas (1927–1937), que se seguiu ao Massacre de Shanghai (1927), Changsha foi o palco da primeira batalha convencional travada pelas forças comunistas. Foi a impossibilidade de mantê-la que conduziu ao desenvolvimento da guerrilha enquanto forma estratégica de guerra — e não apenas como técnica ou procedimento ligados à tática ou ao emprego de forças auxiliares em combate.

Nível Estratégico — A Batalha de Changsha serviu como detonador da Guerra no Pacífico, posto que convenceu o Imperador da impossibilidade de tomar-se a China sem que antes fossem cortadas todas as rotas de auxílio que provinham do exterior.

Changsha levou o Japão a empreender um esforço renovado na frente diplomática e militar. Com a União Soviética, a ocasião apresentou-se na esteira do Pacto Ribbentrop-Molotov (23/08/1939), ao qual seguiu-se a derrota japonesa em Khalkhin Gol⁵⁰ (11/05 à 16/09/1939); perplexos com suas perdas e sentindo-se abandonados pela Alemanha (o acordo nazi-soviético foi percebido como uma ruptura do pacto antikomintern de 1936), os japoneses voltaram-se para a URSS. As relações estremecidas com a Alemanha foram revigoradas em 27/09/1940, quando foi firmado o acordo que, a partir daí, configuraria o Eixo, o Pacto Tripartite. As negociações com a URSS — por conta do acordo germano-soviético — também prosperaram, em 13/04/1941 foi assinado o Tratado de Não Agressão Nipo-Soviético. Em 22/06/1941 a Alemanha atacou a URSS, com efeitos devastadores, parte considerável da Força Aérea foi destruída no solo e, após quatro semanas de combate, mais de uma centena de divisões soviéticas simplesmente haviam deixado de existir.

A ocasião parecia propícia para nova ofensiva contra a China. Deu-se então a Segunda Batalha de Changsha (06/09 à 08/10/1941), que foi mais uma vez vencida pelos chineses. Então ficou claro, mesmo para os mais otimistas, que estava excluída qualquer perspectiva de uma rápida resolução da 2ª GSJ. Os japoneses revelaram-se incapazes de derrotar a China mesmo sem ela poder contar com a auxílio da URSS, cujo contingente de pilotos e aeronaves constituía-se, na prática, na força aérea do país. Nessa ocasião, apenas os japoneses dispunham de aviões e seus bombardeiros gozavam de completa liberdade no céu.

⁵⁰ Batalha de Khalkhin Gol (Nomonhan para os japoneses ou Nuomenkan para chineses) foi travada por forças soviéticas e nipônicas. Os japoneses contavam com 75 mil homens, 135 tanques e 250 aeronaves, enquanto os soviéticos detinham 57 mil homens, 500 tanques e 809 aeronaves. Os japoneses admitem ter perdido apenas 8.440 homens (KIA) e 162 aeronaves, enquanto os soviéticos teriam perdido 7.794 homens e 250 aeronaves (COOX, 1990, p. 1123; DREA, 1981, p. 9-11). Apesar dos números parecerem próximos, as aeronaves japonesas consistiam em mais de metade das comprometidas na batalha, enquanto as perdas russas em aviões representavam pouco mais que um quarto das engajadas. Qualquer que seja o caso, no Japão a batalha foi percebida como uma grande derrota.

Sobreveio o esgotamento; desde 1937, Japão e China viviam com a economia voltada ao esforço de defesa (“guerra total”) e a guerra permanecia em um impasse. Contudo, a situação internacional permanecia favorável. Aos já aludidos Pactos Tripartite e de Neutralidade Nipônico-Soviético, somou-se a expectativa de tirar proveito do isolamento do Reino Unido, então acossado pela campanha submarina alemã, sem poder deslocar contingentes anfíbios através do globo.

Anteriormente, por conta própria, os britânicos já haviam fechado a Estrada da Birmânia entre julho e outubro de 1940 — a principal artéria de ajuda estadunidense para a China. Em vista disso, parecia que tomar as possessões britânicas no Extremo Oriente era um empreendimento de menor risco. Com os Países Baixos (Indonésia) e a França (Indochina) já ocupadas pela Alemanha, restava apenas os EUA. Então o Japão foi levado por Yamamoto Isoroku a acreditar que um ataque fulminante à Frota e à Força Aérea estadunidenses no Extremo Oriente, situadas respectivamente, no Havaí (Pearl Harbor) e nas Filipinas (Campo Clark), levariam a rápidas e conclusivas negociações de paz.

Tratava-se de retirar da China seu último ponto de apoio: a ajuda estadunidense. Assim, em um primeiro momento (07/12/1941–07/06/1942) — anterior à embriaguez do êxito e à perplexidade causada por Midway — a campanha do Pacífico foi vista como a forma lógica, e necessária, de concluir a guerra com a China. Tratava-se de desbordar o impenetrável escudo do centro da China, isolando-a por todos os lados e, por uma destas novas linhas exteriores de abordagem, finalmente penetrar no coração do país, definindo a guerra. A ocupação deveria ser autofinanciada por intermédio da divisão da China em diversos Estados-fantoches, como já havia sido feito com o Manchukuo e o “Governo Nacional Reorganizado”, sob Pu-Yi e Wang Jingwei, respectivamente.

Dessa forma, torna-se possível entender o aparente contrassenso do Japão ter iniciado a guerra com os EUA (já então a maior potência industrial do mundo), quando não pode derrotar nem mesmo a comparativamente pouco industrializada e dividida China da época. Ao mesmo tempo, a gravidade da decisão serve para sublinhar o papel do centro da China na condição de inexpugnabilidade do país.

Falta acrescentar que a guerra total no Japão produzia efeitos graves no fronte interno. Ainda era vívida a memória das “Rebeliões do Arroz”⁵¹ – causadas pela invasão do

⁵¹ As Rebeliões do Arroz (1918) foram uma série de rebeliões que eclodiram no Japão entre julho e setembro de 1918 causadas devido ao esforço de guerra do Japão na Sibéria. A ausência de preparo logístico fez com que houvesse um brusco e intenso aumento dos preços do arroz. Ainda assim, o deslocamento de bens de consumo à força expedicionária (70 a 80 mil combatentes) não impediu a perda de quase 10% deste contingente (5 a 7 mil) se desse, sobretudo, à causas não relacionadas ao combate: fome (disenteria) e frio

Japão à Rússia em 1918. E, dada a autonomia militar — que havia posto fim à Democracia Taisho —, era tangível o risco de enfrentamento entre a Marinha e o Exército (ambos contavam com suas respectivas forças aéreas). Assim, há, na decisão japonesa de atacar Pearl Harbor, um claro componente de desespero, suscitado não apenas por sua carência de matérias-primas ou limitações industriais — como destaca a literatura tradicional — mas sobretudo em virtude do esgotamento produzido pela guerra com a China. Em suma, foi o risco nada negligenciável de uma derrota do exército japonês na China o principal fator que levou à aventura tresloucada que culminou em Hiroshima e Nagasaki.

Balanco da Estratégia — Importa ressaltar alguns aspectos, nem sempre evidentes, na literatura disponível a cerca da 2ªGSJ: (a) as forças chinesas (GMD e PCCh) foram eficientes em conter o Japão. O fenômeno, de tropas chinesas derrotarem japonesas, não adveio apenas da chegada dos conselheiros estadunidenses. Em que pesem suas divisões internas — envolvendo episódios como o massacre 10 mil oficiais e soldados do 4º Exército (comunista) que se deu em fevereiro de 1940, pouco depois da Primeira Batalha de Changsha (PAINE, 2012, p. 156) —, a guerra de resistência cumpriu seu papel: a manutenção do centro da China. Além do desgaste causado pela guerra convencional, a guerrilha abrigada nas montanhas da retaguarda, causava enormes prejuízos. Conjugados, esses elementos estavam levando a sociedade japonesa ao colapso ou a algo muito próximo dele. Mantida a situação, o Japão teria de contentar-se com uma retirada ou uma acomodação com a China. Qualquer que seja o caso, um resultado que não poderia ser apresentado ao povo, ou às próprias Forças Armadas, como uma vitória. Como Tuchman (2012) observou:

“Fundamentalmente, o motivo que induziu o Japão a correr tamanho risco foi o da escolha entre seguir avante com seu projeto ou recolher-se ao *status quo*, uma tônica em tudo contrária ao desejo de todos, que ninguém tinha ânimo em defender. As pressões de seu exército de agressão operando na China, juntamente com os agressores que tinham ficado em casa, levaram o Japão a aspirar por um império impossível, ideia da qual não podia mais se libertar. Tornara-se prisioneiro de ambições desmesuradas.” (TUCHMAN, 2012, p. 48-49)

(gangrena). De qualquer modo, o preço alto e a escassez do arroz atingiu sobretudo a população mais pobre, recém-egressa do campo e vivendo em condições precárias na cidade. Ademais, o preço do arroz também afetou a maior parte dos preços de bens de consumo e a renda das classes médias. O resultado foi uma explosão de violência nas grandes cidades, cujo espectro foi alargado ainda mais pela então recente Revolução Russa e a subsequente execução da família imperial. As Rebeliões do Arroz deixariam marcas duradouras que influenciariam (negativamente) as políticas interna e externa do Japão mesmo no pós-guerra. A ideia do estabelecimento de uma República em um país onde o Imperador é uma figura sagrada continuou alarmando os conservadores quase 50 anos depois: em 1946, colocaram-se ao lado de MacArthur, representante das forças ocupantes que haviam atacado o país nuclearmente contra seu compatriota Ichiro Hatoyama, que queria permitir a existência de sindicatos. Mais uma vez (agora já sem a presença do general americano) se opuseram a Hatoyama (avô do atual Yukio) quando, após Bandung (1955), este quis reestabelecer as relações do Japão com a URSS e com a China continental.

3.2 Changsha e o Nível Operacional

Ainda que possa parecer de menor, face à Batalha de Wuhan, foi o resultado da Segunda Batalha de Changsha que conduziu à Guerra do Pacífico e suas decorrências.

Operações Antecedentes (Wuhan) — Importa mencionar Wuhan porque foi a maior batalha da Guerra Sino-Japonesa e uma das maiores de toda a história: quase 1 milhão e meio de homens enfrentaram-se em combate ao longo de toda a campanha. Acredita-se que as forças chinesas contavam com 1.100.000 combatentes, distribuídos em 120 divisões, apoiados por 200 aeronaves e 30 embarcações (WILSON, 1983, p. 131; PAINE, 2012, p. 139-140; MACKINNON, 2008, p. 117; MACKINNON, 2011, p. 187, 196). As forças chinesas foram comandadas pelo próprio Jiang Jieshi e, como Wuhan era uma cidade industrial com sindicatos, também houve uma forte participação de destacamentos comunistas — não computados na Ordem de Batalha (OB).

As forças japonesas eram dirigidas pelo Príncipe Kanin Kotohito, desde 1919 Marechal de Campo — o mais jovem da história do Japão. Ele havia comandado as forças japonesas durante o Massacre de Nanquim. Sob suas ordens estava o Príncipe Naruhiko Higashikuni, que foi tido pela Liga das Nações como responsável direto do Japão valer-se de armas químicas em pelo menos uma ocasião: em 16 de agosto de 1938 (Wuhan)⁵² (WAKABAYASHI, 1991, p. 7) — era a resolução de 14 de maio de 1939. Já os chineses computam em 375 o número de vezes que o Japão fez o uso do gás em Wuhan (AP, 1984, p. 9).

Além de suas armas químicas, o Japão detinha 350 mil combatentes, 500 aeronaves e 120 embarcações de combate, das quais pelo menos 20 eram oceânicas, incluindo porta-aviões (WILSON, 1983, p. 125-131; MACKINNON, 2011, p. 187, 196). Wuhan é banhada pelo Chang Jiang (“Rio Longo”) que dava calado para naus deste tipo. Conjugados, os recursos utilizados pelos japoneses, que incluíram o bombardeio estratégico, emprego de porta-aviões e gases asfixiantes, permitiram ao Japão vencer a batalha.

Seu resultado teve enorme importância política. Pareceu convalidar a justeza da decisão tomada em 24 de março do mesmo ano, pelo Parlamento Japonês (Dieta), em apoio à Lei Nacional de Mobilização, que dava consecução à política de guerra total, o que consistia

⁵² Apesar de não integrar a Liga desde 1931 (invasão da Manchúria) o Japão era signatário da Declaração de Haia de 1899 que, no seu artigo 2º inciso 2º proibia o uso de armas asfixiantes ou congêneres. Também havia assinado a Convenção de Haia de 1907, cujo Título Quarto, reiterava o disposto na Declaração de 1899. Por fim, era signatário do Tratado de Versalhes (1919), que dispunha o mesmo em seu artigo 171.

em autorizar financiamento ilimitado para a guerra, bem como voltar a prioridade da economia civil para a confecção de munições. Permitia também o recrutamento em massa de civis. A Batalha de Wuhan reacendeu a expectativa de uma vitória próxima na China. Mas não só os japoneses pensavam desse modo: o líder da esquerda do GMD, Wang Jingwei, passou para o lado japonês, permitindo que a antes diminuta República Provisória da China se convertesse em um Estado-fantoches equivalente ao Manchukuo — tratava-se do Governo Nacional Reorganizado. Ele adotou a bandeira do GMD com uma flâmula distintiva e chegou a contar nas fileiras de seu exército mais de 1 milhão de chineses, além de aeronaves e embarcações.

Os Estados-fantoches, como o Manchukuo, consolidado desde 1933 e, agora (1938), o Governo Nacional Reorganizado, davam ao Japão a expectativa da viabilidade de uma vitória final na China — obtida através da repartição dos custos da guerra com estas entidades, frequentemente mais eficientes em reprimir a resistência que os próprios japoneses. Tampouco sua viabilidade causava qualquer tipo de inquietação, afinal, eram demasiados frágeis para enfrentar o Japão, mas fortes o suficiente para, liderados pelos nipônicos, derrotar nacionalistas e comunistas.

Wuhan Operações Balanço — Importa salientar dois aspectos: (a) sobre o uso de Porta Aviões nos rios chineses e a guerra do pacífico e (b) sobre o significado da abertura do Rio Chang Jiang, suscitada pela vitória japonesa:

- (a) Porta-aviões nos rios interiores da China — sobretudo no Rio Chang Jiang, nos 10 anos que se seguiram de 1931 a 1941, acabaria por comprometer o esforço de guerra japonês no Pacífico. Como se verá no capítulo seguinte, através de Midway a Guerra Sino-Japonesa refletiu-se diretamente no resultado das operações no Pacífico. Para operar em rios os Porta Aviões japoneses eram pequenos (suportar o baixo calado) e com escassa (ou inexistente) blindagem ou cobertura antiaérea. Isso se revelaria, literalmente, mortal para a Marinha Imperial Japonesa (MIJ);
- (b) Abertura do Coração da China — A captura de Wuhan renunciava a abertura do Rio Chang Jiang às forças japonesas que chegaram a considerar que o caminho para Chongqing estava aberto através dessa importante via fluvial (ainda não existia a Represa de Três Gargantas). Assim, após Wuhan, a Batalha de Changsha parecia integrar uma operação menor — de “limpeza” como refere o jargão militar — para proteger o flanco sudeste, tomando Changsha a sudoeste do grande lago Dongting. Além disso, como referido

acima, abrir duas novas avenidas de abordagem em direção a Chongqing diretamente (Xinhua), ou interrompendo a Estrada da Birmânia (Hengyang) — neste caso, também com a opção de atacar Chongqing pela retaguarda. Contudo, o que era para ser uma operação secundária acabou por tornar-se a campanha decisiva da guerra.

Operações em Changsha (Descrição Sumária) — Os nacionalistas contavam com 240 mil combatentes, subdivididos em 30 divisões, não dispunham de tanques e, tampouco, de apoio aéreo. Os japoneses, por sua vez, dispunham de 100 mil combatentes, divididos em seis divisões, 12 navios oceânicos, 100 barcos motorizados, 100 aeronaves e, entre o contingente, unidades de elite dos fuzileiros navais (WILSON, 1982, p. 161; MACKINNON, 2011, p.201-202).

As perdas dos dois bandos estão estimadas em torno de 40 mil cada. Apesar do número aproximado, esse total representa aproximadamente 17% das forças em presença da China e 40% das do Japão. Após alguns recontos preliminares (14 de setembro), o ataque a Changsha começou no dia 17 de setembro de 1939. A 101ª (Saito) e a 106ª (Nakai) Divisões, marcharam diretamente de Hunan (Wuhan) a Changsha em uma linha reta (leste-oeste). Enquanto isso, a 3ª (Fujita), 6ª (Inaba), 13ª (Tanaka) e 33ª (Amakasu) Divisões abordaram a cidade pelo norte. Contudo, os chineses empreenderam um forte contra-ataque, do sul em direção ao norte, forçando sua retirada para o leste.

Foi então que as forças japonesas realizaram o primeiro ataque químico (19 de setembro). Contudo, um contra-ataque do 74º Corpo — 51ª, 57ª e 58ª Divisões —, comandadas pelo Gen. Wang Yawu, e do 32º Corpo — 139ª e 141ª Divisões —, comandado pelo Gen. Song Ketang, retomou o terreno perdido no dia 22. Em resposta, os japoneses desbordaram a cidade, criando uma nova frente de combate a leste da cidade, valendo-se, para tanto, de uma manobra temerária, por parte do exército, que lançou a 6ª e a 13ª Divisões através do Rio Miluojiang (Miluo), que o cruzaram às custas de pesadas perdas. Além disto, os fuzileiros navais e porções da 3ª Divisão do Exército foram desembarcados, permitindo o cerco da cidade pelos três lados no dia 23. Seis dias depois, a 6ª divisão já lutava no entorno de Changsha. Foi então que se manifestou o aspecto decisivo da guerra: as pesadas baixas, o sobre estiramento da linha de suprimentos, associados à tenaz resistência chinesa (que não dava mostras nem de render-se nem de debandar) fez com que os japoneses acabassem retirando-se em direção aos rios para remuniamento de homens e provisões.

Então os chineses tomaram mais uma vez a iniciativa com o ataque do 52º e do 63º Corpos no Rio Miluo. Por sua vez, no dia 03 de outubro, o Gen. Xue Yue (Hsueh Yueh),

alcançado pelos estadunidenses como Patton da Ásia, ordenou um contra-ataque geral em direção às forças japonesas, já em processo de retirada. Os efeitos passaram a ser visíveis três dias depois (6 de outubro) quando iniciou a retirada geral das forças japonesas, seguida da retirada de todas as tropas ao norte do Rio Miluo. Por volta do dia 10 de outubro, os chineses haviam recuperado todo o território perdido, tanto ao norte de Hunan, quanto a sul e leste. (WILSON, 1982, p. 161–164).

Operações Chinesas na 2ª GSJ e as Estratégias Militares Dominantes —

Importa notar que conjugadas, as lições acerca do emprego da engenharia, manobras de envolvimento (falsas e verdadeiras) e a ação de grupos irregulares (guerrilha) constituem até os dias de hoje um dos fundamentos doutrinários comuns a comunistas e nacionalistas na República Popular e em Formosa.

Importa notar que a EOD de ambos concebe a batalha como um evento não linear, travado em profundidade, em dimensões múltiplas e simultâneas. Lidam com a ideia de, ao mesmo tempo, empreender combates no fronte, ao longo da linha de suprimentos e na retaguarda. Em suma, de simultaneamente fazer frente a forças em terra, mar e ar; em profundidades (distâncias) e altitudes diversas.

Trata-se de uma aplicação do aprendizado da GSJ. Ademais, com a possibilidade de travar simultaneamente formas diferentes de guerra, envolvendo distintas estratégias militares. De acordo com o General Brasileiro, Carlos de Meira Mattos (1986, 26–61), as Estratégias Militares Dominantes são cinco: (1) estratégia de ação direta; (2) indireta; (3) revolucionária, (4) nuclear; (5) espacial:

(1) Estratégia de Ação Direta — em Changsha ilustrada pelo ataque do 74º e 32º Corpos em um momento em que os japoneses ainda estão bem supridos de munições e fortalecidos moralmente pelo ataque químico vitorioso de três dias antes;

(2) Estratégia de Ação Indireta — quando, agora em uma situação mais favorável, os chineses cruzam o Rio Miluo, flanqueando o contingente japonês que havia estabelecido posições a oeste da cidade;

(3) Estratégia de Guerra Revolucionária — Conhecida prática dos comunistas, que inclui a guerrilha urbana e rural. Mas, nem sempre reconhecida como comum aos nacionalistas, que também as empregavam nas duas modalidades, fazendo uso também de contingentes de engenharia e demolição para valer-se de prédios e paredes como armas quando os japoneses adentravam em cidades;

(4) Estratégia Nuclear — Por ora importa apenas dizer que como as forças antiaéreas é relacionada à preparações de engenharia que não podem ser caracterizadas como de combate, posto que envolvem preparações de concreto e rocha, feitas com antecedência e à distância do inimigo. Caso da “grande muralha subterrânea” da qual se falará na quarta sessão deste capítulo. Por ora talvez bastasse afirmar que foi Formosa, e não a China Continental, quem primeiro empreendeu o uso da estratégia nuclear, permitindo a instalação de sistemas estadunidenses desta categoria nos anos 1950, como foi o caso do MGM-1 Matador. Foi sua ameaça sobre as cidades chinesas que deu ensejo ao programa militar nuclear chinês;

(5) Estratégia Espacial — Em todo o caso, mesmo o fundamento da abordagem do espaço, como se dá com a guerra nuclear, é largamente dependente de embasamentos de engenharia, cavados na encosta ou situados no topo de montanhas (frequentemente as duas coisas).

Balanco Operações Changsha — A abordagem operacional chinesa pode ser descrita como composta de três elementos: (a) engenharia, (b) manobra e (c) senso de oportunidade:

(a) Engenharia — Trata-se do componente mais importante em virtude de seus desdobramentos hodiernos. Presente desde sempre como serviço auxiliar — em alguns exércitos, arma, mas ainda assim em função de apoio — a engenharia na GSJ assumiu a condição plena de arma, isto é, demonstrou a capacidade de, por si mesma, definir o combate.

Neste sentido, pode-se dizer que Jiang Jieshi fez com a engenharia o mesmo que Mao Zedong fez com a guerrilha: elevou-a a um patamar estratégico. O fato de que comunistas desde 1929 e nacionalistas até 1949 procuravam a proteção das cadeias de montanhas do centro da China e, de a partir de 1963, ter início, na mesma região, a “terceira linha de defesa⁵³”, parece ser indício suficiente do eco ou da perenidade das lições da GSJ até o presente.

Em Changsha, a força aérea esteve ausente, mas os chineses reivindicam ter causado perdas à força aérea japonesa com dispositivos de canhoneio antiaéreo — estes, por sua vez, também dependentes das obras de arte de engenharia. De modo análogo, causaram

⁵³ A Terceira Linha de Defesa (TLD) consistiu na construção de novas cidades e na transferência de infraestrutura e empreendimentos econômicos críticos para o interior da China, em preparação para uma futura conflagração no contexto da guerra fria (LUTHI, 2008, p. 26). Dessa forma, o litoral consistiria na primeira linha de defesa e as províncias entre estes dois espaços a segunda linha de defesa. Conforme será analisado a seguir a TLD foi estruturada a partir da mesma região e das experiências Nacionalistas na defesa de Chongqing no centro da China durante a segunda guerra sino-japonesa.

perdas significativas nas embarcações japonesas atracadas no porto do Rio Miluo, utilizando-se de artilharia pesada — também neste caso é difícil de conceber seu uso sem preparações prévias de engenharia, do contrário, sem serem protegidos e camuflados, teriam sido prontamente destruídos pela aviação ou pelos canhões navais.

(b) Manobra — os chineses parecem ter incorporado seus conceitos tanto do doloroso aprendizado de guerra com o ocidente, quanto de sua própria experiência milenar. Afinal, ao que se saiba, a China é a única civilização tributária que conheceu a presença da guerra como violência projetada para fora (interestatal). Ela esteve presente em diversos períodos da história da China, talvez o mais célebre — nem tanto pela violência, mas pela literatura produzida — tenha sido o dos “três reinos” (220dc–280dc).

Diferentemente, do ocidente, na China a manobra não é utilizada apenas como um meio de escalonamento para o ataque (fogo e movimento), ou como meio de envolver ou isolar forças — visando o cerco ou aniquilação — ou, mesmo, com o fito de cortar linhas de suprimento. Há nos movimentos chineses uma sutileza, que leva a se pensar no jogo Weiqi⁵⁴ — até hoje muito popular no país — valer-se da manobra como fator de ameaça.

Isto é, ela adentra o aspecto psicológico, também visa as mentes, seja do comandante inimigo ou de seu Estado-Maior. Seu objetivo, frequentemente, é o de posicionar forças. Mais criar ameaças e constrangimentos que efetivar ações de ataque ou de cortar suprimentos — embora, logicamente isto também seja empreendido com regularidade. Note-se que sutil não quer dizer delicado. Como referido acima, também se praticam ataques brutais — ou aproximações diretas. Mas trata-se de uma forma mais refinada de guerra, onde paralisar, causar o impasse, pode ser mais importante que destruir ou aniquilar. Esta passividade enganosa, não raro, faz com que se subestime a China, ou sua capacidade em empreender a ação militar. Como parece ter sido o caso dos japoneses na China.

Em Changsha, este aspecto sutil pode ser constatado na disposição em traçar linhas paralelas às dos suprimentos inimigo, camufladas ou fortificadas para mitigar o efeito de sua aviação, tendo em vista criar ameaças sobre a logística e dúvidas acerca das intenções. Em alguns casos os chineses simplesmente abandonavam suas posições, com pouca ou nenhuma luta, em outros, valiam-se desta preparação para desencadear ataques furiosos contra tropas ou suprimentos.

⁵⁴ Weiqi (ou Go no Japão), pode ser traduzido como o jogo do envolvimento, consiste em um tabuleiro com uma grade, na qual pedras brancas e pretas são posicionadas alternadamente em suas intersecções com o objetivo de cercar o adversário. O objetivo não é o cheque-mate do adversário, mas sim o seu cerco e o controle da maior parte do “território” no tabuleiro, ou seja, o objetivo não é o confronto direto, mas sim obter a melhor posição relativa no tabuleiro. O Weiqi é um dos jogos mais populares na Ásia e inclusive fazia parte da educação dos mandarins na China, lançando grande influência no pensamento político e estratégico (GOSSET, 2006, online).

(c) Senso de Oportunidade — Atacar ou fugir? Apenas uma questão de oportunidade. Trata-se de uma arte, por isso é difícil de descrever. Mas pode-se afirmar que envolve uma mistura de capacidades envolvendo inteligência, vigilância, reconhecimento e decisão de comando. Como regra, o alvo mais visado era o ponto mais fraco dos japoneses: as munições e o combustível.

Em Changsha, este senso se revela na relativa docilidade com que os chineses deixaram-se envolver para, depois, empreender o feroz contra-ataque de 5 de outubro. Difícil não imaginar que os chineses esperaram pacientemente os japoneses chegarem em um nível crítico de suas reservas de combustível e munições para, quando já pareciam derrotados, dar mostras de grande vitalidade. Note-se que, a despeito de seus êxitos, os chineses — diferentemente dos soviéticos na Frente Oriental, como regra não tinham a pretensão de envolver ou aniquilar forças que detinham um nível técnico e de mobilidade superiores. Contentavam-se em criar as condições para um impasse, frequentemente empreendendo apenas ataques exploratórios setorizados e pacientemente esperando que a munição japonesa se esgotasse em seus bunkers de terra e madeira, reforçados ou não, por concreto.

3.3 Changsha: Capacidade de Combate e o Nível da Tática

Como referido na introdução, a existência ou não de um “Modo Asiático de Fazer a Guerra” — eventualmente aplicável a outros países semiperiféricos — depende dos procedimentos e técnicas adotados na tática que, por sua vez, trata do modo como se aborda o combate.

Cumprido recordar que este capítulo procura reter e operacionalizar Max Boot (2003), nem tanto os seus conceitos em si — o Modo Americano de Fazer a Guerra ou sua nova versão — mas, o método de que se vale o autor: relacionar capacidades militares e produtivas. Deste modo a hipótese principal é a de que países semi-industrializados com o emprego de massa, não apenas de combate, mas de trabalho em engenharia (adotada como Arma), podem compensar assimetrias militares.

Entretanto, cabe ressaltar, que a feição da massa, relacionada a capacidade de combate não reside, como pode-se intuir, em adotar o emprego de “ondas humanas” mas, sobretudo, no âmbito convencional, com a produção do impasse que, ao paralisar o inimigo, pode tornar vulnerável suas linhas de suprimentos. Seja à ação da infantaria leve, ou mesmo de partisans, cuja função primária seria justamente, a de explorar tais debilidades. Hoje, na era

digital, se acrescentaria a de interrupção da rede de Comando e Controle (C²) das tropas inimigas em sua retaguarda.

Cabe reconhecer que o próprio princípio da identidade — responder a pergunta: em que consiste o emprego da engenharia como Arma? — depende de seus aspectos descritivos. Afinal, a resposta sintética, de que trata-se da capacidade dela virtualmente poder definir combates, já foi dada acima⁵⁵. E, por óbvio, a tentativa de elucidar a pergunta foi insatisfatória, posto que, neste caso, a descrição de procedimentos seja essencial para compreensão da própria proposição.

Pode-se encontrar uma miríade de empregos da engenharia no Manual de Engenharia de Campanha do Exército Popular de Libertação (EPL) de 1948, capturado pelos estadunidenses, traduzido para o inglês em 1951, atualmente desclassificado e disponibilizado na internet. (US ARMY, 1951, p. 1–83). Contudo, apenas uma delas se refere a concreto e, ainda assim, para afirmar: “Abrigos de concreto são altamente resistentes, porém o material é de difícil obtenção e sua camuflagem durante a construção é difícil. O concreto leva tempo para assentar, dessa forma estes abrigos não podem ser construídos quando o inimigo está próximo” (US ARMY, 1951, p. 17).

O trecho acima permite que se infira — senão claramente ao menos, além da dúvida razoável — que a engenharia de campanha (ou “de combate”) não lida com “obras de arte”, sofisticadas edificações de concreto e, tampouco teve a pretensão de fazê-lo. Também parece que o texto é essencialmente correto: não há como valer-se deste tipo de edificação na presença ou na proximidade do inimigo. Assim, excluído o impossível, nos diz a versão de Conan Doyle da navalha de Occam, o que restar deve ser a verdade: trata-se de um emprego estratégico, diferenciado da engenharia que envolve preparação adrede erigidas, ainda em tempos de paz.

Contudo, há sempre uma margem considerável de improviso na guerra — a necessidade é mãe da invenção — e populações mobilizadas podem “remover montanhas” — às vezes de um modo quase literal. O trecho abaixo, de Jörg Friedrich, referindo-se à 2ª GSJ nos oferece uma ideia mais clara disto:

A China era um grande porão. Na guerra contra o Japão, os camponeses haviam cavado túneis a fim de preservar suas vidas e seu patrimônio, enquanto os guerrilheiros construía vias de retraimento e áreas de emboscada. No início, as escavações se limitavam a células familiares; depois, vieram os túneis de ventilação, que ligavam as aldeias, acompanhando o traçado das estradas. As inúmeras saídas e cavernas para grandes efetivos formavam uma espécie de colmeia que somente na

⁵⁵ Engenharia como Arma – É lógico, que deseja-se que ela seja empregada de modo combinado (“joint”).

província de Habei, que incluía Beijing, atingia uma extensão de 12.500 quilômetros. O equador mede 40 mil quilômetros (FRIEDRICH, 2011, p. 448).

Para entender-se melhor este fenômeno cumpre destacar, que a despeito de que, desde tempos imemoriais os camponeses chineses valerem-se de túneis para sua proteção, este emprego estratégico da engenharia teve lugar ainda na 1ª Guerra Civil Chinesa. Dela irradiou-se à 2ª Guerra Sino Japonesa e, por intermédio da Guerra no Pacífico e da Coreia, eventualmente acabou por constituir um “Modo Asiático” de se fazer a guerra. Ao menos três nomes associados à guerra civil, ajudam a entender o fenômeno de sua difusão. Trata-se de Hans von Seeckt, Peng Dehuai e Otto Braun.

Hans von Seeckt⁵⁶, Peng Dehuai⁵⁷ e Otto Braun⁵⁸: o Soviet de Jiangxi (1930–1933) — após o Massacre de Shanghai (1927), os comunistas procuraram refugiar-se no campo, constituindo “bases vermelhas” e, delas, tomar cidades. Em junho de 1930 Peng Dehuai obteve êxito em capturar Changsha do GMD, mas só conseguiu mantê-la por escassos nove dias, retirando-se com pesadas perdas. Mao não teve melhor sorte no levante de Nanchang, que sequer pode ser tomada.

Então decidiu-se que Mao e Peng uniriam suas forças; juntos capturaram Jian (outubro de 1930) — que retiveram por seis semanas. A seguir, estabeleceram-se em Ruijin, onde reuniu-se o “Congresso Nacional da República Soviética Chinesa”. Mao foi eleito chefe do governo e Zhou De, comandante do Exército Vermelho. Peng Dehuai ficou como segundo em comando de Zhou — mas, encarregado das operações. Havia sido estabelecido o “Governo Soviético de Jiangxi” ou “Soviet de Jiangxi”.

Ainda em 1930, Jiang Jieshi lançou contra o soviet a primeira “Campanha de Cerco e Aniquilamento”. De acordo com suas próprias palavras, “pensando que não teria dificuldade em dar cabo de 9 mil guerrilheiros que contavam com o apoio de menos de dois milhões de pessoas em uma área de 200 quilômetros quadrados” (SUN, 2007, p. 28).

⁵⁶ Hans von Seeckt foi o líder da missão militar alemã na China de 1933 a 1935. Em seu país, Seeckt criou e foi o primeiro comandante da Reichswehr, a força militar que, por imposição de Versalhes (1919), havia substituído as Forças Armadas na Alemanha. Pacientemente ele contornou as restrições impostas pelo tratado e criou uma poderosa organização militar, cujas táticas, técnicas e procedimentos, em muito lhe seriam devidos quando entrou em combate em 1939 — Seeckt faleceu logo depois de seu retorno à Alemanha em 1936.

⁵⁷ Peng Dehuai era General de carreira, formado em Huangpu que havia participado da grande campanha para o norte e que, no Soviet, era o segundo em comando de Zhu De. Posteriormente foi Vice-Comandante do Oitavo Exército e, mais tarde, comandante das Forças Chinesas na Coreia, onde, finalmente, pode valer-se também do concreto nas montanhas que compunham o autêntico “Triângulo de Ferro”.

⁵⁸ Otto Braun foi um assessor militar alemão enviado pela III Internacional Comunista.

Contudo, dos 100 mil soldados lançados por Jiang Jieshi na primeira campanha, 15 mil foram capturados em dois meses. Na campanha subsequente (a segunda de um total de cinco), Jiang Jieshi perdeu 50 mil homens, dentre os quais, um contingente não-negligenciável passou-se para o lado dos comunistas. Com eles, pelo menos 20 mil fuzis, provisões e munições (SUN, 2007, p. 51). A terceira e quarta campanhas já sofreram o influxo da invasão japonesa à Manchúria. No dia 18 de setembro de 1931, o Japão tomou três províncias no noroeste da China e, no ano seguinte (1932), tentou tomar Xangai pela primeira vez. Àquela altura, Jiang teve de abortar a terceira Campanha de Cerca e Aniquilamento. Contudo, 18 meses mais tarde (1933), Jiang decidiu acomodar-se com os japoneses que ameaçavam tomar Pequim, optando por combater os comunistas. Ele deu aos japoneses permissão para tomar todos os territórios chineses acima da Grande Muralha. A justificativa era de que os japoneses eram “uma doença da pele” e os comunistas “uma doença do coração” (SUN, 2007, p. 61).

Então Jiang gastou 60 milhões de dólares em prata importando fuzis, artilharia, aeronaves e munições dos EUA e da Alemanha. Só no início de 1933, já havia perdido 30 mil homens e, pior, boa parte do equipamento havia caído nas mãos dos comunistas (SUN, 2007, p. 28, 51). Em resumo, o exército do Soviet de Jiangxi obteve mantimentos, armas e munições às expensas do GMD e, no auge de seu domínio, chegou a controlar 21 condados, governar uma população de 3 milhões e possuir um exército de 100 mil regulares (acredita-se que com o concurso da milícia, pudessem chegar a meio milhão).

Foi então, em meados de 1933, que Jiang Jieshi deu início à quinta e maior Campanha, desta feita comandada por Xue Yue. Nesta campanha foram empregados meio milhão de soldados, que abordaram o Soviet de Jiangxi por três avenidas distintas, contando com o apoio de 200 aviões (SUN, 2007, p. 28) — eventualmente, o primeiro uso estratégico da aviação na China — apoiados por tanques e artilharia. Também foi a primeira vez que foram empregados tanques contra os comunistas. Contudo, talvez o veículo mais mortífero — que quase nunca é mencionado — foi o caminhão. Justamente por isto, a principal inovação não residiu em nenhum destes fatores (quantidade de tropas, emprego da aviação conjugado com blindados ou aproximações concêntricas múltiplas), mas no emprego estratégico da engenharia.

Em 1928, toda a província de Jiangxi possuía 500 quilômetros de rodovias. Em 1933 o montante saltou para 8 mil quilômetros e a província tornou-se sede de três dos maiores aeroportos da China. As estradas, o aerotransporte e os caminhões, asseguravam uma oferta abundante de munições e suprimentos à numerosa quantidade de tropas deslocada para

a região. Ficava ainda em aberto o problema da proteção à linha de suprimentos, de como fazer frente as emboscadas, e, principalmente, elidir a deserção — que também serviam de fonte de alimentação do Exército Vermelho.

Para fazer frente a estas dificuldades, desta feita, o termo cerco foi tomado ao pé da letra. Jiang Jieshi não tinha pressa — já havia cedido a Manchúria e o Norte da China para os japoneses — como demonstra o depoimento do mesmo: “a área vermelha é de apenas 200 quilômetros quadrados. Se avançarmos um por dia terminaremos com eles em menos de um ano” (JIANG JIESHI apud SUN, 2007, p. 52). Então decidiu-se que cada batalhão construiria um fortim de concreto por semana. No início, a cada cinco quilômetros de frente; a seguir, um quilômetro; na metade da campanha, quase 6 mil (5.873) fortins haviam sido construídos. Como regra, os núcleos de concreto eram interligados por trincheiras ou túneis e complementados por areia ou por preparações de madeira e terra (SUN, 2007, p. 52).

A tática, que chegou a ser atribuída ao líder do Guomindang, foi desenvolvida por Hans von Seeckt, conselheiro alemão de Jiang Jieshi de 1933 à 1935. Em seu país Seeckt, havia organizado a Reichswehr — a despeito das restrições impostas por Versalhes — de quem foi comandante de 1919 à 1926. Na China o desafio não parecia menor, tratava-se de organizar um exército nacional, composto por sessenta divisões, em dez anos. A promessa era a de que ele seria treinado no estado da arte, com ênfase na combinação de armas, nos moldes da Reichswehr.

Confrontado com o problema da insurgência comunista, Seeckt aconselhou Chiang que, para derrotar a guerrilha, era preciso atraí-la para o combate convencional, para tirar proveito do volume de fogo superior dos nacionalistas. Então, sugeriu a construção de uma série de linhas de trincheiras e fortalezas ao redor do Soviet de Jiangxi. A técnica principal residiu na construção de fortins de concreto, além de fortificações de campanha (GAO, 2011, p. 101).

Importa, também, destacar os procedimentos e a tática. Quem sumariza os dois temas é o próprio Jiang Jieshi:

Construiremos nossas bases a cada passo do caminho e nos protegeremos por meio de fortins por toda a parte. Parece uma estratégia defensiva, mas é ofensiva. Quando o inimigo vem, nos defendemos; quando eles recuam, nós avançamos [...] Vamos levá-los à exaustão e então expulsá-los (JIANG JIESHI apud SUN, 2007, p. 52).

As palavras de Jieshi revelaram-se proféticas; os eventos que se seguiram são corroboradas pelo relato de Huang Kecheng — na época membro do Exército Vermelho — que explica que os fortins eram a chave de toda a campanha. E que, de fato, eles

constrangeram os comunistas — uma força guerrilheira, dotada apenas de infantaria leve — a travar combate convencional com uma força superior em técnica, homens, armas, dotada de tanques e de aviação.

Os comunistas também usaram a criatividade. Fica difícil saber se o mérito de combater “fogo com fogo” (no caso fortins com fortins) deveu-se a Otto Braun ou a Peng Dehuai. O fato é que os comunistas passaram a tentar abordar os fortins (uma técnica que lembra a Idade Média) cavando túneis e valas em sua direção e fortalecendo-as com nódulos de trincheiras protetoras. A ideia era poder aproximar-se o máximo — se possível, desbordá-los e atacar da retaguarda — protegendo-se do poderio de fogo e avançando “em assaltos rápidos e certos” (HUANG apud SUN, 2007, p. 59). O problema, prossegue Huang (apud SUN, 2007, p. 62–63), “era que o inimigo recusava-se a sair a menos que contasse com completa cobertura terrestre ou aérea.”

O problema é que a massa inimiga, tornava a frente estreita — apenas três quilômetros e meio por Divisão — o que convertia a tarefa de tomada de fortins em uma atividade sangrenta e fútil, já que acabavam sendo retomados por contra-ataques maciços, apoiados por tanques, aviações e artilharia. Para efeitos de comparação; a Força Expedicionária Brasileira na Itália — considerada uma divisão — era responsável por 20 quilômetros de frente; o padrão — mesmo o do exército estadunidense — é de, no mínimo, 10 quilômetros —, a tremenda concentração de tropas do Guomindang tornava a tentativa de infiltração, ou a tática de emboscadas, um empreendimento de difícil consecução, senão impossível. E, não menos importante, as trincheiras e fortificações não apenas deixavam os comunistas de fora, neutralizando seu poder de fogo e choque (assalto), mas também serviam a um propósito menos óbvio; o de controlar as deserções — mantinham os recrutas (quase sempre arregimentados à força), presos em seus próprios abrigos.

Então, nas palavras de Huang (apud SUN, 2007, p. 53), “[eles] construía mais fortins em cima dos nossos cadáveres e avançavam à medida que perdíamos posição.” Segundo a autora (Sun Shuyun), que visitou Ruijin enquanto escrevia o livro, ainda hoje as montanhas estão cravadas por ruínas destes fortins, uma vez que os camponeses locais, como o Exército Vermelho da época, não dispõe de dinamite para destruí-los.

Os comunistas também recorreram ao recrutamento em massa, mas isso tampouco serviu para mitigar a situação. Após a Batalha de Guangchang em abril de 1934, em um mês repleto de combates consecutivos, decidiu-se reunir todas as forças para romper o cerco e teve início a Grande Marcha.

Tadamichi Kuribayashi e Iwo Jima — Para efeitos de convalidação da tipologia, importa mencionar, no lado japonês, o General Tadamichi Kuribayashi, Chefe do Estado-Maior do 26º Corpo de Exército Japonês de 1941–1943 na China (BURRELL, 2006, p. 40–41). Nesta função foi encarregado de elaborar os planos para a tomada de Chongqing (KURIBAYASHI; YOSHIDA, 2007, p. 229) — a capital da China Nacionalista, situada a noroeste de Changsha, às margens do rio Chang Jiang (ex-Rio Azul) — o que acabou não acontecendo. Mas Kuribayashi aplicou os procedimentos usados pelos chineses contra o Japão, só que desta feita na luta com os americanos, o que se deu quando tornou-se comandante em Iwo Jima.

Em 1945 Tadamichi Kuribayashi foi o único comandante japonês que infringiu mais baixas aos americanos do que estes foram capazes de lhe causar. Em Iwo Jima, o contingente total japonês era de 20.933 dos quais 19.900 foram mortos. Da parte estadunidense, contando-se apenas o efetivo dos Fuzileiros Navais (USMC) — Marinha e Exército também tiveram perdas⁵⁹ —, cujas divisões envolvidas na luta (3ª, 4ª e 5ª Divisões) tiveram em torno de 50% de perdas. O total de baixas do USMC assomou a cifra de 28.686, dos quais 21.865 feridos e 6.821 mortos (HOSOKI, 2007, p. 213).

O segredo da resistência japonesa frente a mais de 300 navios (e seus canhões navais), dezenas de bombardeiros estratégicos, centenas de aviões de ataque e milhares de toneladas de munição, foram as obras de engenharia. Elas prolongaram a luta por 35 dias após a invasão. Ao que se sabe, o fator crítico no colapso foi a falta de água, do contrário a resistência teria estendido-se ainda mais, já que até 1949 foram encontrados soldados escondidos em Iwo Jima.

Importa notar que o monte, sua superfície, foi capturado em apenas três dias, pouco mais de 72 horas — acredita-se que se trata de um comportamento que lembra os procedimentos chineses. Tratava-se de um engodo, de atrair os estadunidenses para o coração da ilha, neutralizando ao máximo, o potencial de seus canhões navais. Outro aspecto, diz respeito às fortificações, que lembra aquelas construídas pelos chineses nas encostas de rios e morros.

Coreia o Triângulo de Ferro — Caso se admita a existência de um Modo Asiático de Fazer a Guerra, é forçoso reconhecer que ele só iria descortinar-se plenamente na Coreia.

⁵⁹ Nos EUA os Fuzileiros Navais constituem-se Força, ramo próprio, distinto do Exército Marinha ou Aeronáutica.

Lá foram empregadas não apenas fortificações de campanha (madeira, areia e terra), mas verdadeiras obras de arte de engenharia: estradas, pontes, aeródromos para cargueiros leves, em suma, um sem número de edificações que lembram mais a engenharia tradicional que, propriamente, a de combate. Isso fica documentado nos túneis que permitiam o trânsito de caminhões e, até mesmo, tanques. De acordo com Samuel Lyman Atwood Marshall, general estadunidense, analista de operações na guerra da Coreia: “As preparações defensivas chinesas possuíam dez vezes mais profundidade do que qualquer cinturão de trincheiras da I Guerra Mundial” (MARSHALL, 2000, p. 82).

No relato de Marshall, fica muito claro o papel das fortificações como meio de fazer frente aos “rios de napalm” ou à “Operação Assassina” (1951) que, em qualquer dos casos, consistiam em despejar toneladas de munições sobre os chineses. Relata o autor:

As guarnições chinesas viviam sobre a proteção da massa de terra das colinas. Túneis levavam à câmaras grandes o suficiente para abrigar uma companhia ou batalhão. Bombardeios e artilharia não surtiam efeito e as entradas dos túneis eram tão bem camufladas que eram dificilmente localizadas por fotografias aéreas (MARSHALL, 2000, p.10).

Por fim, descrevendo uma cena que parece ter saído da 2ª GSJ ou de Okinawa, prossegue o autor: “As peças de artilharia chinesas eram levadas através de túneis até o cume das colinas. Eram disparadas através de aberturas no seu topo e, em seguida, recolhidas por um poço de volta aos túneis” (MARSHALL, 2000, p. 10).

A obstinada resistência chinesa no Triângulo de Ferro (Pork Chop Hill fica a oeste dele) acabou fazendo com que Eisenhower ameaçasse os chineses com um ataque nuclear.⁶⁰ O presidente estadunidense havia sido eleito com a promessa de encarar a guerra, mas as negociações de paz em Panmunjom se arrastavam desde 1951 sem perspectiva de um desfecho, em virtude do impasse militar. Além disso, Eisenhower temia ver-se em dificuldades na Europa, posto que os chineses retivessem considerável quantidade de tropas estadunidenses na península. E, a superioridade de forças convencionais soviéticas no velho continente era avassaladora.

Além disso, em 1949, os soviéticos já haviam testado sua própria bomba atômica — depois de um período de abstenção (em 1950, ano que começou a guerra, não foram feitos

⁶⁰ A China, constantemente, recebeu ameaças de ataques nucleares, talvez tenha sido o país que mais sofreu com a chantagem nuclear. Podemos citar pelo menos cinco situações em que isto ocorreu: (1) o General MacArthur pretendia fazer uso destas armas contra o território chinês durante a Guerra da Coreia; (2) Truman e Churchill também ameaçaram fazer uso destas armas caso a China interviesse na Guerra Franco-Vietnamita; (3) Eisenhower ameaçou bombardear com armas nucleares as principais cidades chinesas, inclusive Pequim, no caso da China lançar nova ofensiva contra a Coreia em 1953; (4) Na crise do Estreito de Taiwan de 1958 a China mais uma vez foi ameaçada e (5) por fim, os soviéticos ameaçaram os chineses com um ataque preemptivo em 1969 no confronto da fronteira sino-soviética (YAO, 2009, p. 69, n.1).

testes) a URSS conseguiu manter um bom ritmo de testes nucleares, uma média 1,3 por ano⁶¹ — o que sugeria a erosão inexorável do monopólio estadunidense. De fato, ao fim do ano de 1953, os EUA reconheceriam que a URSS detinha também a bomba de hidrogênio.

Contudo, na ocasião da intimidação, a reação da China não foi a esperada pelo mandatário dos Estados Unidos.

3.4 Changsha: Guerra Nuclear e Espacial

A resposta chinesa talvez possa ser avaliada por um diálogo, mantido entre o embaixador indiano na China (Kavalam Panikkar) e o Chefe de Estado-Maior do Exército chinês (General Nieh Yen-Jung).

O diplomata indagou ao general, o que fariam os chineses diante do ultimato estadunidense. Nieh respondeu: “Nós sabemos no que nos metemos”, e prosseguiu: “Mas temos que deter a agressão americana a qualquer custo. Os americanos podem nos bombardear, destruir nossas indústrias, mas não podem nos derrotar em terra” (TOLAND, 1991, p. 219).

Então Panikkar argumentou que a destruição causada por um ataque nuclear poderia causar a regressão da China em meio século, ressaltando que o interior do país também poderia ser bombardeado. A nova resposta foi ainda mais desconcertante: “Nós calculamos tudo isto. Eles realmente podem lançar bombas atômicas sobre nós. E então? Eles matarão alguns milhões de pessoas. De todo modo, a independência não poderá ser mantida sem sacrifício” (TOLAND, 1991, p. 219).

Então, segundo Panikkar, o general calculou a efetividade das bombas atômicas e disse: “Afinal, a China vive nas fazendas. O que as bombas atômicas podem fazer lá? Sim, nosso desenvolvimento econômico será atrasado. Talvez tenhamos de esperar por ele”. (TOLAND, 1991, p. 220)⁶².

⁶¹ Testes Nucleares Soviéticos (1949–53) — 1949, um teste; 1951, dois testes; 1953, cinco testes incluindo a de hidrogênio de 400kT. E, após a Coreia, o ritmo se manteve: em 1954 foram efetuados 10 testes.

⁶² No original: “We know what we are in for,” continued Nieh. “But at all costs American aggression has to be stopped. The Americans can bomb us, they can destroy aou e industries, but they cannot defeat us on land”. Panikkar warned that such destruction would put China back half a century. Even the interior could be bombed. “We have calculated all that. They may even drop atom bombs on us. What then? They may kill a few million people. Without sacrifice a nations independence cannot be upheld”. He calculated the effectiveness of atom bombs, then said. “After all, China lives on the farms. What can atom bombs do there? Yes, our economic development will be put back. We may have to wait for it”. (TOLAND, 1991, p. 219–220).

No contexto da guerra da Coreia, e das graves tensões que suscitou — afinal, não eram poucos os que acreditavam em uma guerra nuclear até 1955–57 — as declarações do militar chinês podem ser tomadas como parte de um processo elaborado de desinformação, orientado para que os chineses aparentassem sentir algo que não correspondia ao seu verdadeiro ânimo.

Contudo, a doutrina da guerra popular, especialmente em relação ao papel dedicado à milícia primária – forças de infantaria leve, compostas por voluntários, que pode operar por intermédio de pequenos grupos de partisans — também enfatiza a preparação para a guerra nuclear. Como relata, mais uma vez, Jörg Friedrich:

Diferentemente desses países mencionados [EUA, Japão, Reino Unido e Alemanha] os chineses dispunham de uma surpreendente proteção antiaérea. [...] Nos anos 1960, o país continuou construindo túneis de dimensões gigantescas. Hoje, as cidades outrora excluídas do sistema já dispõem de domicílios subterrâneos. Tudo isso faz parte da sobriedade com que o governo chinês encara a guerra nuclear (FRIEDRICH, 2011, p. 448).

De certo modo, Thomas Roberts (1983) sumariza este aprendizado ao tratar do papel da milícia na guerra popular (*People's War*), a conflagração que resultaria de um ataque nuclear ou, teme-se, também do *AirSea Battle*, já que este cumpriria a mesma função: a interrupção da rede C2 da China. Como destaca o autor, citando Nie Rongzhen:

Nas futuras guerras, nossos inimigos estarão equipados não apenas com muitas armas convencionais tecnologicamente avançadas, mas também com muitas armas nucleares. Com a coordenação entre forças aéreas, navais e aerotransportadas, e com sua superioridade em armas, eles mobilizarão um grande número de tanques e outras forças mecanizadas para **nos atacar de forma rápida e penetrar fundo em nosso território de forma a alcançar uma vitória rápida**. Para derrotar inimigos que possuem armas de alta tecnologia, nossa alternativa mais fundamental é confiar na Guerra Popular” (NIE apud ROBERTS, 1983, p. 96, ênfase nossa, tradução nossa⁶³).

A citação serve para ilustrar a clara compreensão que os chineses já possuíam acerca da multidimensionalidade da batalha — travada por meio da aproximação direta, indireta, revolucionária (guerrilheira), convencional e nuclear — mesmo antes do comando do espaço (satélites de posicionamento) associados ao E-8 JSTARS e aos projéteis JDAM darem existência plena à Guerra Centrada em Rede. Parece útil, igualmente, para ilustrar o papel da Guerra Irregular Complexa na inexpugnabilidade de grandes Estados — caso, evidentemente,

⁶³ No original: “In future wars against aggression, our enemies will be equipped not only with many advanced regular weapons, but also with many nuclear weapons. With the coordination of air, naval and airborne forces, and with their predominance in arms, they will mobilize large numbers of tanks and mechanized forces to attack us quickly and penetrate deeply in order to achieve quick victory. To defeat enemies who have highly modern weapons, our most fundamental measure is to rely on a People's War.” (ROBERTS, 1983, p. 96).

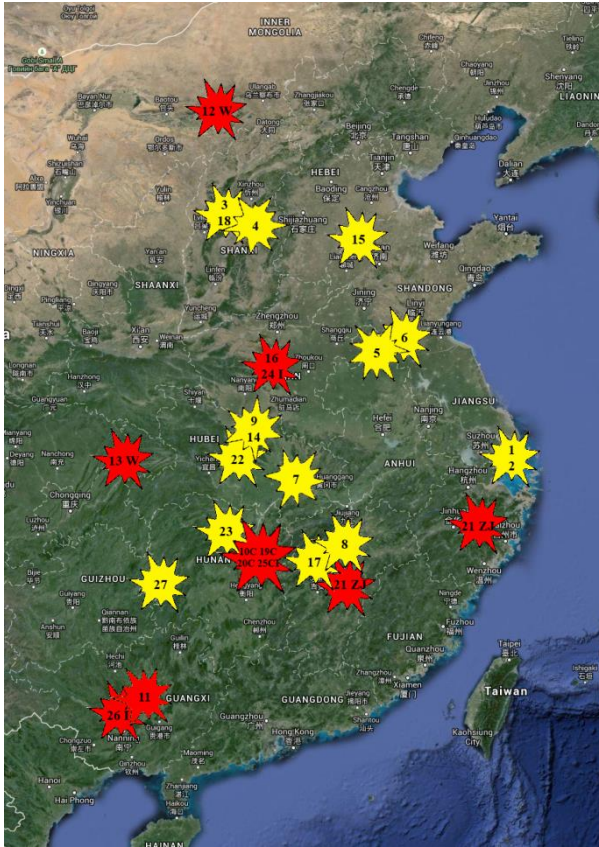
tenham desenvolvido os meios para travá-la. Por fim, o trecho citado presta-se para sintetizar e condensar o aprendizado do emprego da infantaria leve na própria GSJ.

Cabe destacar que, mesmo com precário domínio da siderurgia, um país semiperiférico é capaz de produzir concreto. A produção de cimento e concreto é suficiente para produzir fortificações do tipo que a China já era capaz de fazer no início dos anos 1930 (Quinta Campanha de Cerco a Aniquilamento). Embora não se tenha encontrado uma descrição das fortificações usadas por Xue Yue em Changsha, muito menos o depoimento de qualquer de seus participantes, parece razoável supor que as fortificações feitas pelos chineses para desenvolver linhas de abordagem paralelas às linhas de suprimento japonesas retenham alguns ensinamentos da Quinta Campanha.

Também é razoável supor que a concentração de tropas chinesas não tinha como ser a mesma e, muito menos, que fosse possível dispor da superabundância de concreto que chegou a permitir um fortim por quilômetro. Ao lutar contra os japoneses, os chineses, além de enfrentar um inimigo tecnicamente superior, tiveram dificuldades que, na Quinta Campanha (graças a seus aeroportos, caminhões e 8 mil quilômetros de estrada) eram inimagináveis. Contudo, a ideia de fazer linhas paralelas às de suprimentos japoneses — e não procurar assumir uma abordagem perpendicular, isto é, atacá-las ou cortá-las, sugere uma disposição de beneficiar-se, para efeitos de ofensiva, de preparações de engenharia aparentemente defensivas. Qualquer que tenha sido (se foi) a quantidade de cimento ou concreto utilizada, o emprego de fortificações com o propósito de atrair o ataque inimigo ilustra um uso proveitoso das manobras características dos generais chineses tradicionais, desta feita despidas de qualquer futilidade ou convenção, para sobreviver em uma guerra total, implacável e cruenta.

Mas, ao admitir-se a escassez de cimento e concreto por parte dos nacionalistas em Changsha, implicitamente torna-os depositários de Otto Braun e Peng Dehuai, uma vez que eles tentaram enfrentar o concreto com seu próprio sistema de trincheiras e fortificações.

Mapa 1 — Principais batalhas e campanhas da 2ª GSJ



Fonte: Carvalho & Google Earth (2015).

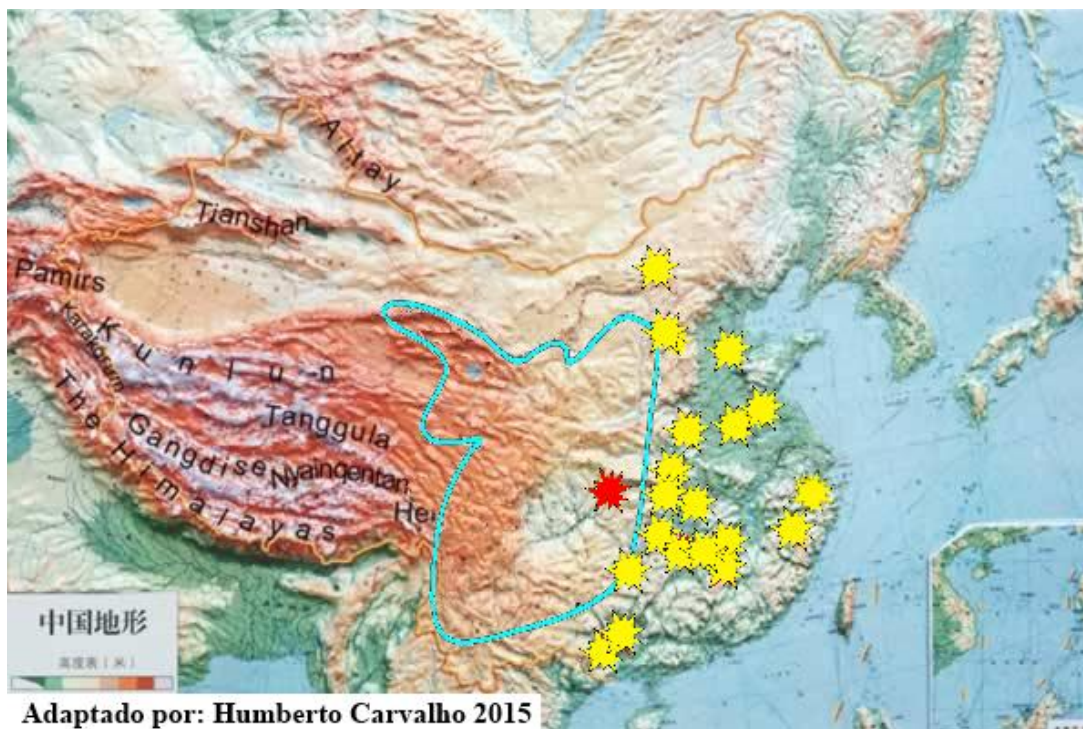
O Mapa 1 assinala as maiores batalhas e campanhas da guerra sino japonesa. Em amarelo as batalhas e em vermelho as campanhas. Note-se que o centro da China tornou-se o fiador da inexpugnabilidade do país, foi a região que permitiu manter o país. E, da parte japonesa, os conduziu à guerra no Pacífico. A importância estratégica de Changsha para os dias de hoje reside na decisão, tomada em 1961 e executada desde 1963, de construir-se a “terceira linha de defesa” ou “terceira frente” para fazer-se frente a um confronto nuclear, quer com os EUA ou com a então URSS. Changsha é representada como campanha, já que estendeu-se — com interrupções — desde 1939 à 1944. Elas são indicadas pelos números: 10C, 19C, 20C, 25CI. Sendo que “C” refere-se à “Changsha” e “I” à “Ichi-Go” (1944). A última deu-se no contexto de ambas (daí “CI”).

Ainda em 1937, mais de 30 universidades foram deslocadas para este perímetro no centro da China. E, desde 1963, sob a direção de Peng Dehuai, teve início a construção da “Grande Muralha Subterrânea⁶⁴”, que converteu a engenharia de combate de serviço auxiliar na batalha em um dos fundamentos da própria estratégia chinesa.

⁶⁴ A Grande Muralha Subterrânea, revelada oficialmente pelo governo chinês em 2009, é parte integrante da Terceira Linha de Defesa e consiste em um sistema de túneis que visa tornar crível a capacidade chinesa de segundo ataque em caso de uma conflagração nuclear (HSIAO, 2009, p. 1-2).

Atualmente a Grande Muralha Subterrânea está ainda em construção, percorrendo mais de 5 mil quilômetros e estendendo-se por quase toda a China. Estima-se que a Grande Muralha Subterrânea — sobretudo seu perímetro original compreendido na terceira linha/frente — abrigue mísseis balísticos intercontinentais (ICBM), suas ogivas e meios de processamento e refino de urânio e plutônio, além de uma gama considerável de instalações industriais e de defesa civil (ZHANG, 2012, online; KARBER, 2011, online; HSIAO, 2009, p. 1-2; JACOBS, 2011, online; HOLMES, 2011, online).

Mapa 2 — Terceira Linha de Defesa: Batalhas da 2ª GSJ



Fonte: Carvalho (2015).

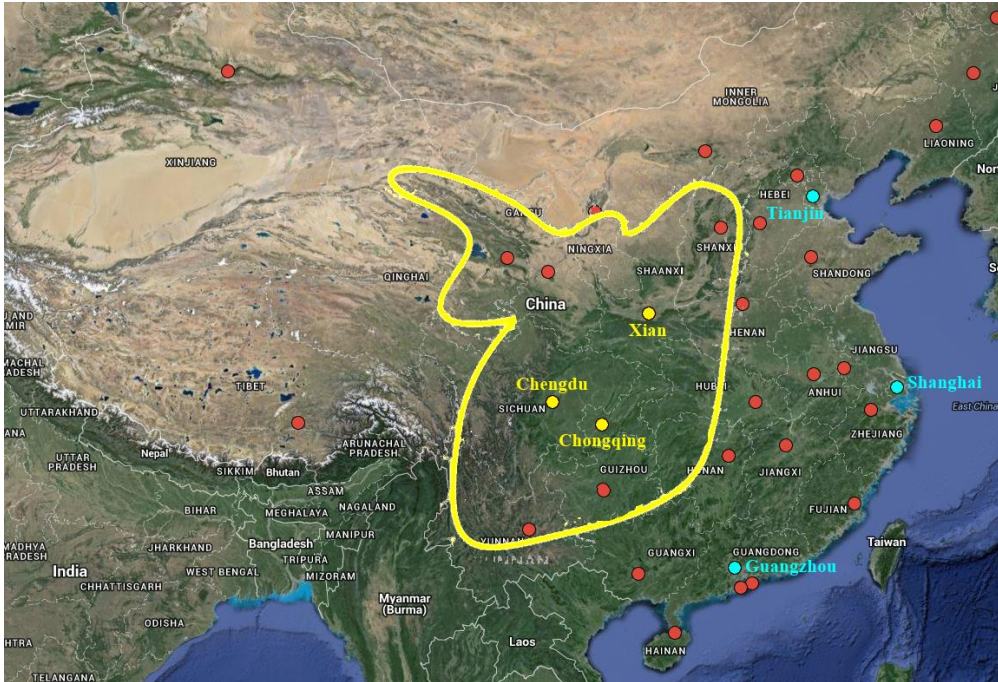
Importa notar que, décadas depois, na Segunda Guerra Civil, travada entre nacionalistas e comunistas (1946–1949), tão logo Jiang Jieshi perdeu a Manchúria (atual região militar de Shenyang), deslocou suas forças para Nanquim e, daí, para Changsha. Ali, Jiang Jieshi pretendia manter a resistência contra os comunistas até que persuadiu-se de fugir para Taiwan deixando para trás seus exércitos⁶⁵.

A terceira Linha de defesa parece ter sido traçada em conformidade com a experiência da 2ª GSJ (Mapa 2). Note-se que as grandes batalhas da conflagração foram travadas em seu entorno, sem lograr penetrar no escudo. No Mapa 3, o traçado da terceira

⁶⁵ Êxodo do Goumindang: Parte do Exército nacionalista aderiu aos comunistas, um número considerável de oficiais conseguiu chegar a Taiwan por aerotransporte e, pelo menos o efetivo de uma divisão (aproximadamente 12 mil), conseguiu internar-se na Birmânia, de onde cumpriu um papel importante na Guerra do Vietnã.

linha é sobreposto às cidades polo: Xian (lar dos Q-5, H-6, JH-7, Y-20), Chengdu (lar dos J-20 e JF-17) e além da própria Chongqing — um dos maiores centros industriais, ainda hoje em expansão (destacadas em amarelo) (LUTHI, 2008, p. 28).

Mapa 3 — Terceira Linha de Defesa: Cidades Polo.



Fonte: Carvalho & Google Earth (2015).

O Êxodo do Guomindang serve para demonstrar a importância da China Central: o percurso excêntrico da retirada de Jiang Jieshi — visto no Mapa 4 —, que poderia ter-se deslocado diretamente de Nanquim para Taiwan, custou-lhe boa parte de suas tropas. O desastre só não foi maior graças ao Rio Chang Jiang que permitiu a exfiltração de um número considerável de nacionalistas, como já havia sido feito na Operação Beleguer⁶⁶. No total, oriundos de todo o país, 2 milhões migraram para Taiwan.

Mapa 4 — Êxodo do Guomindang

⁶⁶ A Operação Beleguer foi conduzida pela Marinha dos Estados Unidos, executada sobretudo no Rio Chang Jiang, que evacuou cerca de 600 mil japoneses e coreanos entre 1945 e 1949.



Fonte: Wikimedia Commons (2015).

A confrontação entre nacionalistas e comunistas após 1949 também serve para reiterar a importância da China Central: (a) a insurgência islâmica promovida pelo GMD entre 1950 e 1958; (b) o levante no Tibet de 1959; e (c) a campanha na fronteira sino-birmanesa que no início dos anos 1960 — tentativas recorrentes do Guomindang de instalar-se naquele centro.

3.5 Conclusões do Capítulo II

Este capítulo propôs-se a responder três questões. A primeira delas, no âmbito da estratégia, dizia respeito à compreensão de por que, sem ter sequer podido derrotar a China, o Japão atacou os EUA. A resposta sugerida foi a de que entre o risco da guerra civil interna, e o que considerava uma jogada arriscada, mas justificável, dada a conjuntura internacional favorável, o Japão optou pela segunda opção. No próximo capítulo vai-se discutir o tipo de concepção sobre guerra no mar que serviu de suporte a esse tipo de visão.

Naturalmente, a possibilidade de uma convulsão se devia ao impasse, neste sentido, em termos estratégicos — mas também operacionais. Pode-se dizer que se logrou articular uma argumentação plausível acerca do papel cumprido por Changsha (de modo particular) no quadro deste impasse. Mais que um problema de mera lógica, importa realmente investigar a fundo o tema pois ele sugere a pertinência de um sistema defensivo prévio, estratificado em camadas, elaborado com a antecedência de anos ou mesmo décadas.

Afinal, sempre que um agressor penetrar no país suas forças irão sendo drenadas na razão direta do estiramento de suas linhas. Nada mais lógico, para o defensor, que tomar partido disto. Foi o que a China fez, ao menos desde o início da década de 1960, para fazer frente a guerra nuclear. E, mesmo no Brasil, existem formulações que propõem que o país passe a pensar com seriedade na conjugação de obras de infraestrutura com preparações defensivas prévias (KERR OLIVEIRA, 2012, p. 251–254).

No caso da 2ª GSJ pode-se observar a presença de uma estratificação nas três principais fases da guerra. Na primeira delas, enquanto as forças japonesas puderam contar com a Marinha e a Força Aérea para seu aprovisionamento e as lutas se deram no entorno das planícies e deltas, a superioridade técnica conferiu-lhes vitórias retumbantes. As perdas causadas em relação aos danos sofridos chegavam de seis a 10 para um. Já os combates nas cidades, após o êxito inicial das campanhas de Pequim, Tianjing, Xangai e Nanquim, tornou-se mais oneroso para os japoneses. Se fosse possível isolar a contabilidade do combate citadino das campanhas envolvendo as grandes cidades, como Wuhan, é possível que já se chegasse à paridade que foi finalmente obtida em Changsha (40 mil/40 mil = 1/1).

Na segunda fase, os japoneses tinham o desafio de unir as diversas zonas tomadas ao longo dos deltas, estabelecendo comunicações pelo interior, para o que dependiam não apenas do Grande Canal, mas também de ferrovias. Neste ponto, uniram-se duas técnicas criadas pelos chineses: a infantaria leve e a engenharia de combate, criando turmas de demolição que faziam as ferrovias irem pelos ares e, no ponto mais dramático da guerra — a destruição das represas do Rio Huang He (Rio Amarelo), inundando milhões de quilômetros quadrados e inutilizando o Grande Canal (via de transporte Norte-sul cuja navegabilidade dependia do abastecimento de suas águas).

Na terceira fase, os japoneses tiveram que arcar com o peso da inconclusão da segunda. Com exércitos de guerrilheiros em sua retaguarda — literalmente, dois dos comunistas (4º e 8º) e outros tantos do Guomindang, sendo que apenas os dois comunistas chegaram a assomar a cifra espantosa de um milhão e meio — as linhas internas de comunicação japonesas na China foram consideravelmente prejudicadas, especialmente no sentido norte-sul, impedindo que se usufrísse dos possíveis benefícios econômicos da ocupação.

Em decorrência disto, mesmo em regiões tomadas precocemente, a guerra prosseguia, como era o caso das montanhas de Shandong, província ocupada desde 1914. Os fantoches eram mais eficientes na repressão, ainda assim, não raro, em seus centros urbanos

verificava-se a ação de partisans, pequenos grupos de fogo, que assassinavam lideranças civis e militares e empreendiam atentados à bomba.

Foi justamente esta situação de fustigação que levou à terceira fase, o desejo de empreender a conquista do centro da China, de eliminar os santuários da resistência, unindo o país do sul ao norte e de leste a oeste. Feito isto, os japoneses acreditavam que podiam contar com os muçulmanos e tibetanos para criar Estados fantoches e, deste modo, dividir os custos da ocupação tornando a guerra economicamente compensadora. Em suma, os “nacionais”, eram imprescindíveis para converter a China em butim útil, em presa de guerra.

Foram as distâncias, vales, desertos, a topografia irregular e os acidentes de terreno — que o exército invasor teve de enfrentar nesta terceira fase — que, em grau considerável, neutralizaram a superioridade técnica do Japão e suscitaram um problema novo: o sobre estiramento de linhas e a escassez de combustíveis e munições. De resto, como já referido, restou ao invasor a escolha entre dois males; e, na ocasião, a perspectiva de guerra civil devia afigurar-se como mais ameaçadora do que empreender a campanha do Pacífico.

Em suma, no que tange à esfera operacional, a 2ª GSJ serve para demonstrar que o bastião chinês — sua chave de país — não é a Manchúria ou o superpovoado leste, mas sim o centro do país. O leste pode ser a chave da economia e do PIB; a Manchúria, a chave para a hegemonia no leste asiático; mas a chave da China é seu centro e, em seu âmago, está a Montanha. É justamente a experiência operacional da Guerra Sino-Japonesa que lança uma grande sombra de dúvida sobre a *AirSea Battle*.

Afinal, eventualmente não foram nem o Líbano em 1982, ou o Golfo em 1991, que motivaram os chineses a fazer frente a batalha em profundidade⁶⁷. Pode ter sido sua própria experiência na guerra da Ásia — as tragédias que se desenrolaram de 1931–45 e em 1950–53. A Coreia demonstraria como a China continental tornou-se herdeira e repositório da experiência de seus dois partidos na GSJ. As batalhas no Triângulo de Ferro da Coreia (zona montanhosa) sublinham ainda hoje o aprendizado do Modo Asiático de Fazer a Guerra.

Por fim, no que diz respeito à tática, a superioridade dos japoneses residia em suas aeronaves e tanques. No que tange às armas leves, não raro, as utilizadas pelos chineses revelavam um desempenho superior. Foi neste caso, no âmbito do fenômeno (tática), que

⁶⁷ De modo algum se quer sugerir que a China ficou indiferente à experiência militar de outros povos. Pelo contrário, foi o desafio suscitado pela digitalização que a motivaram a empreender a modernização. Contudo, isto foi no sentido de perseguir capacidades simétricas, para no caso de uma guerra reduzir suas perdas humanas e o sofrimento dos civis. Neste capítulo apenas se quis demonstrar que, no que tange às ameaças mais aterradoras, caso da guerra nuclear — cujo potencial exterminista foi agora atualizado pelo EMP, de emprego mais crível, mas também devastador — a China continua a contar, sobretudo, com seus recursos assimétricos, entre os quais somam-se seus túneis.

paradoxalmente, revelou-se a possibilidade de valer-se da engenharia enquanto Arma estratégica. O terreno, sobretudo suas preparações, tornaram-se o único modo de obter alguma compensação frente ao dilúvio de fogo japonês: as bombas de altos explosivos, fragmentação, incendiárias e os gases asfixiantes. Preparar o campo de batalha, tirar o máximo de proveito do terreno, tornou-se um imperativo de sobrevivência. O curioso, é que valer-se de um stratagema aparentemente simples (cavar), tenha permitido aos chineses lograr evitar sua derrota – até que fosse muito tarde para o Japão livrar-se do abraço mortal da China.

4 OS ALIADOS JUNTAM-SE À GUERRA, 1941–1945

Este capítulo busca analisar o processo que levou à expansão da guerra sino-japonesa em 1941, com a consequente entrada dos aliados na guerra, e o seu desfecho. Devido ao impasse da guerra no continente e ao embargo imposto pela Liga das Nações, o Japão inicia a conquista da chamada “Zona de Recursos Sul”, no período composto por territórios colonizados por Reino Unido, EUA e Países Baixos.

Esses eventos abrem mais dois teatros de operações na guerra, Sudeste Asiático e Pacífico, tornando a Ásia parte do grande cenário da II Guerra Mundial. Assim, o futuro da guerra e especialmente da China, agora alçada à condição de grande potência, tornam-se parte do cálculo da criação de uma nova ordem mundial liderada pelos EUA.

Dessa forma, procurou-se analisar também os erros estratégicos e operacionais japoneses a partir de 1941, mais especificamente o impacto dos resultados das operações de Midway e Pearl Harbor no esforço de guerra japonês. Sustenta-se que a execução dessas operações representou um descolamento dos objetivos políticos e militares da guerra no processo decisório japonês.

Por fim, o capítulo procurará também identificar os elementos contraditórios encontrados no processo de desfecho da guerra, nomeadamente, os objetivos díspares de EUA e do Reino Unido, a disputa entre comunistas e nacionalistas na China e o retorno da URSS à região. Em última análise, esses conflitos, apesar do desfecho da guerra e da derrota do Japão, não trouxeram definição para o cenário asiático, tornando a Segunda Guerra Sino-Japonesa apenas um prelúdio para as guerras do continente durante o século XX.

4.1 Bloqueio à China e a ofensiva à Zona de Recursos Sul

Ao fim de 1938, os japoneses haviam ocupado a região mais povoada e economicamente importante da China, onde haviam organizado governos colaboracionistas e mantinham mais de 600 mil homens no país (ROTTMAN, 2005, p. 8). Em 1938, 50% da população chinesa e 90% das indústrias estavam sob o controle dos japoneses (KOENIG, 1977, p. 13). A tática de retirada lenta para as montanhas do centro da China — ganhar tempo em troca de espaço (WILSON, 1982, p. 88–89) — fez Jiang Jieshi sacrificar os melhores soldados e quase todo o equipamento de seu exército (KOENIG, 1977, p. 13), além de desgastar a economia e lentamente perder o apoio popular para o seu regime e seu esforço de

guerra⁶⁸. Ainda em 1938, foi finalizada a Estrada da Birmânia, como forma de garantir a chegada do auxílio externo para as forças chinesas (ROBERTS, 2012, p. 341). Os japoneses, por sua vez, já não conseguiam se beneficiar da expansão do seu território: ao contrário, a guerra na China tornava-se um “atoleiro” (PAINE, 2012, p. 137–138).

O chefe do Estado-Maior e o ministro do Exército japonês haviam prometido ao Imperador a subjugação da China em dois ou três meses. Contudo, já havia se passado mais de um ano de combates e não haviam conseguido finalizar a guerra, embora já ocupassem as principais zonas estratégicas (KERSHAW, 2008, p. 137). O Guomindang recebia empréstimos estadunidenses e ajuda da aviação da União Soviética, recebendo ainda suprimentos através de um corredor que ligava Chongqing à Birmânia, então território inglês. Enquanto isso, nas áreas ocupadas, o PCCh coordenava guerrilhas que lutavam contra a ocupação⁶⁹ (DAVID, 2009, p. 283; KRIEG, s.d., p. 86–87; VISENTINI, 1998, p. 79).

Já ao final de 1938, os recursos japoneses estavam sobrecarregados no conflito. Cerca de 40% do total de suas tropas encontrava-se lutando em solo chinês, com baixas estimadas em cerca de 62 mil (KERSHAW, 2008, p. 137). A violência das tropas de ocupação somente fortaleceu a resistência chinesa, especialmente da parte dos guerrilheiros e comunistas, como se percebe na Ofensiva dos Cem Regimentos, de 1940 (DAVID, 2009, p. 283). Os esforços foram intensificados e adotou-se uma estratégia de destruição maciça, baseada no uso irrestrito da violência contra a população civil. Isso só fez mobilizar ainda mais esforços japoneses, cujo governo passa a se referir a uma “guerra santa” ou a uma “mobilização espiritual da nação” (KERSHAW, 2008, p. 135–136).

O Japão encontrava-se incapaz de vencer a China completamente e tampouco de se retirar de lá, deteriorando ainda mais as relações com os EUA e tornando a situação ainda mais crítica, já que careciam de matérias-primas importadas desse país (REIS; PEZZI; MAGNO, 2012, p. 122). A única chance de melhora nas relações com os EUA seria a capitulação na China. Como afirma Ian Kershaw:

A China continuava sendo, portanto, o pivô do caso. Enquanto a guerra com a China continuasse, os recursos naturais e as capacidades humanas do Japão continuariam sendo exigidas ao máximo. E a deterioração das relações com os Estados Unidos colocava uma séria ameaça ao fornecimento de petróleo e da sucata de metal, necessários para dar continuidade à guerra. Mas enquanto o Japão continuasse aferrado a suas conquistas e dominação territoriais, não poderia haver um fim para a guerra, e, portanto, nenhuma

⁶⁸ Como será discutido adiante pesou também sobremaneira na perda de apoio popular ao seu regime o desvio de recursos do esforço de guerra pra a criação de um cordão sanitário contra os comunistas ao invés de manter a atividade contra os japoneses como prioridade máxima.

⁶⁹ Pensar em inserir nota aqui com conteúdo de WILSON sobre o peso da guerrilha comunista

melhoria nas relações com os Estados Unidos e nenhuma diminuição da ameaça contínua às suas matérias-primas (KERSHAW, 2008, p. 140).

Desse modo, o principal objetivo estratégico dos japoneses era cortar as linhas de suprimento e o apoio internacional ao regime de Jiang Jieshi. Em junho de 1940, o Japão demandou que os britânicos fechassem a Estrada da Birmânia, de modo a isolar a China. A demanda foi aceita por um período de três meses, até setembro de 1940, quando após obter autorização da França de Vichy, o exército japonês ocupou a porção norte da Indochina. O avanço japonês era facilitado pelas rápidas vitórias que a Alemanha obtinha na Europa, levando França e Reino Unido a priorizar o conflito na sua própria região.

Em fins de setembro, os japoneses assinaram o Pacto Tripartite⁷⁰ com Alemanha e Itália, que, apesar de implicitamente voltado contra os Estados Unidos, também privava a China de seus dois maiores parceiros militares no período⁷¹. Como resposta, em outubro de 1940, os estadunidenses proibiram a exportação de sucata e combustível para aviação aos japoneses e os britânicos reabriram a Estrada da Birmânia (BELL, 2011, p. 63).⁷² O ataque alemão à União Soviética, em junho de 1941, lançou um dilema no pensamento estratégico japonês: denunciar o acordo de neutralidade estabelecido dois meses antes e forçar os soviéticos a uma luta de frente dupla contra alemães e japoneses⁷³ ou respeitá-lo e preparar o terreno para uma nova expansão rumo ao sul, especialmente às colônias neerlandesas do sudeste asiático, ricas em recursos como petróleo. Apesar de o arquiteto desses acordos, o Ministro de Relações Exteriores à época Yosuke Matsuoka, ser um grande defensor da ofensiva contra a URSS, optou-se pela ofensiva à zona de recursos sul. Essa decisão demonstrava não só a necessidade premente por recursos, mas também a prioridade em se cortar a linha de suprimentos chinesa e finalizar a guerra.

Em julho de 1941, após refutar a possibilidade de atacar a União Soviética, a Conferência Imperial japonesa decidiu-se pela expansão ao sul. Após receberem autorização da França de Vichy, tropas japonesas ocuparam a metade restante da Indochina Francesa. Este

⁷⁰ Este pacto previa auxílio mútuo caso algum dos membros fosse atacado por um país que ainda não tivesse tomado parte na guerra na Ásia ou na Europa — logicamente, tratava-se dos Estados Unidos.

⁷¹ Alemanha e Itália eram os principais aliados chineses até a assinatura do Pacto Tripartite. Enquanto a Alemanha fornecia assessores e equipamentos para o Exército, a Itália era responsável pela Força Aérea chinesa (WILSON, 1983, p. 112).

⁷² Além disso, entre o final de 1940 e o começo de 1941, os Estados Unidos disponibilizaram US\$ 100 milhões de dólares ao governo de Jiang Jieshi e ofereceram caças de última geração; os britânicos contribuíram com 5 milhões de libras para um fundo de estabilização da moeda chinesa e 3 milhões de libras em créditos de exportação (GREAVES, 2010, p. 26).

⁷³ Em 1938, o Japão e a União Soviética travaram batalhas ao longo de sua fronteira no rio Khalkhyn Gol, na Manchúria próximo à Mongólia. A batalha decisiva do conflito é conhecida como o Incidente de Nomonhan que terminou com a derrota do 6º Exército Japonês. Resultado afetou a decisão de Tóquio de avançar para o sul e não continuar sua expansão para o interior da Eurásia contra os soviéticos (GOLDMAN, 2012).

território, em conjunto com Taiwan, serviu de base para as operações das ofensivas no sudeste asiático. Ainda em julho, os estadunidenses congelaram todos os ativos japoneses em seu país. Em setembro, foi decretado o embargo total sobre a venda de petróleo⁷⁴. Os japoneses perceberam a gravidade da situação, uma vez que seu estoque de petróleo poderia durar menos de dois anos (KERSHAW, 2007, p. 400).

Em nenhum momento, entretanto, fica claro que a guerra entre Japão e Estados Unidos era inevitável. Os dois lados ainda buscaram negociar, no entanto, em dado momento as demandas tornaram-se irreconciliáveis⁷⁵. Mesmo após os embargos impostos pelos EUA ao Japão, os japoneses poderiam garantir outras fontes de recursos sem entrar em guerra contra os estadunidenses. A postura de inevitabilidade, argumenta Record (2009, p. 57):

Não fossem os ataques a Pearl Harbor e às Filipinas, Roosevelt teria achado extremamente difícil, talvez impossível, de convencer o eleitorado americano a ir à guerra contra o Japão, e os japoneses teriam ido assegurar os recursos do resto do Sudeste Asiático sem atrair a ira armada dos Estados Unidos. Ao final do verão de 1941, entretanto, a maioria dos líderes japoneses vieram a considerar a guerra contra os Estados Unidos como inevitável (RECORD, 2009, p. 57, tradução e adaptação nossa).

Entretanto, após o período do governo por assassinio e do golpe do incidente de fevereiro de 1936⁷⁶, a política externa e o processo de tomada de decisões foi completamente securitizado e permeado pela disputa política das Forças Armadas Imperiais. A política nacional estava refém das demandas de objetivos militares, desassociando-se das finalidades políticas do Estado japonês. Dessa forma, alternativas que não recorressem ao uso da força

⁷⁴ Os EUA deveriam continuar vendendo petróleo de menor qualidade para o Japão, mas descobriu-se posteriormente que, em virtude da não liberação de qualquer crédito para a venda de petróleo (mesmo os de qualidades inferiores), o Japão estivera sob um embargo total de petróleo desde esta data (KERSHAW, 2007, p. 399–400)

⁷⁵ Em agosto de 1941, propôs parar sua expansão caso os Estados Unidos e o Reino Unido retirassem o embargo ao Japão e o apoio a Jiang Jieshi, auxiliassem o Japão a obter recursos naturais, atuassem como mediadores na China e aceitassem as posições japonesas conquistadas. Esta proposta, naturalmente, foi rejeitada. Logo depois disso, o primeiro-ministro Kono propôs encontrar-se com Roosevelt no Havaí. Para os americanos, só poderia haver qualquer nova negociação se os japoneses deixassem de recorrer à força e o próprio Roosevelt, apesar das mensagens afáveis, parecia “embromar” os japoneses (KERSHAW, 2007, p. 404, 406). Os norte-americanos apegavam-se aos quatro princípios do secretário de Estado Cordell Hull: “1) respeito pela integridade territorial e soberania de todas as nações; 2) não interferência nos assuntos internos de outros países; 3) igualdade de oportunidades comerciais para todos os Estados; e 4) respeito pelo status quo territorial, a menos que alterado por meios pacíficos” (BELL, 2011, p. 66). O máximo que os japoneses estavam dispostos a aceitar era a retirada da Indochina, assim que se resolvesse o “Incidente da China” e se fizesse uma “paz justa” (KERSHAW, 2007, p. 433). Isso implicava em aceitar a Esfera de Coprosperidade do Grande Leste Asiático, o reconhecimento do Manchukuo e o estabelecimento de um governo favorável ao Japão na China, possivelmente pela composição entre Jiang Jieshi e Wang Jingwei (que liderava um governo colaboracionista em Nanquim). A 20 de novembro, os japoneses ofereceram sua última proposta: saíam do sul da Indochina, caso, entre outros pontos, fossem retirados o embargo de petróleo e o apoio a Jiang Jieshi. No dia 2, Hull respondeu com uma nota, na qual os Estados Unidos passaram a exigir que, além de se retirar da Indochina, os japoneses devolvessem todo o território chinês conquistado antes de 1900 ao governo de Jiang Jieshi (KERSHAW, 2007, p. 418).

⁷⁶ Eventos analisados no primeiro capítulo.

foram preteridas e o uso da diplomacia tornou-se ineficaz. A única solução admissível para os comandantes militares japoneses era o cumprimento total dos objetivos militares japoneses.

E por que somente agora entravam os Estados Unidos na guerra? Se de fato era do interesse estadunidense a manutenção da integridade territorial da China, por que foi permitido o desmembramento e ocupação desse país? Na realidade, Roosevelt, assim como seu antecessor, Hoover, não queria arriscar um conflito com o Japão. Sanções econômicas, como sugeriam Stimson e alguns outros setores estadunidenses, eram vistas como impraticáveis em meio à depressão. Os diplomatas dos EUA em Tóquio acreditavam que sanções só inflamariam o Japão ainda mais contra a China. Além disso, Roosevelt acreditava, e tinha fortes razões para tanto, que a opinião pública seria contra uma guerra contra o Japão. Provas disso são manifestações no Congresso e no Senado contra o envolvimento na guerra no Oriente. Até 1941 os EUA manteriam como política para a situação uma retórica baseada na Política de Portas Abertas, no fornecimento de ajuda militar para Jiang Jieshi e na manutenção de uma paz precária com o Japão (SCHULZINGER, 1990, p.162).

Dessa forma, em 1941 foi declarada guerra contra os EUA, Reino Unido e Países Baixos. O objetivo principal é a conquista da chamada área de recursos sul (que compreendia o sudeste asiático) e criar um perímetro defensivo no Pacífico. Nesse momento a aviação naval é utilizada com extremo sucesso, com a utilização de bombardeiros Mitsubishi G4M na destruição da Frota Z do Reino Unido na costa da Malásia, a interdição das Filipinas a partir de Taiwan e na estreia da *kido butai*⁷⁷ no ataque surpresa a Pearl Harbor. O sucesso avassalador das primeiras operações deu a Isoroku Yamamoto, comandante da Frota Combinada e maior entusiasta da ênfase na aviação naval, grande peso nas decisões estratégicas e operacionais da MIJ no Quartel General Imperial (QGI).

4.2 Pearl Harbor e Midway: equívoco estratégico e operacional

Entre 8 de dezembro⁷⁸ de 1941 e 8 de maio de 1942 as forças do comando combinado das potências ocidentais na Ásia (ABDACOM⁷⁹) haviam sido varridas do mapa. O Japão tinha conquistado a Birmânia, Malásia, Cingapura, Índias Orientais Holandesas (Indonésia), Hong Kong, Filipinas e outras ilhas no Pacífico Ocidental. Em apenas cinco

⁷⁷ *Kido Butai* pode ser traduzido como força-tarefa, era o termo pelo qual era conhecido popularmente o conjunto da 1ª Frota Aérea e os sete porta-aviões onde era embarcada. Esta foi a primeira força aérea independente a operar completamente embarcada em porta-aviões.

⁷⁸ Devido ao fuso horário 8 de dezembro na Ásia e 7 de dezembro no Haváí (EUA).

⁷⁹ American-British-Dutch-Australian Command.

meses, de Pearl Harbor à rendição nas Filipinas, quase 100 anos de domínio colonial ocidental no leste e sudeste da Ásia haviam caído por terra.⁸⁰ O Japão havia garantido os recursos das ilhas indonésias e fechado a rota de suprimentos da estrada da Birmânia, granjeado apoio das elites nacionalistas locais, viabilizando uma possível futura coalizão, que resultaria na malfadada Esfera de Co-prosperidade do Grande Leste Asiático.

O sucesso dessa ofensiva deu-se em grande parte pelas inovações militares do exército em termos de guerra na selva, no caso da conquista da Malásia e Cingapura, mas especialmente das inovações empregadas pela marinha japonesa. Após as batalhas de Pearl Harbor, Mar do Sul da China, do Mar de Java e de Colombo nenhuma marinha ocidental patrulhava as águas do leste e do sudeste asiático. O elemento decisivo nessas batalhas foram as inovações doutrinárias e tecnológicas no que tange a aviação naval.

O responsável pelas inovações, tanto tecnológicas quanto doutrinárias, foi o Almirante Yamamoto, comandante da Frota Combinada⁸¹ durante a guerra do Pacífico. Tudo começou com a fundação do Departamento de Aviação Naval e, em 1932, e a criação do Sistema de Protótipos e do Arsenal Aeronaval de Yokosuka. O departamento, chefiado pelo então contra-almirante Yamamoto Isoroku, havia desenvolvido um plano para garantir a autossuficiência do país nesse campo através da integração entre o Estado e as empresas (EVANS; PEATTIE, 1997, p. 304), uma espécie de complexo industrial militar japonês.⁸²

Os primeiros frutos dessas iniciativas surgiram em meados dos anos 1930. Os dois casos mais destacados são o do caça Mitsubishi A5M “Claude” e do bombardeiro Mitsubishi G3M “Nell”. O caça Mitsubishi A5M “Claude”, lançado em 1935, era rápido e leve, o que lhe dava excelente manobrabilidade, refletindo a prioridade no combate contra caças, além de

⁸⁰ À época, intelectuais japoneses defendiam e disseminavam o pan-asianismo, o qual foi apropriado pelos militares como propaganda para justificar a liderança regional do Japão na Ásia-Pacífico (SAALER, 2007, p. 12–14). O ideal teve uma aplicação diversificada nas ex-colônias ocupadas por forças japonesas e mesmo em colônias onde não houve presença nipônica. Notadamente, na Indonésia e na Índia havia fortes movimentos anticoloniais pan-asianistas, os quais nutriam simpatia pelo Japão. Com efeito, Sukarno, líder indonésio e herói da independência do país, chegou a lutar dentro do Japão na Batalha de Imphal e Kohima. Já Chandra Bose, indiano, obteve apoio japonês na organização do exército nacional da Índia (HOTTA, 2007, p. 62).

⁸¹ A Frota Combinada, *rengo kantai*, era o principal componente da Marinha Imperial Japonesa para operações em alto mar. Até 1933, ela não era uma organização permanente, mas sim uma força temporária *ad hoc*. Após o início da 2ª Guerra Sino-Japonesa, institucionalizou-se a Frota Combinada e, ao final dos anos 1930, ela incluía a maioria das belonaves do Japão.

⁸² No Sistema de Protótipos, havia uma espécie de divisão do trabalho entre o Departamento de Aviação Naval e as empresas nacionais. O Departamento dava as especificações e promovia a concorrência. A empresa que oferecesse o protótipo que melhor atendesse às especificações ganhava o contrato para produzi-lo e fornecê-lo à aviação naval. Assim, a Marinha organizava o processo produtivo e conduzia grande parte da pesquisa e as empresas se encarregavam da maior parte da produção (EVANS; PEATTIE, 1997, p. 303–304). O Arsenal era o responsável pelos testes básicos de segurança das aeronaves. Depois disso, os protótipos seguiam para o Grupo Aeronaval de Yokosuka, responsável pelo teste das capacidades de combate e adequação para o uso em porta-aviões (EVANS; PEATTIE, 1997, p. 303).

poder ser embarcado. O bombardeiro de longo alcance baseado em terra já era, no começo da década de 1930, uma das prioridades de Yamamoto. Ele tinha um alcance de mais de 3.700 km, atingia velocidade de cerca de 370 km/h e podia carregar 800 kg em bombas (EVANS; PEATTIE, 1997, p. 310).

Tanto o A5M quanto o G3M foram muito bem-sucedidos na campanha aérea na China a partir de 1937. Para Francillon, a entrada em operação do A5M foi um dos fatores que permitiram à aviação naval japonesa obter superioridade aérea na Campanha da China (FRANCILLON, 1970, p. 344).⁸³ A Marinha japonesa foi responsável pela maior parte das operações aéreas no continente até 1941. Como resultado, o seu braço aéreo ganhou progressivo protagonismo e desenvolveu-se a doutrina do bombardeio de longa distância escoltado por caças, com grande ênfase na concentração e na massa, utilizando-se tanto da aviação baseada em terra quanto dos porta-aviões (PEATTIE, 2001, p. 124). O Japão foi o primeiro país a adotar essa doutrina, incorporada pelos Aliados somente em 1943, e que foi fundamental para a vitória retumbante das ofensivas de 1941–1942 contra o ABDACOM (PEATTIE, 2001, p. 124–125).

A partir da inovação doutrinária da aviação naval na China, o Japão concebe dentro da Frota Combinada, em janeiro de 1941⁸⁴, a 1ª Frota Aérea, que consistia em uma única força de aviação de 474 aeronaves embarcadas nos sete porta-aviões japoneses.⁸⁵ O conjunto dessas forças ficou conhecido como *kido butai* ou força tarefa de ataque. O conceito era utilizar o potencial da massa e da concentração de forças tanto em terra quanto nos porta-aviões, a *kido butai* nunca foi imaginada atuando em operações isoladas como Pearl Harbor e Midway (EVANS; PEATTIE, 1997, p. 349).

Entretanto a inovação trazida pelo torpedo aéreo Type 91, que permitia o seu disparo de uma altitude de 50 a 100 metros, permitiu que bombardeiros embarcados adquirissem a capacidade de engajar contra elementos de superfície mesmo em águas rasas, teoricamente dispensando o uso dos bombardeiros baseados em terra (PEATTIE, 2001, p. 144). Dessa forma tornou-se possível a concepção da Operação Z, o ataque a Pearl Harbor,

⁸³ O célebre Mitsubishi A6M Zero, comissionado em 1940, sucessor do A5M, foi desenvolvido conforme especificações oriundas da experiência de guerra na China. A partir desse momento, a Força Aérea Chinesa não teve mais condições de realizar operações defensivas contra os japoneses e sua Força Aérea em meados de 1941 teria sido completamente destruída (PEATTIE, 2001, p. 119, 124). Da mesma forma, o G4M foi comissionado no mesmo ano, incorporando melhorias advindas da experiência de combate do G3M na China.

⁸⁴ Este é um desenvolvimento da concepção do almirante Ozawa Jisaburo, que propôs a criação das frotas aéreas, ou seja agrupamentos aéreos embarcados e baseados em terra dentro de uma única estrutura de comando (EVANS; PEATTIE, 1997, p. 349).

⁸⁵ No momento de seu comissionamento a 1ª Frota Aérea consistia na mais poderosa aglomeração de poder aéreo naval do mundo (EVANS; PEATTIE, 1997, p. 349).

que ao contrário das outras batalhas navais do período⁸⁶, consistiu em ataque surpresa desferido pela *kido butai* de forma independente.

O sucesso da operação de Pearl Harbor fez com que Yamamoto advogasse uma completa mudança doutrinária nos planos de guerra da Marinha japonesa, desconsiderando as experiências bem sucedidas na China e das batalhas navais do sudeste asiático. Atsushi Oi (apud GOLDSTEIN; DILLON, 2004, p. 4) destacou que os planos de guerra japoneses desde o começo do século XX colocavam grande ênfase em dois pontos: 1) negar o uso da baía de Manila aos Estados Unidos e; 2) atrair a frota estadunidense do Pacífico para um combate decisivo. Para atingir estes objetivos, os japoneses consideravam ataque e ocupação das Filipinas, na qual a cooperação entre Marinha e Exército era parte fundamental dos planos (OI apud GOLDSTEIN; DILLON, 2004, p. 17). O raciocínio era de que mesmo que os Estados Unidos respondessem a um ataque às Filipinas, o que era esperado, os japoneses deveriam estar preparados para conter o contra-ataque americano.

Contrariando todo esse planejamento, já em 1940, o almirante Yamamoto Isoroku passou a formular a Operação Z (BARKER, 1973, p. 22). Yamamoto era contrário a um conflito contra os EUA. Após o período que passou naquele país, acreditava que uma vitória contra Washington em uma guerra tradicional era praticamente impossível, especialmente por sua capacidade industrial, à qual certamente Tóquio não poderia fazer frente.

Após o embargo de petróleo realizado pelos estadunidenses, havia consenso dentro da Marinha de que o Japão deveria invadir o Sudeste Asiático para obter os suprimentos de recursos naturais de que necessitava. No entanto, havia uma séria discordância sobre o modo como isto seria feito. Nesse contexto, Fuchida e Okumiya (1967, p. 38) destacam a polarização entre o Estado-Maior Geral da Marinha e a Frota Combinada.

O Estado-Maior Geral da Marinha, comandado pelo almirante Nagano Osami, defendia a manutenção da doutrina “antiga”, na qual, em caso de resposta estadunidense à ação no sudeste asiático, a Marinha japonesa interceptaria a dos EUA no Pacífico Ocidental. Já a Frota Combinada, e mais especificamente o seu comandante, o almirante Yamamoto Isoroku, defendiam uma mudança doutrinária, uma vez que, em sua visão, as forças estadunidenses poderiam ter a capacidade de responder antes que os japoneses pudessem se defender (FUCHIDA; OKUMIYA, 1967, p. 38–39).

⁸⁶ Especialmente a Batalha do Mar do Sul da China, que consistiu na derrota da Força Z britânica, composta por navios de primeira linha, pela aviação naval japonesa baseada em terra. Sendo que nesse caso não ocorreu um ataque preemptivo, as forças britânicas foram derrotadas em combate.

Quando apresentado ao Estado-Maior Geral, entretanto, ele foi tachado de “jogo de azar”. Era, de fato, uma grande aposta. Consideravam os japoneses que era necessária total surpresa para o sucesso do ataque. Para grande parte da Marinha, de pensamento ortodoxo, os recursos japoneses deveriam ser concentrados nos ataques ao Sudeste Asiático. Nagano chegara a afirmar: “Por que aticar os Estados Unidos? [...] Concentremo-nos em tomar Java e em garantir nossos suprimentos de petróleo. [...] Quando a frota americana do Pacífico chegar às nossas águas territoriais, então sim, nós a aniquilaremos.” (BARKER, 1973, p. 41–42).

Entretanto, o Japão deparou-se com um impasse estratégico após cumprirem-se os objetivos iniciais da Marinha, i.e. a conquista da zona de recursos sul, vitais para a continuidade do esforço de guerra contra a China e o fechamento da linha de suprimentos chinesa na Birmânia: manter-se na ofensiva ou consolidar as posições adquiridas. Nesse momento, quatro principais linhas de abordagem surgiram: (a) desembarque no Ceilão em preparação de uma invasão à Índia em apoio aos nacionalistas, visando a encontrar-se com as forças do eixo no Oriente Médio; (b) desembarque na Austrália, ocupando a principal base aliada na região e futura plataforma para a reconquista do Pacífico; (c) cortar as linhas de suprimento australianas atacando as ilhas do sul do pacífico, começando pela Nova Caledônia; (d) manter-se na defensiva, reorganizar as tropas, consolidar o perímetro conquistado e estabilizar a produção; (e) confronto decisivo com a frota estadunidense no Pacífico Central (ADAMS, 2007, p. 103–107; BARKER, 1976, p. 19–23, 27).

Os planos a e b foram abandonados em última instância por falta de apoio do exército, pois requeriam um grande número de tropas. Entretanto, consistiam nas operações ofensivas que mais se adequavam aos objetivos estratégicos japoneses. O primeiro expulsaria definitivamente as potências ocidentais do continente asiático e, se executado de forma coadunada com ações diplomáticas e políticas, possuía um potencial de não exigir um custo tão elevado em tropas, haja vista a aliança que os japoneses possuíam com os nacionalistas indianos liderados por Chandra Bose.⁸⁷ O segundo encontrava apoio na doutrina original da marinha e permitia cortar uma das linhas de abordagem Aliadas para a Ásia, além de ser a principal retaguarda estadunidense, local que permitiu fabricação de navios, equipamentos e suprimentos para as forças dos EUA. Além disso, a Austrália era uma chave estratégica para a manutenção do continente asiático, pois, com a sua posse, combinada com as ilhas do sudeste asiático, o Japão possuiria o controle de todas as SLOCs da região e do tráfego entre os

⁸⁷ Em dezembro de 1941, criou-se o Exército Nacional Indiano com o apoio do Japão, do qual Chandra Bose foi o primeiro comandante; esse exército lutou junto a forças japonesas na Birmânia e na Índia, em Imphal e Kohima (LEBRA, 2008, p. xiv–xv).

Oceanos Índico e Pacífico, inviabilizando futuras operações aliadas na região e o seu apoio aos chineses. Não bastasse isto, o Japão passaria a obter uma retaguarda em profundidade com potencial industrial e fornecimento de gêneros alimentícios. Já o plano “d” foi recusado devido ao seu caráter defensivo e, após o sucesso inicial das operações de 1941–1942, a ofensiva era favorecida.

Dessa forma, a disputa ficou entre os planos c e e. A proposta c consistia em uma abordagem de compromisso, pois visava a cercar a Austrália e suas linhas de suprimento, permitindo um futuro desembarque, além de garantir as reservas estratégicas de níquel da Nova Caledônia.⁸⁸ O plano e, o plano adotado e que se tornaria a operação Midway, foi concebido pelo Estado-Maior do Almirante Yamamoto. Esse plano preconizava uma operação no Pacífico Central que precipitaria uma batalha decisiva contra a frota estadunidense. A justificativa para esse plano baseava-se em quatro pontos: (1) era necessária uma batalha decisiva, pois os EUA possuíam maior economia e era necessário trazê-los para a mesa de negociações; (2) se a Alemanha conquistasse o Reino Unido, a esquadra britânica poderia se juntar à estadunidense, aumentando a pressão contra o Japão; (3) a possível tomada do Havaí e o fim da esquadra do Pacífico seria um golpe extremamente prejudicial aos EUA; (4) as chances de uma ação naval decisiva próxima ao Havaí parecia possuir altas chances de sucesso, visto que a MIJ possuía superioridade de três para um em porta-aviões e uma superioridade esmagadora em couraçados (BARKER, 1976, p. 21–22). A Operação Midway consistiria em um ataque conjunto às Aleutas e a Midway como forma de atrair os porta-aviões dos EUA para uma batalha decisiva e preparar a tomada do Havaí.

Devido ao respaldo que Yamamoto recebeu após o sucesso de Pearl Harbor e o Ataque de Doolittle⁸⁹, o qual demonstrou que as ilhas metropolitanas podiam ser atingidas, o Quartel General Imperial optou pela operação Midway. Isso porque ela parecia conjugar tanto a escola da batalha decisiva, quanto o sucesso da aviação naval.

Entretanto, a batalha de Midway foi uma derrota retumbante para a Marinha japonesa. Para o Japão a principal consequência da derrota em Midway foi a perda de duas

⁸⁸ O níquel era um metal essencial para a guerra anfíbia, tal como a do Pacífico, pois ligas de níquel são capazes de suportar os efeitos corrosivos da água do mar e da maresia. Praticamente todas as belonaves da época possuíam componentes feitos com o metal, bem como tanques e artilharia antiaérea. A Nova Caledônia era uma das principais reservas do metal no mundo no início do século XX com cerca de 20% do total (ROTTMAN, 2002, p. 69). Metade do níquel extraído da ilha era exportado para o Japão antes do início da guerra (BIRD; DUBOIS; ILTIS, 1984, online). Quanto esta iniciou, a população local rejeitou o governo da França de Vichy e deportou seus líderes — os quais queriam manter o comércio de metais com o Japão — para a Indochina Francesa ainda em 1940 (ROTTMAN, 2002, p. 70).

⁸⁹ O Ataque de Doolittle foi um bombardeio aéreo contra Tóquio realizado pelos Estados Unidos em retaliação a Pearl Harbor, planejado pelo Tenente Coronel James Doolittle. Esse foi o primeiro ataque aéreo sofrido pelo Japão em suas ilhas centrais.

divisões inteiras de porta-aviões (PARSHALL; TULLY, 2006). Segundo Jonathan Parshall e Anthony Tully (2006), o próprio conceito de potência no Pacífico era definido pelo número de porta-aviões que o país detinha. As divisões de porta-aviões japonesas, segundo sua doutrina, eram um mecanismo integrado de sistemas. Porém, não eram apenas um dado número de sistemas (aeronaves, homens, torpedos, bombas, embarcações), mas uma divisão complexa desses, com anos de treinamento conjunto. O sistema militar japonês não podia replicar facilmente um arranjo desse tipo. Apesar de, pelo menos até o ano de 1944, aviões serem produzidos em número suficiente para substituir os abatidos e de haver homens suficientes para desempenhar todas as funções, não havia como repor eficientemente uma divisão inteira.

Ainda assim, os componentes perdidos de maior valor em Midway foram certamente os próprios porta-aviões. A economia japonesa não podia suportar repor a perda de quatro em apenas um dia. Em meados de 1943, Washington produzia em média um porta-aviões por mês, enquanto Tóquio mal conseguiu colocar mais quatro em serviço até o último ano da guerra. Os japoneses e estadunidenses começaram a guerra com virtualmente o mesmo número de porta-aviões: o Japão possuía seis, os EUA cinco; porém os porta-aviões destes eram maiores, carregando um grupo de combate mais poderoso. Em Midway, os estadunidenses já contavam com dois a menos, enquanto que o Japão tinha nominalmente o mesmo número. Depois de Midway, aos EUA ainda restavam três, enquanto o Japão ficara com dois. Desse modo, pode-se entender que a batalha de Midway foi importante para a marinha estadunidense, pois restaurou a paridade nominal em porta-aviões.

Não apenas em relação aos EUA o Japão ficou enfraquecido, mas também no que toca à sua própria formulação estratégica. Como visto, o principal veículo da *kido butai* era a Frota Combinada, que se utilizava de vários porta-aviões ao mesmo tempo para executar suas missões (quatro em Midway). Portanto, mesmo a doutrina japonesa foi parcialmente afetada pelas perdas: a Frota Combinada não poderia ser empregada de modo satisfatório com apenas dois porta-aviões de monta. Esse foi o grande impacto da derrota japonesa. As operações ofensivas continuariam, mas agora seria mais difícil alcançar a vitória.

A campanha que seria decisiva para provocar a derrota final japonesa seria Guadalcanal. Ali sim o Japão sofreria uma derrota expressiva, não apenas naval, mas também terrestre. A partir desse momento sentiu-se o impacto da perda dos porta-aviões, pois nesse teatro as operações aeronavais duraram aproximadamente seis meses. Portanto, a falta de apoio aéreo proporcionado pelos porta-aviões foi decisiva, visto que as forças japonesas contavam com apenas um aeródromo na região, enquanto que os estadunidenses tinham seus

porta-aviões operando como bases móveis. Assim, argumenta-se que Guadalcanal foi o embate decisivo no Pacífico, pois, enquanto que Midway barrou a expansão japonesa rumo ao leste, Guadalcanal marcou o início da retirada japonesa dos territórios ocupados. A posse do atol de Midway poderia ter um valor estratégico duvidoso para o Japão, mas a derrota em Guadalcanal impediu a interrupção das linhas de comunicação entre a Austrália e os EUA. A vitória nas Ilhas Salomão — das quais Guadalcanal faz parte — possibilitou um trampolim para que os EUA lançassem ataques visando a retomar aquela região do Pacífico Sudoeste. A campanha também teve um efeito psicológico, sendo a primeira vez que as forças de ocupação japonesas foram derrotadas, bem como o primeiro desembarque estadunidense em toda a guerra. Depois de Guadalcanal, a guerra que se movia para o sul, em direção a Fiji, Nova Caledônia e Austrália, passou a dirigir-se para o norte, em direção ao território metropolitano do Japão (LECKIE, 1970).

Além disso, tanto o ataque a Pearl Harbor, quanto a Midway foram contraproducentes. O primeiro por ter gerado desdobramento políticos extremamente adversos a título de atingir alvos de valor estratégico duvidoso.⁹⁰ O ataque surpresa a território estadunidense, eternizado pelo Presidente Roosevelt como o “Dia da Infâmia”, surgiu como o pretexto necessário para a mobilização total da economia estadunidense para a guerra. Uma guerra que até então não possuía apoio da opinião pública. Tendo o Japão atacado apenas a possessão colonial das Filipinas, teriam os EUA o mesmo ímpeto pela busca de uma rendição incondicional japonesa ou mesmo por justificar a sua mobilização total para a guerra? Vendo por este mesmo ângulo, a própria ocupação das Filipinas era necessária. Sim, o arquipélago possuía grande valor estratégico para o controle das rotas marítimas da região, mas, se não fossem agredidos, os EUA teriam condições naquele momento de justificar uma guerra contra o Império do Japão? Essa opção privilegiou uma ideia de decisão da guerra através de uma batalha decisiva, tendo em mente apenas requisitos militares exclusivos da Marinha, desassociados completamente da realidade política do Sistema Internacional. Mesmo argumentando-se que os planos de guerra japoneses já consideravam uma guerra contra os EUA desde a década e 1920, eles eram apenas isto, planos de guerra, contingentes à política formulada pelo governo eleito. No instante em que tanto a política externa quanto a condução da guerra passou-se a se dar exclusivamente dentro dos meios militares, perdeu-se a perspectiva estratégica da guerra naquele instante, que tinha como objetivos principais a

⁹⁰ Conforme Barker (1973, p. 158), no ataque a Pearl Harbor, apenas 18 navios dos EUA foram afundados ou seriamente avariados de um total de 96. Desses 18, oito de um total de nove couraçados, sendo que seis foram recuperados posteriormente. Três cruzadores também foram recuperados e quatro destróieres foram atingidos, mas dois foram recuperados. Não se atingiu nenhum porta-aviões.

vitória da guerra na China o mais rápido possível. A economia e a sociedade japonesa já estavam desgastadas por uma guerra total desde 1937 e era improvável que uma nova guerra contra a maior potência do Sistema Internacional melhorasse a posição do país.

Já com relação a Midway, o seu valor é ainda mais discutível, pois, como abordado, a opção por esse plano de ação não correspondia com nenhum dos objetivos estratégicos principais da guerra. Em realidade, Midway dizia mais respeito à disputa entre Exército e Marinha⁹¹ e até mesmo à disputa interna da Marinha. O resultado de Midway serviu apenas para desgastar ainda mais rapidamente o esforço de guerra japonês. A já desgastada indústria japonesa não conseguiria repor as perdas, sem falar na dificuldade de repor os próprios recursos humanos, visto que os pilotos e tripulantes japoneses eram recrutados de forma elitista e passavam por intensos programas de treinamento (EVANS; PEATTIE, 1997, p. 325–326). Ainda mais ingênuo é acreditar que mesmo uma vitória em Midway teria favorecido os objetivos japoneses na guerra. Os EUA provavelmente após a derrota teriam mais motivos para construir 26 porta-aviões em 36 meses (ADAMS, 2008, p. 24).⁹²

Em suma, no que tange a Marinha, as opções japonesas são resultantes de uma visão mahaniana da guerra.⁹³ A concepção de que a guerra seria definida por uma batalha decisiva entre as frotas adversárias, visando a sua coluna vertebral, à época de Mahan o couraçado, e que, a frota deve buscar por essa batalha decisiva, mantendo-se na ofensiva (ADAMS, 2008, p. 4, 6). Para atingirem-se esses objetivos, durante a guerra, a prioridade máxima de todo o planejamento e esforço nacional deveria ser dirigido à manutenção da frota e a execução de suas operações. Segundo Mahan, a execução de sua concepção da guerra naval estava acima da política civil, pois políticos, devido à necessidade de manter compromissos, provavelmente não teriam condições de fazer o sacrifício necessário para investir todos os seus esforços nas prioridades da frota (ADAMS, 2008, p. 5).

Essa concepção da guerra a distancia de sua finalidade política. Isso manifestou-se posteriormente na própria análise dos eventos da guerra ao longo das décadas. Para grande parte dos estudiosos da guerra naval, especificamente da Guerra do Pacífico, como David Evans (1997), Mark Peattie (2001), Jonathan Parshall (2005) e John Adams (2008) o objetivo

⁹¹ Como afirmam Fuchida e Okumiya (1967, p. 29–30), a rivalidade Exército-Marinha, no Japão, tinha como um dos aspectos centrais a dicotomia entre preparar-se para uma guerra terrestre contra a União Soviética ou preparar-se para uma guerra naval contra os Estados Unidos.

⁹² Enquanto isso, o Japão produziu apenas três porta-aviões (ADAMS, 2008, p. 23).

⁹³ Alfred Thayer Mahan (1840–1914) foi um oficial da marinha dos Estados Unidos apoiador da criação da Naval War College, onde lecionou, e um dos principais teóricos da guerra naval, geoestratégia e poder naval.

principal do Japão era a derrota dos EUA. Esse viés obscurece a análise da tomada de decisão japonesa, os objetivos japoneses na guerra e os motivos de sua derrota.

Em suma, podemos considerar que a contribuição do Almirante Yamamoto Isoroku para a guerra foi a mesma do General Tojo Hideki. Ambos conduziram o seu país por uma guerra equivocada, em última instância desnecessária, devido a sua recusa de reconhecer os objetivos da Grande Estratégia de seu próprio país. Enquanto Tojo, que possuía conhecimento da China, tendo prestado boa parte de seu serviço na Manchúria, considerou que seria possível derrotar este país em poucos meses e que só poderia dar fim as hostilidade após uma vitória total, Yamamoto, que igualmente possuía um amplo conhecimento dos EUA, acreditava que o único modo de vencer a guerra seria derrotando a maior potência econômica e militar do Sistema Internacional. Ambos conduziram o seu país e suas respectivas forças como que em uma aposta, sendo que quem pagou o último preço por sua derrota e seus erros e ambições foram os povos de toda a Ásia.

4.3 Aliança China, EUA e Reino Unido e o fim da guerra

Até o Pacto Tripartite e o Pacto de Não Agressão, Alemanha, Itália e URSS eram os principais aliados da China. Após, a China estava completamente cercada diplomaticamente (os EUA prestavam apenas apoio financeiro até este período) e a única linha de suprimentos era a estrada da Birmânia. O cenário mudou com a tomada da Indochina francesa, colocando em perigo o império colonial britânico e posteriormente o início da guerra em 7/8 de dezembro de 1941, tornando EUA, Reino Unido e China aliados na mesma guerra.

O governo de Jiang mostrava-se passivo e pouco mobilizado para a defesa do país desde a incursão japonesa de 1931 (FRIEDRICH, 2011, p. 129). O generalíssimo parecia mais preocupado em derrotar os comunistas do que os japoneses, refutando as propostas do PCCh para formar uma aliança frente à ameaça externa (POMAR, 2003, p. 56–57). Como visto no primeiro capítulo, somente após o seu sequestro por Zhang Xueliang em 1936, que ele se comprometeria com uma nova frente unida com o Partido Comunista, oficializada no início de 1937. Entretanto, após as tentativas falhas do exército japonês de tomar Changsha, Tojo opta por expandir a guerra e favorecer as operações que buscavam um bloqueio externo à China e a garantia dos recursos para a manutenção da guerra. O resultado desses eventos foi uma relativa estabilização dos fronts central e sul da China e um novo leque de alianças para o governo do Guomindang. Dessa forma, Jiang Jieshi pode novamente voltar os seus esforços

para a contenção dos comunistas no front norte da China. Como também abordado no primeiro capítulo, essa prioridade dada a conter o PCCh se devia à composição da base de aliados de Jiang, os Comandantes de seu Exército Nacionalista, antigos senhores da guerra que viam a ameaça maior à sua posição na reforma agrária comunista do que em uma possível ocupação japonesa. Como afirmam Roberts (2012, p. 35) e Paine (2012, p. 13), Jiang Jieshi priorizou o combate aos comunistas, pois considerava que os japoneses eram uma “doença de pele”, ao passo que os comunistas eram uma “doença do coração”.

O resultado dessa política foi, a partir do bloqueio japonês de 1942, a corrupção generalizada, a inflação galopante, a fome e o moral baixo das tropas, que agora combatiam seus compatriotas ao invés do invasor. Entretanto, Jiang Jieshi acreditava que poderia sustentar esta política devido ao novo apoio logístico e financeiro das potências Aliadas materializados na Ponte Aérea do Himalaia e no *lend-lease* estadunidense. Entretanto, essa postura iria de encontro aos planos de guerra e as pretensões geopolíticas de Washington.

Para coordenar o esforço de guerra na China e no sudeste asiático, os aliados constituíram o Teatro CBI (China, Birmânia e Índia), que, por sua vez, era subdividido em dois comandos: o Chinês, tendo como supremo comandante aliado Jiang Jieshi, e o do Sudeste Asiático, que posteriormente seria comandado pelo Lorde Louis Mountbatten. Os EUA possuíam como comandante naquele cenário o general Joseph “Vinegar Joe” Stilwell. Stilwell, adido militar estadunidense na China desde 1935, foi nomeado chefe do Estado-Maior de Jiang Jieshi e comandante do Exército chinês na Birmânia, além de comandar as operações da Ponte Aérea do Himalaia e gerir os recursos do *lend-lease*.

A política para a China de Roosevelt era composta por quatro princípios gerais: (1) os chineses deveriam chegar a um acordo com a URSS para evitar sua interferência no pós-guerra; (2) a China deveria recuperar todos os seus territórios ocupados, incluindo Hong Kong; (3) o regime do Guomindang deveria ser apoiado como o único capaz de unificar a China⁹⁴ e (4) a política externa americana para o extremo oriente deveria ser baseada em uma relação de trabalho próxima com a China (TUCHMAN, 1972, p. 451). O objetivo dos EUA na Ásia era tornar a China em seu principal aliado no extremo oriente e uma dos “quatro grandes” do pós-guerra, assim juntando-se a EUA, URSS e Reino Unido como um dos “policiais do mundo” e defendendo a nova ordem mundial a ser estabelecida a partir da Organização das Nações

⁹⁴ A esta altura os EUA já possuíam consciência da situação real do governo do Guomindang. Segundo Tuchman (1972, p. 452) era consenso entre os correspondentes e funcionários do governo estadunidense em missão na China que o regime de Jiang era incompetente, corrupto, opressivo, não representativo, fragilizado e de improvável duração. Porém, as fraquezas chinesas foram deixadas de lado por Roosevelt para justificar o tratamento de grande potência dispensado à China, essencial para o cumprimento de seus objetivos no pós-guerra.

Unidas (ONU). Para cumprir este objetivo a China deveria manter-se na guerra e de forma alinhada aos EUA (TUCHMAN, 1972, p. 451).

Entretanto, não havia consenso em como dar consecução a essa política, tanto no campo de batalha, como fora dele. Na conferência de Casablanca em janeiro de 1943 propôs-se a Operação ANAKIM, que consistia na reconquista da Birmânia e a reconstrução de uma linha de suprimentos para a China por terra, com o objetivo de estabelecer em território chinês as bases aéreas para as futuras missões de bombardeio contra as linhas de comunicação e as ilhas metropolitanas japonesas (TUCHMAN, 1972, p. 455). O general Stilwell propunha para ANAKIM uma ofensiva chinesa por terra, com 45 mil chineses treinados na Índia a partir de Ramgarh e outras 27 divisões em Yunnan, na China (KOENIG, 1977, p. 85). Em um movimento de pinças essas duas forças reconquistariam o norte da Birmânia, reestabelecendo uma linha de comunicação terrestre para a China. Enquanto isso, Claire Chennault⁹⁵ favorecia a ênfase no poder aéreo. Ele acreditava, após as missões bem sucedidas com os seus “Tigres Voadores”, que apenas com operações aéreas era capaz de interromper as linhas de comunicação inimigas.

A segunda opção foi a favorecida por Jiang Jieshi, pois, enquanto a proposta de Stilwell era mais custosa, envolvia a reestruturação das Forças Armadas Chinesas e uma maior utilização dos recursos de *lend-lease* para operações contra os japoneses, prejudicando os seus esforços para conter as tropas comunistas no norte da China. Já a proposta de Chennault envolvia menores custos, o envolvimento mínimo de forças chinesas e permitia que os recursos do *lend-lease* continuassem sendo revertidos para a sustentação de seu regime e a manutenção de suas tropas no norte da China.

O Reino Unido também se opunha à execução de grandes operações militares na Birmânia. De fato, Londres não comungava dos mesmos objetivos estadunidenses no Teatro CBI. Em primeiro lugar, os britânicos disputavam com a China recursos do *lend-lease* e a prioridade na estratégia estadunidense, em segundo lugar eles buscavam manter ao menos parte de sua influência na Ásia no pós-guerra. Churchill estava especialmente receoso com operações na Birmânia, pois as operações britânicas nesse teatro deveriam ser levadas a cabo por forças indianas, que a essa altura já se encontravam divididas entre o apoio ao esforço de guerra britânico e o apoio ao movimento nacionalista. Consequentemente, para a manutenção

⁹⁵ Claire Lee Chennault era um aviador militar dos Estados Unidos, conhecido por comandar os “Tigres Voadores”, estes eram um grupo de pilotos estadunidenses voluntários oficialmente sob comando da Força Aérea Chinesa de 1941 a 1942. O grupo continha três esquadrões de caças com aproximadamente 30 aeronaves cada e treinou na Birmânia antes da entrada dos EUA na guerra (SHERMAN, 2000). Durante a guerra houve um grande embate de visões entre Chennault e Stilwell.

de seu Império na Índia, Churchill estava disposto a assistir o colapso da China (TUCHMAN, 1972, p. 488; KOENIG, 1977, p. 85). Ainda, segundo Tuchman (1972):

“O Reino Unido sabia [...] que em qualquer nível em que se juntasse aos EUA em ações designadas para ajudar a China, eles estaria agindo contra seus próprios interesses, enquanto os EUA sabiam que em qualquer nível em que se juntassem aos britânicos para ajudá-los a restaurar seu domínio colonial e a supremacia branca, estariam agindo contra a política americana, sentimentos e futuras relações com os países da Ásia” *Tradução do autor* (TUCHMAN, 1972, p. 490)⁹⁶

Dessa forma, Roosevelt acaba optando pela alternativa de Chennault, mesmo com a oposição dos chefes do Estado-Maior do Exército e da Marinha, o general Marshall e o Almirante King, que apoiavam os planos de Stilwell⁹⁷ (KOENIG, 1977, p. 85–87). Entretanto, apesar da oposição britânica, Roosevelt toma essa decisão devido à sua política da China como grande potência, pois essa era a posição do chefe do executivo chinês, Jiang Jieshi (TUCHMAN, 1972, p. 460; KOENIG, 1977, p. 91–92).

Em novembro de 1943 ocorreu a Conferência do Cairo a primeira e única com a participação do Generalíssimo Jiang Jieshi.⁹⁸ Os objetivos dessa conferência eram: (a) reconhecer o status de grande potência da China e sua participação na nova arquitetura do Sistema Internacional de Roosevelt como um dos “quatro grandes”; e (b) definir o futuro das operações nos teatros do extremo oriente. Roosevelt estava preocupado com o desenrolar da guerra na China, os relatos da fragilidade de seu governo e sua relutância em engajar contra os japoneses fez com que os estadunidenses passassem a reconsiderar o papel da Rússia no extremo oriente. Agora, dependendo dos resultados da conferência, Washington já cogitava a utilização de bases na Sibéria e a participação dos russos em terra na Manchúria (TUCHMAN, 1972, p. 513).

Stilwell ainda esperava pela aprovação de uma ofensiva no norte da Birmânia enquanto os britânicos propuseram a operação BUCANEER. A operação consistia na tomada das ilhas Andaman e no desembarque de tropas no sul da Birmânia, o objetivo era apenas

⁹⁶ No original: Britain knew [...] that to whatever degree she joined the United States in actions designed to help China she would be acting contrary to her own interests while the United States should know that to whatever degree she joined Britain in helping to restore colonial rule and white supremacy would be acting contrary to American policy, sentiment and future relations with the countries of Asia (TUCHMAN, 1972, p. 490).

⁹⁷ Ainda em 1943, na Conferência de Quebec, busca-se uma solução de compromisso, é reorganizado o comando do sudeste asiático, agora encabeçado pelo Lorde Mountbatten, dando maior espaço para a participação britânica na tomada de decisões do teatro. E, concomitantemente, é aprovada a operação GALAHAD, 3000 comandos liderados por Frank Merrill, que viriam a ser conhecidos como os Marauders de Merrill, que seriam responsáveis por atacar as linhas de comunicação japonesas por terra (TUCHMAN, 1972, p. 491)

⁹⁸ Stálin não participou da conferência, pois ainda não era um dos beligerantes da guerra contra o Japão. Dessa forma, no mesmo mês, teve lugar a conferência de Teerã com Roosevelt, Churchill e Stálin, que tinha como um dos objetivos coordenar com a URSS as decisões tomadas no Cairo.

desgastar as forças japonesas e evitar um comprometimento britânico no norte da Birmânia. A posição de Jiang, exigindo mais recursos de *lend-lease* e suprimentos via Himalaia e seu favorecimento a BUCANEER, fizeram com que os estadunidenses na conferência de Teerã com Stálin, no mesmo mês, acordassem a ofensiva russa na Manchúria assim que a Alemanha fosse derrotada. Do mesmo modo, os britânicos retirariam qualquer apoio a novas operações no sudeste asiático, incluindo BUCANEER, ou na China, pois, com a entrada da Rússia no extremo oriente, essas operações seriam um desperdício (TUCHMAN, 1972, p. 521). Assim, Roosevelt acabaria flexibilizado os seus quatro princípios de sua política para a China e esta perderia a sua prioridade estratégica no grande cenário da Segunda Guerra Mundial (KOENIG, 1977, p. 104–105). Segundo Tuchman (1972, p. 523): “In those two weeks [Cairo-Tehran] China moved into the shadow. At the beginning Roosevelt was determined to make the occasion a Chinese success; at the end he sacrificed Jiang Jieshi to Stalin. He found a new partner at the dance.”

Neste momento, nas figuras de Stilwell e Marshall, o exército estadunidense passa a insistir na reforma e na recomposição das Forças Armadas chinesas, no fim da contenção aos comunistas e no comando de todas as forças chinesas — nacionalistas e comunistas — ao próprio Gen. Stilwell com o intuito de salvar o teatro CBI da obscuridade e cumprir os objetivos da grande estratégia dos EUA para a região. A fim de recolher inteligência sobre a possibilidade de utilização das forças comunistas e sobre uma possível reconciliação com o governo central, organizou-se a Missão Dixie. Composta por militares e jornalistas estadunidenses, a Missão Dixie foi despachada para Yennan, base do governo do PCCh, no início de 1944 e seria responsável pelo contato entre estadunidenses e o PCCh até 1947 (CARTER, 1997).

Stilwell (1991) registrou em seus diários:

Eu tenho nos soldados chineses e no povo chinês: fundamentalmente grandiosos, democráticos e mal governados. Sem barreiras de castas ou religião. ... Honestos, frugais, industriais, otimistas, independentes, tolerantes, amigáveis e corteses. Eu julgo o Kuomintang e o Kungchantang (Partido Comunista) pelo que vejo:
[KMT] Corrupção, negligência, caos, economia, impostos, palavras e dívidas. Entesouramento, mercado negro, comércio com o inimigo.
Programa comunista... redução de impostos, aluguéis, juros. Aumento da produção e padrão de vida. Participação no governo. Praticam o que pregam (STILWELL, 1991, p. 316, tradução nossa).

Essa visão possuía uma contrapartida do lado comunista. Mao Zedong, Zhou Enlai e Peng Dehuai defendiam uma aliança com os estadunidenses para derrotar os japoneses. Como afirma Friedrich (2011):

Por que os norte-americanos haveriam de escolher como aliado uma ditadura militarmente incapaz, em vez de forças apoiadas pelo povo? “Precisamos trabalhar em conjunto”, disse Mao, “e receber ajuda norte-americana”. Com boas armas, seus homens seriam muito mais eficazes no combate aos japoneses. Peng Dehuai, chefe do Estado-Maior do Exército Vermelho, ofereceu aos norte-americanos, no caso de um desembarque anfíbio entre Xangai e a península de Shandong, um reforço em terra de um milhão de soldados, mais outro tanto de milicianos populares (FRIEDRICH, 2011, p. 129).

A insistência de Stilwell para assumir o comando das tropas chinesas nacionalistas e comunistas e sua defesa de uma ofensiva no norte da Birmânia, fez deteriorar ainda mais sua relação, que já era marcada por diferenças, com Jiang Jieshi. Entretanto a oportunidade para Stilwell surgiu com a ofensiva japonesa de abril de 1944, a operação ICHI-GO.

Entre 1943 e 1944, a guerra no teatro CBI era basicamente travada nos bastidores. Até então a disputa resumia-se em definir a importância relativa no esforço de guerra e sua posição no Sistema Internacional após a derrota do Eixo. À parte das campanhas aliadas com resultados discutíveis na Birmânia, das ofensivas aéreas realizadas pelos Tigres Voadores de Chennault e de escaramuças entre nacionalistas e comunistas e japoneses e chineses, não houve grandes operações militares neste teatro. Ainda, Jiang Jieshi concedia maior prioridade à contenção comunista e a manutenção de uma China unificada sob o Guomindang, para ele a importância da aliança com os Aliados residia em um cheque em branco na forma do *lend-lease*.

No entanto, a Operação ICHI-GO colocou a China e o Teatro CBI de volta ao panorama estratégico da guerra. A operação consistia em uma das maiores ofensivas do Japão no curso de toda a guerra, uma das últimas ofensivas e a última vitória das forças do Eixo na Segunda Guerra Mundial. O seu objetivo era criar uma linha de comunicações por terra entre os territórios ocupados no norte e no sul da China, o que na prática consistia no mesmo objetivo desde as derrotas em Changsha, além de destruir as bases aéreas na região (WILSON, 1983, p. 234). Após as sucessivas derrotas da Marinha Japonesa no Pacífico essa operação tornava-se vital para a manutenção das comunicações entre os diversos territórios ocupados na China e Tóquio. A Operação ICHI-GO mobilizou 510 mil soldados japoneses e 700 mil chineses e resultou em pelo menos 300 mil baixas chinesas entre civis e militares (algumas estimativas chegam a 600 mil) e 120 mil baixas japonesas (PAINE, 2012, p. 201–202; VAN SLYKE, 2002, p. 706; EASTMAN et al, 1991, p. 274; HSI-SHENG, 1992, p. 165).

Como resultado da vitória japonesa, Jiang perdeu boa parte de seu exército e o descontentamento popular com o seu governo aumentou ainda mais. Além disso, os

estadunidenses perderam suas bases aéreas na região e a possibilidade de atacar as ilhas metropolitanas japonesas a partir da China e a possibilidade de realizar um desembarque no sul da China. Desse modo, a ofensiva no norte da Birmânia finalmente saiu do papel. Entre novembro de 1944 e julho de 1945 os Aliados reocuparam a Birmânia e reabriram a estrada de Ledo, rompendo o bloqueio à China.

Outra implicação do resultado da Operação ICHI-GO foi o ultimato feito por Roosevelt, sob orientação de Marshall e do Estado-Maior Conjunto estadunidense, à Jiang Jieshi. Ele exigira que o comando das forças chinesas nacionalistas e comunistas fossem assumidas imediatamente pelo general Stilwell. Jiang se recusou a ceder e exigiu a substituição de Stilwell. Roosevelt para manter sua política para a China cede e dispensa Stilwell de seu comando e o teatro CBI é desmanchado. Também pesou para essa decisão a conquista das Marianas em meados de 1944, agora os EUA eram capazes de bombardear o Japão a partir do Pacífico.

Em 1944 era impossível evitar a questão de uma guerra civil na China; uma linha de bloqueio entre o norte comunista e o sul nacionalista consumia as forças de 200 mil tropas nacionalistas e 50 mil comunistas, um tremendo desperdício de energia (STILWELL, 1991, p. 325). Estes últimos declararam estarem dispostos a esquecer as diferenças e colocar suas tropas à disposição do comando pessoal de Stilwell se Chiang estivesse disposto a fazer o mesmo com suas tropas. Para Stilwell, derrotar os japoneses no continente e preparar um eventual desembarque dos EUA no norte da China requeria ajuda comunista. Dessa forma, a unidade de todas as forças chinesas era essencial. Tal unidade, selada por uma guerra comum contra um inimigo comum, traria paz à China, tornando-a uma poderosa nação unificada, capaz de enfrentar e repelir todos os inimigos estrangeiros com suas próprias forças (STILWELL, 1991, p. 324–325).

Desde sua entrada na guerra ao lado dos EUA, Chiang chantageava Roosevelt com uma paz em separado com os japoneses, o que sabotaria todos os seus planos para a China no pós-guerra (MCLYNN, 2010, p. 117). A arquitetura de poder de Roosevelt incluía a China como principal aliado no extremo oriente e um dos membros permanentes da ONU. Porém, economicamente arrasado e militarmente fraco, o governo nacionalista não tinha condições de sobreviver por muito mais tempo. Porém segundo Tuchman (1972) as possibilidades de ação dos EUA também eram limitadas:

“A questão que surge é havia uma alternativa – ou no alto escalão do governo a busca de uma alternativa – para apoiar o Guomindang? O consenso foi por muito tempo de que apenas Jiang Jieshi poderia manter a China unida e que a formulação da política estava condicionada por isto e pelo medo

persistente da China retornar ao caos e a fragmentação dos anos dos Senhores da Guerra. [...] Qualquer outro caminho é estranho e arriscado e no caso da China levaria aos Comunistas, o único grupo dinâmico e organizado o suficiente para representar um desafio realista. Não era factível para os EUA transferir seu apoio à Yennan. A alternativa disponível era buscar, o que a política americana já promovia, unir os dois partidos”. *Tradução do autor* (TUCHMAN, 1972, p. 641)⁹⁹

Caso houvesse se decidido pela parceria com Mao Zedong, o exército comunista — incorporado ao 4º e ao 8º Corpo de Exército Nacional — e fosse dado a Stilwell o comando dessas forças, agora melhores equipadas e treinadas, uma resistência formidável contra o exército japonês seria criada. Assim, talvez os Estados Unidos não tivessem perdido as bases aéreas estabelecidas em território chinês durante a ofensiva de Ichi-go, de onde a 14ª Força Aérea norte-americana poderia apoiar ataques a territórios japoneses próximos ao litoral chinês (SMITH, 2004, p. 465).

Dessa forma, a partir de 1944, os planos de guerra estadunidenses para o Extremo Oriente resumiram-se a quatro principais opções. A primeira era de se ater ao plano inicial, que incluía o controle completo do chamado triângulo estratégico, a saber, litoral da China, Filipinas e Formosa. Essa posição tinha como principal proponente o almirante Chester Nimitz. A segunda posição era defendida pelo almirante Ernest King e consistia em desbordar as Filipinas e desembarcar em Formosa. A terceira consistia em evitar Formosa e desembarcar em Luzon, e era defendida principalmente pelo general Douglas MacArthur e o almirante William Leahy. A quarta e última posição consistia em desbordar completamente o triângulo estratégico e atacar diretamente as ilhas metropolitanas do Japão, e tinha o general George Marshall como defensor principal.

Ainda em 1943 a Junta dos Chefes do Estado-Maior dos EUA havia elaborado o plano para a invasão das ilhas metropolitanas japonesas, que tinha como pré-requisito o bombardeio maciço destas. Foi decidido que a melhor forma de executar tal bombardeio seria partindo de aeródromos no litoral da China e para isso seria necessário substituir a precária rota de suprimentos do Himalaia, assumindo o controle do Mar do Sul da China. Para obter o controle do Mar do Sul da China seria necessária a conquista e a construção de grandes bases aéreas, navais e logísticas no chamado Triângulo Estratégico, que compreendia a região entre

⁹⁹ No original: The question arises, was there an alternative — or at the top level of Government a search for an alternative — to support for the Guomindang? The consensus of advice had been for so long that only Chiang Kai-shek could hold China together that policy-making was conditioned by it and by the persistent fear of China falling back into the turmoil and disunity of the warlord years. [...] Any other course is awkward and risky and in the case of China would lead to the Communists, the only group sufficiently dynamic and organized to represent a realistic challenge. It was not feasible for the United States to transfer support to Yen-an. The available alternative was the endeavor, which American policy was already promoting, to bring the two parties together (TUCHMAN, 1972, p. 641).

Luzon, Formosa e o litoral chinês. Por fim, decidiu-se que para conquistar esta região seria necessário antes conquistar o sul ou o centro das Filipinas (SMITH, 1977, p. 457).

A Junta dos Chefes do Estado-Maior concluiu que o objetivo singular mais importante neste plano seria a conquista de Formosa, que permitiria cortar a linha de suprimentos japonesa e garantiria a rota de suprimentos para a China. Devido a esta consideração, muitos planejadores passaram a defender o desbordamento das Filipinas e o ataque direto à Formosa. O principal adepto desta ideia ainda era o Almirante Ernest J. King (SMITH, 1977, p. 457) e o maior opositor era o General Douglas MacArthur. Este último defendia uma invasão prévia de Luzon, que, segundo ele, não só possuía maior valor estratégico, como também recuperaria a honra e o prestígio estadunidenses (SMITH, 1977, p. 462–463).

Devido à derrota chinesa na Operação Ichi-go, que impôs uma série de dificuldades logísticas à consecução do plano de 1943, e às movimentações políticas de MacArthur, optou-se pela conquista de Luzon e um posterior desembarque em Okinawa. Isso deu-se em contraposição à ideia de estabelecimento de bases aéreas, navais e logísticas no litoral chinês e em Formosa, possibilitado pela invasão desta (SMITH, 1977, p. 474).

A opção pelo desembarque em Formosa provavelmente teria um efeito sinérgico ao plano de Stilwell. Tal estratégia levaria a luta ao território chinês e provavelmente provocando o resultado intentado por Stilwell como citado anteriormente: selaria a unidade do povo chinês e, provavelmente, manteria os EUA como o principal aliado chinês. Como demonstrado por Kershaw, a maior parte das tropas japonesas estavam combatendo na China (KERSHAW, 2008, p. 140). Uma guerra de fricção contra estes contingentes com certeza desgastaria ainda mais o Japão. Se a guerra contra guerrilheiros comunistas já consumira homens e recursos em escala tão grande que o obrigara o governo japonês a lançar a ofensiva ao sudeste asiático, talvez o desgaste de combater tropas chinesas e estadunidenses em conjunto tivesse levado o Japão à derrota com menos baixas do lado estadunidense do que foi necessário para conquistar as ilhas japonesas.

Dessa forma, o combate em terra na China ficaria sob responsabilidade das tropas soviéticas. A invasão se daria pela Manchúria, região chinesa que faz fronteira com a URSS. Os interesses russos nessa área remontavam aos tempos czaristas e a ocupação japonesa dotara a região de uma eficiente infraestrutura e indústrias. Convencido da necessidade de tal ofensiva, os Estados Unidos direcionaram recursos, suprimentos e armamentos para a URSS através do *lend-lease* do fim de 1944 até junho de 1945 (FRIEDRICH, 2011, p. 130–132).

Após meses de repasse desses recursos, a inteligência estadunidense obteve acesso a informações de que o governo japonês estava propenso a se render. As ofensivas dos EUA no Pacífico, apesar de custosas em termos materiais e humanos, somadas à desgastante campanha japonesa em solo chinês, haviam reduzido o Império nipônico ao esgotamento econômico, social e militar. Dessa forma, a antes tão necessária ofensiva soviética mostrava-se despida de sentido estratégico. O que ocorreu a partir daí foi uma corrida para tomar posições, preparando o terreno para o cenário do pós-guerra. Nesse ponto, os EUA já possuíam a bomba atômica, e tornava-se imperativo lançá-la antes que os soviéticos invadissem a China. O que estava em jogo era o futuro da China, e não a capitulação japonesa (FRIEDRICH, 2011, p. 133–137).

No dia 6 de agosto de 1945 a primeira bomba atômica foi lançada sobre a cidade de Hiroxima. Antes que a segunda caísse sobre Nagasaki, no dia 9, a URSS deu início à invasão, denominada “Ofensiva Estratégica da Manchúria”. O imperador japonês decidiu render-se no dia 10 e no dia 15 foi anunciada a decisão. A invasão soviética lograra ocupar toda a Manchúria, além das ilhas Curilas e Sacalina.

Os termos do tratado assinado na Conferência de Ialta exigiam que a URSS se retirasse da região depois de derrotados os japoneses. É o que fizeram, com certo atraso, as tropas soviéticas. Ao se retirarem, entregaram para Mao e o Exército Vermelho a posse da Manchúria, que, por seus atributos estratégicos, era considerada a chave para a conquista do resto da China (FRIEDRICH, 2011, p. 148–154). Dessa forma, foi sedimentada a parceria entre o Exército Vermelho chinês e a URSS, os EUA estavam a caminho de perder definitivamente seu principal aliado no extremo oriente.

Na realidade, desde a capitulação japonesa, Stálin buscou contemplar os interesses soviéticos na região por meio de um jogo duplo com os nacionalistas e comunistas chineses. De acordo com o testemunho de Andrei Ledovski, então diplomata russo, a ideia de Stalin era transformar o norte da China, ocupado por suas tropas, em um país autônomo. Assim, garantiria sua zona de influência, já que acreditava que os norte-americanos teriam o centro e o sul como as suas. Enquanto a União Soviética garantia aos Estados Unidos a entrada somente de tropas nacionalistas no território da Manchúria, negociava a entrada de guerrilheiros comunistas disfarçados na mesma região, desde que não ocupassem os grandes centros. A ideia era de que secessão da Manchúria ocorreria no caso de um prosseguimento na guerra civil entre os partidos chineses (FRIEDRICH, 2011, p. 147–149).

Ao final da guerra, ainda havia tropas japonesas em grandes quantidades na China, que deveriam ser desarmados e levados de volta ao Japão. Os Estados Unidos, então,

desembarcaram cerca de 15 mil fuzileiros navais, ocupando Tianjin e Pequim, além dos portos de Shandong e Hebei. Além disso, os fuzileiros ocuparam-se do transporte das unidades de Chiang Kai-shek para o norte, onde estas ocuparam alguns portos e cidades. Enquanto isso, os soviéticos retiravam-se progressivamente, dizendo aos comunistas que ocupassem algumas cidades portuárias enquanto sinalizavam para que as tropas do Guomindang desembarcassem lá. Ao fazê-lo, foram recebidas a tiros. Percebendo o estratagema de Stálin, os estadunidenses decidiram intervir (FRIEDRICH, 2011, p. 152–155).

4.4 Implicações Hodiernas da Segunda Guerra Sino-Japonesa

Como abordado no primeiro capítulo, as capacidades produtivas foram sumamente relevantes, quer para produzir o colapso do Império Nipônico, quer para o regime do Goumindang no continente. Cabe pois, à luz dos dois capítulos subsequentes, retomar a questão e abordar brevemente algumas implicações da guerra para os dias de hoje: (a) por que o modo de fazer a guerra da Ásia torna contraproducente a *AirSea Battle* para os EUA (tema do capítulo II); e, (b) por que 2ª GSJ ainda é uma guerra inacabada nos dias de hoje (tema do capítulo III).

No caso do Japão, pesou para a sua derrota na guerra, para além dos equívocos operacionais e estratégicos, a falta de recursos naturais, especialmente as matérias-primas da segunda revolução industrial: petróleo, borracha ferro. Esses recursos naturais conduziram, respectivamente, à guerra local — a invasão da Manchúria (1931) —, à guerra regional — a invasão da China (1937) — e, por fim, à guerra central com os EUA (1941) e, em virtude dos compromissos da URSS com os EUA, também contra Moscou (1945). Estas condições, somadas ao bombardeio estratégico e o bloqueio naval ao Japão, tornaram o colapso inevitável — neste quadro ele teria se verificado com ou sem o uso das bombas atômicas. Ao fim da guerra, em termos de soberania, o Japão viu-se reduzido a pouco mais que um protetorado estadunidense, situação que perdurou ao menos até 1972.

Os reflexos dessa ocupação são sentidos até os dias de hoje, especialmente no que diz respeito a chamada Constituição Pacifista imposta pelo general MacArthur. Pois, mesmo nos dias de hoje, o Japão ressent-se da ausência de soberania plena, fato evidenciado pelo debate em torno dos Artigos 8 e 9 da constituição, que impedem o Japão de utilizar suas Forças Armadas no exterior, limitam os seus gastos militares e a exportação de armamentos. Essas limitações são incompatíveis com as responsabilidades de uma grande potência em

qualquer arquitetura de governança internacional e dificulta a ambição do Japão em ser um dos garantidores da segurança e estabilidade da região.

Outra questão herdada da guerra que interfere na ordem regional do leste asiático diz respeito às bases estadunidenses em Okinawa e a disputa pelas ilhas Diaoyu/Senkaku. Embora o Japão tenha assinado os tratados de paz e de defesa mútua com os EUA ainda em 1952 (Tratados de São Francisco), durante a guerra da Coreia, Okinawa só foi retornada ao Japão 20 anos depois (1972). Okinawa diz respeito à presença militar estadunidense na região. Apesar de o arquipélago ter sido retornado ao Japão, os EUA mantêm direitos de extraterritorialidade sobre suas bases na ilha, que fazem parte do núcleo do Comando do Pacífico (PACOM). Além disso o Japão considera que as ilhas Diaoyu/Senkaku fazem parte do arquipélago, enquanto a China considera que esse território retornou à sua soberania com o final da 2ª GSJ. Quase imediatamente, em 1973, o Japão reatou relações diplomáticas com a China e, em 1978, às vésperas da intervenção chinesa do Vietnã (1979) assinou também o tratado de paz com Pequim. Naturalmente, a questão das Diaoyu/Senkaku e o seu pertencimento a Okinawa foi um dos temas discutidos no processo de paz. Dessa forma, a paz entre a China e Japão deu-se na base de dois consensos. O primeiro, de que a China e o Japão compartilhariam a hegemonia regional, a cláusula anti-hegemônica (SILVA, 2012, p. 26). O segundo consistia no congelamento da disputa da soberania sobre as ilhas Diaoyu/Senkaku. Ambos os consensos permaneceriam indisputados até o fim da Guerra Fria, constituindo a base das relações sino-japonesas.

Ainda hoje Okinawa permanece como um marco das relações entre os três países. Em 2009, o então primeiro-ministro do Japão, Yukio Hatoyama — que acompanhado do então presidente chinês, Hu Jintao, foi coproponente da Comunidade do Leste Asiático, proposta de integração política, econômica e monetária entre China, Japão e Coreia (MAGNO, 2012) — entregou seu cargo em protesto pela recusa estadunidense em remover suas bases daquela ilha. Por uma infeliz coincidência o foco do debate foi subitamente modificado de Okinawa para as Diaoyu/Senkaku quando o “prefeito” (governador) de Tóquio, em 2012, dispôs-se a comprar as ilhas em litígio. Dessa forma, rompeu-se o consenso erigido na paz de 1978. A hegemonia a partir desse momento não seria mais buscada de forma compartilhada, e as ilhas Diaoyu/Senkaku retornariam ao topo da pauta das relações entre os dois países. Eventualmente poder-se-ia conjecturar se a demanda da retirada das bases estadunidenses de Okinawa não faria parte das condições, ainda que não publicizadas, da China para a Comunidade do Leste Asiático.

A questão das bases estadunidenses em Okinawa também diz respeito ao papel que os EUA pretendem desempenhar na região. Afinal, as bases aéreas da ilha — capazes de operar os Lockheed Martin/Boeing F-22 Raptor — são as eventuais fiadoras de uma virtual independência de Taiwan. Suas pistas constituem-se no pivô da *AirSea Battle*. Apenas os F-22 podem cumprir o requisito prévio da ASB, o de obter-se a superioridade aérea — o que inclui, além da destruição da aviação de caça inimiga, as tarefas relacionadas à supressão de defesas antiaéreas (SEAD), conforme abordado na introdução do trabalho. Por isso, o destino de Okinawa eventualmente pode oferecer um indicador prático do debate doutrinário estadunidense — aqui apresentado nos termos da oposição entre ASB e *Offshore Control* (OsC). Caso os estadunidenses permaneçam na ilha, tem-se o indicador de que a ASB venceu. Do contrário, caso Washington se afaste e limite a sua presença militar à Austrália — mais especificamente na base de Darwin, no norte do país —, pressupõe-se que prevaleceu o OsC.

O debate sobre Estratégia, Operações e Doutrina (EOD) na América importa às Relações Internacionais da região. No mínimo, serve para demonstrar que o que China e o PDJ (partido de Yukio Hatoyama) querem, também serve aos propósitos dos EUA. Afinal, ao PACOM, sair de Okinawa aumenta a distância entre suas bases e a aviação e os mísseis convencionais chineses. Contudo, os EUA mantêm-se — em caso de necessidade — em posição de bloquear as exportações da China, mas agora em uma posição inexpugnável, a Austrália. Naturalmente que sem os F-22 em Okinawa, a ASB — ou como quer que se denomine um plano de ataque surpresa contra a China — torna-se impraticável.

Mas, porque os EUA necessitariam de tal artifício? Mesmo admitindo-se a proposição oposta, isto é, que a ASB seja bem-sucedida, qual seria seu impacto no poder brando¹⁰⁰ estadunidense? E, não apenas com competidores, reais ou eventuais (Rússia, Irã), mas também entre amigos e aliados (Brasil, Índia, França)? Para os realistas ortodoxos resta o argumento de que talvez seja pouco crível — mesmo com seus veículos hipersônicos e pulsos eletromagnéticos (EMP) — o cumprimento da promessa da ASB contra cidades subterrâneas. Este trabalho espera, de algum modo, ter criado algum tipo de subsídio para o debate em torno da credibilidade das defesas da China. Afinal, em caso de guerra, o Brasil perderia seus dois principais parceiros econômicos (EUA e China).

No que diz respeito à China, logo após a perda do continente, Jiang Jieshi concentrou-se em seu regresso ao continente. Com a guerra da Coreia viu sua primeira oportunidade de retorno. Após uma audiência de MacArthur, o comandante estadunidense na

¹⁰⁰ Segundo Nye (2004, p. 5) poder brando (ou *soft power* no original) diz respeito a habilidade um país em moldar a as preferências e escolhas de outros sem recorrer ao uso da força (*hard power*).

Coreia, com Soong Mei-ling, em Taiwan, vazou à imprensa que o Guomindang teria oferecido aos EUA participar da conflagração com meio milhão de homens. Possivelmente Jiang contou com a colaboração do editor da Time, Henry Luce — filho de missionário nascido na China — instrumentalizando o “lobby chinês” (criado para auxiliar na resistência antijaponesa) para seu projeto de reconquista. Luce era um feroz adversário de Roosevelt e ferrenho anticomunista, jogou um importante papel na guinada da América à direita após a II GM, em grande parte devido à China. Jiang Jieshi e sua esposa Soong Mei-ling, foram capa da Time 11 vezes entre 1927 e 1955. Os desafetos de Luce, acreditavam que o vazamento teria sua participação e, a despeito dos desmentidos oficiais, as operações estadunidenses de reconhecimento aéreo além do rio Yalu falaram mais alto, resultando na intervenção da China continental na península.

Concomitantemente, o GMD envolveu-se na insurgência islâmica do Xinjiang — ocorrida entre 1950 e 1958 — em meio à qual se deu a primeira crise dos estreitos (1954–55). A debelada da revolta muçulmana coincidiu com a segunda crise dos estreitos (1958) que conduziu a China à decisão de criar um programa nuclear militar — que também seria o pivô da ruptura com a URSS em 1960. Antes, porém, em 1959, o GMD promoveu a rebelião no Xizang (Tibete), bem mais séria que a do contíguo Xinjiang. E, em 1960, teve início a guerra na fronteira birmanesa — desta vez um choque direto entre tropas do GMD e da China.

Nesse ínterim, a China não permaneceu inerte: deu assistência cerrada aos vietnamitas na guerra contra os franceses e, em 1962, derrotou a Índia. O envolvimento progressivo dos EUA no Vietnã (desde 1959) e a ruptura sino-soviética (1960) fizeram com que surgissem vozes na América que defendiam ser contraproducente não reconhecer a China, em benefício de Taiwan — o caso mais notório, foi o do então candidato Robert Kennedy que, em 1967, defendeu abertamente o reatamento (KENNEDY, 1967, p. 219–220).

Entretanto, a partir de 1978, havia se operado uma mudança no Guomindang. Esse movimento, que significou uma ruptura com o passado GMD, foi encabeçado pelo filho de Jiang Jieshi, Jiang Jinguo (Chiang Ching-kuo). Diferentemente do pai, que desdenhava a indústria, a educação e o bem-estar da população, Jinguo desde cedo envolveu-se em reformas. Em primeiro lugar propôs, ainda no continente, uma reforma agrária provincial. Posteriormente, apresentou um projeto para simplificação da língua — redução da escrita para 200 caracteres (antes eram mil) — para aumentar o número de alfabetizados. Seu ponto alto foi a prisão do filho de Kong Xiangxi (H. H. Kung), o maior banqueiro da China e ministro do governo nacionalista, por especular escondendo mercadorias e promovendo a hiperinflação. Ao que se sabe, Jinguo tinha a intenção de executá-lo como exemplo, mas Jiang Jieshi

atravessou o país de avião para impedi-lo. Jinguo argumentava que a hiperinflação e a corrupção derrubariam o governo, mas o filho de Kong Xiangxi permaneceu vivo e foi o próprio Jinguo que perdeu o seu posto.

Sua oportunidade de retornar ao governo só se deu na ilha. Em 1950 tornou-se chefe da polícia política, cargo no qual permaneceu até 1965. A partir de 1955, Jinguo passou a defender a promoção de um programa de construção de infraestrutura. De 1965 a 1969 foi ministro da defesa, cargo que utilizou para promover a industrialização do país a partir da fabricação local de material bélico — o primeiro caça completamente nacional leva seu nome. Em 1969 tornou-se vice primeiro-ministro e, na prática, passou a encarnar o governo de fato. Em 1978, após a morte de seu pai, assumiu a presidência, cargo em que permaneceu até sua morte em 1988. Jinguo tomou uma ilha devastada pela guerra e baseada na agricultura, pesca e extrativismo e deixou atrás de si um dos “tigres asiáticos”, uma das economias industriais mais pujantes de sua época.

Contudo, Jinguo permitiu a legalização do Partido Democrático Progressista (DPP — na sigla em inglês). Em parte porque estava de fato comprometido com uma abertura democrática, em parte porque não acreditava na viabilidade eleitoral de partido secessionista e pró-japonês. Sobreveio a terceira crise dos estreitos (1995–1996), a ascensão do DPP ao poder, e a Crise Asiática (1997). A ilha era quase uma extensão da economia japonesa — a situação só voltou a estabilizar-se em virtude do retorno do Guomindang ao poder com Ma Ying-jeou (2008). O Acordo Quadro de Cooperação Econômica (ECFA, do inglês *Economic Cooperation Framework Agreement*) firmado com o continente em 2010 recuperou a economia da ilha (FEDDERSEN, 2013, p. 30). A integração de fato, sob a fórmula um país e dois sistemas, havia se acelerado, sobretudo após o estremecimento das relações entre China e Japão, em virtude da crise Diaoyu/Senkaku (2012). Mas, após a chamada “primavera taiwanesa”, veiculada na imprensa como Revolução do Girassol (2014), as relações interestreito arrefeceram mais uma vez.

Taiwan é o exemplo mais eloquente de como nenhum dos beligerantes de 1937–45 alcançou seus objetivos estratégicos. Os EUA não obtiveram influência sobre a China ou acesso à Manchúria — atual região militar de Shenyang. O Japão e o Guomindang perderam suas guerras — 1945 e 1949 respectivamente — e a China ainda não logrou sua unificação. Tampouco a Rússia (então URSS) logrou seus objetivos, tendo perdido desde 1960 as vantagens que havia obtido com a vitória comunista de 1949.

4.5 Conclusões do capítulo

Este capítulo procurou analisar expansão da 2ª Guerra Sino-Japonesa com a entrada de novos beligerantes e a sua escalada para uma guerra central, tornando-se parte da II Guerra Mundial. Com a interrupção do avanço japonês em Changsha e a deterioração das relações com os EUA e outras potências ocidentais, o governo de Tóquio optou por tentar estabelecer um bloqueio contra a China, enquanto expandia o seu território para o sudeste asiático na tentativa de garantir os recursos para manter o esforço de guerra total contra a China. Entretanto, todas as decisões tomadas com relação a implementação do bloqueio à China e a garantia de novos recursos, especialmente a partir de 1941, deixaram de levar em consideração as finalidades políticas da guerra e passou a ter o seu planejamento baseado quase que exclusivamente em requisições militares.

A ausência da finalidade política da guerra no planejamento japonês ficou ainda mais indelével nas opções estratégicas adotadas. No teatro do Pacífico, as opções pelas batalhas de Pearl Harbor e Midway cobraram um grande preço ao esforço de guerra japonês. Essas opções desconsideraram completamente os objetivos e planejamento estratégico da guerra, que a esta altura eram o corte da linha de suprimentos chinesa e a conquista de recursos para o seu próprio esforço de guerra para encerrar a guerra na China o mais rápido possível. A desconsideração de fatores políticos também levou as decisões japonesas a desconsiderarem a possibilidade de angariar mais apoio no sudeste asiático e especialmente na Índia, através do apoio a descolonização. A operação Pearl Harbor em especial não levou em consideração o objetivo estratégico com relação aos EUA, que era chegar a um acordo e encerrar as hostilidades o mais rápido possível. O ataque surpresa ao território estadunidense inviabilizou essa possibilidade.

No nível operacional e tático, a opção por engajar em Pearl Harbor e Midway também cobrou um alto custo. Toda a formulação da doutrina da Marinha japonesa, bem como suas requisições de sistemas, era baseada em suas experiências na guerra da China. A adoção de uma nova doutrina por parte de Yamamoto, apesar de sucesso aparente em Pearl Harbor, não só desviou o Japão de seu objetivo estratégico na guerra, como também eliminou o seu maior trunfo para a sua linha de defesa no Pacífico Ocidental, a *kido butai*.

Enquanto isso, o Guomindang de Jiang Jieshi, apesar de figurar entre os vencedores na guerra e a China ter sido alçada ao status de grande potência pelos EUA, não conseguiu colher os frutos da vitória. A ênfase de Jiang no combate aos comunistas ao invés do enfrentamento do invasor japonês, em última instância, acabou por enfraquecer sua base de

apoio na China, inviabilizar a economia chinesa e perder o apoio popular. O resultado foi a retomada da guerra civil em 1946 e a retirada do Guomindang para Taiwan.

A derrota do Guomindang no continente representou o fracasso da política para a China de Roosevelt e, conseqüentemente, impediu os EUA de cumprir o seu principal objetivo estratégico na guerra: através da vitória estabelecer uma nova Ordem Mundial baseada nas quatro grandes potências (EUA, URSS, China e Reino Unido). O resultado foi o atraso em prosseguir com a política de descolonização da Ásia e a disputa entre URSS e EUA pela influência sobre o leste asiático.

A incapacidade dos beligerantes atingirem os seus objetivos durante a 2ª Guerra Sino-Japonesa/II Guerra Mundial na Ásia, transferiu sua indefinição para o cenário da Guerra Fria. A consolidação de uma revolução nacional na China seria definida pelo prosseguimento da guerra civil, a descolonização do continente se daria dentro sucessivas guerras civis e guerras *proxies* entre EUA e URSS.

A modernização chinesa só viria após a consolidação da Revolução de 1949, no continente, e em fins da década de 1970 em Taiwan. Entretanto, a unificação da China ainda está em aberto. Do mesmo modo, a primeira tentativa de reconstrução da ordem regional no leste asiático só se deu após o ingresso da República Popular da China no Sistema ONU na década de 1970. Nesse momento, não só Taiwan se integra economicamente ao sistema de subcontratação japonês, mas também são lançadas as bases para uma hegemonia compartilhada de China e Japão na região. Contudo, após o fim da Guerra Fria, questões que permaneceram indefinidas desde a guerra retornaram à agenda. Dentre estas questões incluem-se a não unificação chinesa, a presença militar estadunidense em Okinawa, disputas territoriais e as limitações da soberania japonesa. Desse modo, o frágil consenso erigido no final dos anos 1970 foi comprometido, lançando o Leste da Ásia em um novo momento de instabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, procurou-se investigar e analisar a 2ª Guerra Sino-Japonesa e buscar sua relação com a Política Externa e de Segurança (PES) de China, Japão e EUA hodierna. Dessa forma, pode-se afirmar que a hipótese principal do trabalho, de que esta relação existe, foi minimamente convalidada. A relação pode ser estabelecida por dois percursos: (a) o resultado da 2ª GSJ e (b) a conclusão da modernização associada à precária ocidentalização (democracia/poliarquia).

O primeiro processo, espera-se que satisfatoriamente demonstrado no curso do trabalho, diz respeito ao caráter inconcluso da guerra em si: a vitória do Japão em Changsha (1944) — parte da operação ICHI-GO — contribuiu para criar o pressuposto moral (derrota do Guomindang) e prático (intervenção da URSS) que, ao fim, impediu todos os beligerantes — diretos e, em um primeiro momento, indiretos — de lograrem os seus objetivos. O segundo excede o propósito deste trabalho e está relacionado ao que Samuel Huntington (2010, p. 117) qualifica como modernização e ocidentalização.

Caso se tome como indicador de modernização a população urbana exceder a rural, a China só logrou obter essa condição no século XXI. A população urbana da China só veio a ultrapassar a rural em 2012 (CHINA'S, 2012). Mas, uma vez transposto esse limiar, o ritmo da urbanização tem sido comparativamente acelerado. Em 2014, 54% dos chineses já viviam nas cidades, o que sugere uma média anual em torno de 2% (CIA, 2015). No caso do Japão, entre os anos de 1960 e 2010 a população urbana do Japão se manteve estável: foi de 63,3% à 66,8%, respectivamente (JAPAN, 2000; TRADING ECONOMICS, 2015b). Portanto, em todo o processo de modernização do país (industrialização/urbanização) a variação apresentada em meio século foi de apenas 3,5%. Entre 2010 e 2013, esse montante saltou de 66,8% para 92,3% com uma variação de 26% em apenas 3 anos (TRADING ECONOMICS, 2015b). Esse êxodo rural traduziu-se em um aumento exponencial da xenofobia e de moradores sem-teto. Em 2013, apenas três anos depois, este número havia caído para 7% (TRADING ECONOMICS, 2015). Por este percurso, atualmente, a modernização no leste asiático relaciona o passado com o presente. O êxodo rural no Japão tem produzido uma clara modificação no perfil dos movimentos sociais e na preferência do eleitorado: as ruas já não são monopólio de pacifistas ou de movimentos contrários ao uso de energia nuclear. O Japão observa o renascimento de movimentos de massa com presença em rua ligados às causas conservadoras, à xenofobia e ao racismo (e.g. protestam contra a presença de coreanos e chineses no país). Ademais, a China e o Japão assistem ao acelerado envelhecimento de suas

populações o que, não raro, também traduz-se em voto conservador. Esses dados conduzem à constatação anti-intuitiva de que o regime chinês constituir-se enquanto hegemonia inclusiva — caracterizado por estabelecer critérios discricionários à participação política (DAHL, 1997, p. 30) — seja bom para o equilíbrio internacional. Afinal, caso fosse possível a contestação aberta, característica da poliarquia (DAHL, 1997, p. 31), com toda a possibilidade teríamos governos conservadores chauvinistas em ambos os países e, eventualmente, a guerra seria inevitável.

Importa salientar que o processo de ocidentalização (democracia/poliarquia) nessas sociedades é recente. No Japão e em Taiwan o regime de partido único (hegemônico) só cedeu lugar ao pluralismo representado, com efetiva possibilidade de alternância, em 1993 e 1996 — data em que em Taiwan houve a primeira eleição direta e no Japão houve alternância de poder efetiva respectivamente. Daí em diante as eleições passaram a importar para a sua PES, mas o problema é que ela tornou-se um aspecto central das eleições (senão o principal). Por esse percurso a PES tornou-se matéria plebiscitária e não política de Estado, como seria desejável. Por sua vez, se de um lado tranquiliza saber que na China a ascensão pacífica do país é política de Estado, por outro lado, cumpre observar que ela tem se convertido em uma hegemonia inclusiva cada vez mais aberta e, como tal, suscetível ao clamor das multidões. O fim da Comunidade do Leste Asiático, em decorrência das ferozes manifestações antijaponesas, serve como exemplo da embriaguez das ruas guindada à condução da política externa. Quase todos os desdobramentos da política externa regional, desde então — a Parceria Trans-Pacífico (TPP), o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), o aumento exponencial do orçamento militar japonês e o progressivo envolvimento do Japão com as Filipinas — vieram na esteira da crise das Diaoyu/Senkaku.

A ocidentalização do leste asiático — a progressiva conversão dos regimes de partido único em poliarquias — coloca em questão o próprio legado de modernização (industrialização e urbanização). Bem-estar, distribuição do produto social, classes médias satisfeitas e expressivas numericamente são quesitos da estabilidade de qualquer poliarquia. O CDE é o elo entre a progressiva ocidentalização do leste e a crise da modernização. Em termos práticos, evidencia-se nas disputas envolvendo o Mar do Leste e o Mar do Sul da China: claro legado das duas guerras sino-japonesas. A energia nuclear poderia mitigar o problema ao menos no que tange a geração de energia elétrica. Mas ela está em crise no Japão, em virtude de Fukushima, e em Taiwan o projeto de ampliar o número de usinas nucleares de seis para oito foi obstruído pela oposição (WORLD NUCLEAR ASSOCIATION, 2015a). Em Taiwan, a construção de usinas nucleares teve início ainda com os “10 Grandes Projetos de

Construção” do governo de Jiang Jinguo (1978–1988). Hoje 18% das necessidades de energia do país são atendidas por esta fonte (WORLD NUCLEAR ASSOCIATION, 2015b). De qualquer modo, atualmente a ilha se vê obrigada a importar 97% da energia que necessita (WORLD NUCLEAR ASSOCIATION, 2015b). Já no Japão, a situação é um pouco melhor: o país importa 84% de sua energia (WORLD NUCLEAR ASSOCIATION, 2015a). Mas talvez sua dependência aumente devido ao problema com Fukushima que colocou em debate a manutenção das usinas nucleares — atualmente 30% da energia gerada no próprio país provém dessa fonte (WORLD NUCLEAR ASSOCIATION, 2015a). As dificuldades energéticas estruturais destas comunidades, associada a crescente carência de mão de obra, colocam a indústria em cheque. E a aparente inexorabilidade da desindustrialização coloca o desafio de construir a arquitetura de um novo tipo de sociedade, baseada na informação e no conhecimento, cujos principais ativos seriam a pesquisa e o desenvolvimento, a gestão de marcas e patentes, serviços bancários e de comunicação e a produção de superprocessadores.

Por ora, os altos custos, sociais, políticos e ambientais relacionados ao custeio da energia, exacerbam as tensões causadas pelo êxodo rural acelerado e o envelhecimento crescente da população, que se somam à falta de mão de obra, à xenofobia contra imigrantes e às fragilidades do sistema político e eleitoral. No caso do Japão, esses problemas são agravados pelo envelhecimento da população: 25% do total encontra-se acima dos 65 anos. No caso de China e Taiwan, apenas 10% da população encontra-se acima dessa faixa, mas o prognóstico é de que em breve juntem-se ao Japão, com os idosos constituindo 1/3 de sua população — isso é atestado pelo fato da China discutir a flexibilização da política do filho único. Esses elementos conjugados, ou ainda que tomados separadamente, já constituem-se em fonte não negligenciável de tensão. Contudo, há um agravante: a ruptura do modelo de negócios e serviços baseado em um modelo de rede para um padrão mais territorial.

O transbordo do sistema de subcontratação japonês além-fronteiras deu-se ainda em princípios da década de 1970. Progressivamente passou a incluir os Tigres Asiáticos (Hong Kong, Cingapura, Taiwan e Coreia do Sul), daí irradiou-se para o sudeste da Ásia e, posteriormente, passou a incluir a China continental e a Índia (MAGNO et al, 2011b). O modelo facultado pela produção flexível, que permitiu desnacionalizar a base industrial, é baseado em uma estratificação que constringe a competição a uma ampla margem de cooperação; limitando-a a disputar a posição na hierarquia. Assim, a despeito de juridicamente privado, continha uma forte lógica cooperativa. Fazia parte da racionalidade dos negócios reduzir os custos, ampliar a margem de lucros subcontratando, adquirindo um número maior de empresas afiliadas que, por sua vez, reproduziriam a lógica do sistema daí

em diante. O pressuposto contido nesse tipo de associação era uma orientação política dada pela associação de banqueiros e zaibatsu, que dirigiam a produção do sul e sudeste da Ásia para Oriente Médio e África, ocasionalmente Europa (leste da Rússia) e do leste asiático para EUA e Europa. Praticamente inexistia uma competição entre os bancos, agências estadunidenses, britânicas, japonesas, taiwanesas, de Hong Kong ou mesmo de Xanghai. Operavam essencialmente com as mesmas empresas, variando apenas o tipo de transação: se créditos de fomento, custeio, importação ou exportação. Essencialmente com um perfil desterritorializado, eventualmente muitos dos mitos relacionados à globalização podem ter surgido dessa experiência asiática.

A cadeia de comensais, estabelecidas entre as empresas, inicialmente reproduziu-se entre os Estados. O Japão foi o primeiro país da região a reconhecer diplomaticamente a China Popular e a apoiar para tomar o lugar da República da China (Taiwan) no Conselho de Segurança da ONU, o que foi feito ainda em 1972. A seguir, em 1978, firmou o tratado de paz com a China, reconhecendo o princípio de uma só China em termos ainda mais estritos que os EUA: de que Beijing era sua capital. A contrapartida não tardou, quando em virtude de seu confronto fronteiriço, o Vietnã invadiu o Camboja e — com o espectro de uma Indochina reunificada sob a égide do primeiro — ameaçou por fim ao cordão sanitário que protegia os subcontratados japoneses (Tailândia, Birmânia, Malásia, Cingapura), a China passou a ação militar e neutralizou os vietnamitas. Em 1989, após os distúrbios de Tianamen, chegou a ensaiar-se (e efetivar-se no que tange a armamentos) um boicote à China e seus produtos. Foi a vez de o Japão mobilizar-se e, em um comportamento invulgar, “dizer não”, o que acabou por inviabilizar o intento e permitir que, a despeito da tragédia, a política de abertura seguisse em frente.

Atualmente a reforma do poder de voto da China no Banco de Desenvolvimento da Ásia (ADB) — que, como em todo sistema de crédito multilateral, corresponde proporcionalmente a participação de capital —, é crucial para este país dar andamento a seus dois grandes projetos: a “Rota da Seda” e o “Cinturão de Prosperidade” em seu entorno. Entretanto, a recente recusa dos EUA em permitir essa revisão da participação acionária levou a China a criar o AIIB. Apenas Madeleine Albright parece ter se dado conta da gravidade da situação. A ex-secretária de Estado estadunidense, em evento do Center for Strategic and International Studies (CSIS), criticou veementemente a inviabilização de uma participação mais igualitária da China no ADB, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), e afirmou que os EUA cometeram um erro em não aceitar o convite para ingressar no AIIB (ALBRIGHT apud RAPOZA, 2015, p. 1). A despeito dos eufemismos característicos da

diplomacia, sua fala deixa a entrever o risco de uma competição entre bancos de fomento converter-se em uma competição intercorporativa e, eventualmente na exacerbação das tensões interestatais. Recentemente, o magnata George Soros — um dos principais promotores da criação de “sociedades abertas” — saiu em defesa da China, indo mais longe: propondo que os EUA aceitem o yuan como parte da cesta de moedas de reserva mundiais. Soros foi mais explícito que Albright: vaticinou que se não agirem desse modo, “em dez anos teremos uma guerra mundial” (SOROS apud ROBB, 2015, online).

De fato, o que poucos parecem ter percebido, caso de Albright e Soros, é que a competição entre bancos de fomento traz de volta ao mundo empresarial a lógica territorial, que antes era compartilhada apenas pelos Estados. Importa salientar que a credibilidade do prognóstico de Amitav Acharya (2003) acerca do futuro da região, baseava-se, em grande medida, na crença em torno da possibilidade da transferência do conteúdo ético das relações interempresariais, cooperativas, em rede para o comportamento dos Estados. E, em contrapartida, o equívoco principal de Aaron Friedberg (1994) consistia exatamente em ignorar esta realidade: que o modelo empresarial associativo distinguia as demandas patrimoniais de segurança na Ásia àquelas estabelecidas na Europa antes das duas guerras mundiais. Por isso, Acharya previu um futuro róseo sem hegemonias na Ásia e Friedberg, que o leste asiático estaria fadado a reproduzir as conflagrações do velho continente.

A realidade geralmente foge dos extremos. É possível que Acharya e Friedberg estivessem errados no passado e que eventualmente estejam no presente. Contudo, é forçoso reconhecer que nem tanto o passado da Europa, mas o espectro de meados da década de 1920 e do início dos anos 1930 parece assombrar a região. Durante a década de 1920, mesmo sobre o domínio dos senhores da guerra — ou talvez justamente por isso —, a China beneficiou-se de um processo de industrialização em medida considerável de capitais oriundos de bancos japoneses. A crise bancária de 1927 (Crise Financeira Showa), que faliu os bancos privados no Japão, deu origem ao controle do zaibatsu na economia. Por sua lógica territorial — afinal as indústrias chinesas concorriam com as deles — os zaibatsu inviabilizaram as tratativas de paz levadas a cabo na época por Jiang Jieshi e Tanaka Giichi. Em 1928, agentes do exército Kwantung assassinaram Zhang Zuolin, principal aliado do Japão na Manchúria e, em 1931, teve início a invasão japonesa.

Em 1997, a crise asiática teve para o sistema bancário um efeito análogo ao da Crise Showa nos anos de 1930. Os Tigres quebraram e a rede fragmentou-se. Os *chaebols* sul-coreanos passaram a ser controlados de início por estadunidenses, depois por seus próprios empregados e afiliados, retomando-os das mãos de Wall Street. Em 2001, a Coreia havia se

recuperado, com ela o sudeste da Ásia, mas em grande medida, graças à abertura do gigantesco mercado chinês, com uma política de déficit planejado. E, mais uma vez, o capital seguiu sua lógica de perseguir vantagens comparativas (menores custos). Quando se deu a crise de 2008, a China já estava em posição de oferecer ajuda a seus vizinhos e, mais importante, de celebrar os acordos que permitiu ao Japão — naquela ocasião — recuperar-se ainda da crise de 1986, voltando a crescer e exportar. Neste curto período (2009–2012), o Japão chegou a acumular superávit em seu comércio com a China.

Atualmente China e Japão são muito diferentes do que eram nos anos 1930. Os fundamentos da crise atual — conquanto seja possível estabelecer analogias como a feita acima — também são muito diferentes. Desta feita, as tensões parecem originar-se mais do processo de ocidentalização do que, propriamente, apenas da modernização e sua crise — ainda que não se possa menosprezar, nos termos referidos, o impacto da desindustrialização sobre as sociedades japonesa e taiwanesa. Trata-se de um processo intrincado e complexo, que não parece admitir soluções simplificadoras. A aplicação direta da normatividade contida na teoria da “paz democrática”, por exemplo, seria a receita acabada da guerra. Contudo, tratam-se de sociedades plurais, urbanas e complexas extremamente estratificadas que não têm como prescindir da democracia, seja como valor estratégico — para efeitos de inserção no SI — ou enquanto valor comunitário — forma de internamente administrar os custos da transição tecnológica. A julgar pelos resultados do 18º Congresso (que elegeu Xi Jinping), a democratização é inexorável na própria China.

Parece estar-se diante de um ciclo vicioso, em que a democratização alimenta decisões plebiscitárias em política externa, tomadas sobre a pressão das ruas. Contudo, talvez a raiz do idealismo de Acharya contenha a solução normativa — ainda que não de um processo espontâneo decorrente da racionalidade corporativa, mas enquanto artifício humano fundado pela consciência. A ação dos estadistas poderá, se o risco da guerra — e seus custos — ficar suficientemente claro, conduzir ao que parece ser a única alternativa: a integração regional. Entretanto, não se trata de uma mera integração econômica, que só exacerbaria as tensões — eventualmente contribuindo ainda mais para a guerra —, mas de uma integração política. A alternativa visível é aquela vislumbrada ainda por Montesquieu: a federalização do leste asiático. Sem as garantias dadas pela existência de um sujeito jurídico comum, com mecanismos fiscais e tributários que permitam financiamento cruzado para a gestão de custos, parece improvável que Taiwan e Japão possam constituir-se enquanto sociedades da informação, cujos principais ativos seria a tecnologia e o conhecimento. Logicamente, teriam de compreender que este caminho está interdito à China: mesmo que este país deixe de ser

primordialmente uma plataforma de exportação (como é o seu desejo), não existem recursos, sejam de serviços ou conhecimento, capazes de ocupar — gerar emprego e renda — a população chinesa prescindindo da indústria. A China, por outro lado, a despeito de seus graves problemas, tem o dever de assumir a responsabilidade — seja por deter o CDE, os recursos naturais (maior detentor de terras raras e 4º maior produtor de petróleo) até demográficos (bastaria flexibilizar a lei do filho único) — de assumir a missão de liderar, o que envolve uma ruptura de sua política declarada de não aspirar à hegemonia. É absolutamente incoerente a assertividade chinesa e sua política declaratória. Assumir responsabilidades regionais também implicará em custo no que tange em estabilizar a península coreana e o sudeste da Ásia. Conquanto pareça utópica a federalização, a 2ª GSJ parece servir como alerta eloquente dos custos da alternativa. Acabaram-se os anos da integração de empresas ou de partidos: ou bem os Estados que detenham o monopólio das forças retomam esta agenda, ou ela se estabelecerá sobre as ruínas de uma 3ª GSJ. Mas, então, os próprios fundamentos do Sistema Internacional poderão ser irreversivelmente comprometidos, do mesmo modo que se deu com a 2ª GSJ. Desse modo, assim como a 2ª GSJ se deu na esteira da incompatibilidade entre o antigo sistema colonial e os sistemas de governança estabelecidos no entre guerras, uma possível 3ª GSJ se daria devido à incompatibilidade entre o processo de ocidentalização e a ausência de um sistema de governança regional. Seria necessário compatibilizar o desenvolvimento dos países da região em torno de um compromisso com a sua estabilidade, aos moldes do que foi realizado no breve consenso que havia entre as décadas de 1970 e 1980 entre China, Japão e EUA, porém desta vez estabelecido em termos institucionais, inseridos como política de Estado nestes países, para que não se torne alvo de um populismo plebiscitário durante as eleições.

Nesse sentido, a pesquisa levantou pontos que ainda estão em aberto e que podem constituir uma futura agenda de pesquisas. A relação entre a crise do capital bancário e o capital industrial da burguesia burocrática como elemento da territorialização dos investimentos japoneses na década de 1930. Este fenômeno, além de ter alçado o zaibatsu a uma posição de grande influência nos rumos do Japão, também pode representar um conflito dentro da própria burguesia japonesa. Os indícios dessa hipótese podem ser encontrados na mudança brusca da política externa com ênfase na relação econômica com a China na década de 1920, para uma política externa baseada no controle territorial dos ativos investidos no continente. Desse modo, faz-se necessário uma pesquisa mais aprofundada no que se refere à relação do capital bancário nos investimentos japoneses na China e a peso relativo da Crise Financeira Showa para a 2ª GSJ.

Nesse sentido, outro ponto a ser abordado em pesquisas futuras é a influência da 2ª GSJ e do Modo Asiático de fazer a guerra para a constituição da EOD chinesa para a guerra nuclear. Conforme a pesquisa atual verificou, a utilização da engenharia, baseada principalmente em túneis, durante a 2ª GSJ será um dos elementos distintivos do modo asiático de fazer a guerra. A China iria, após a guerra, aprimorar a utilização dos túneis, tornando a base para a sua defesa no caso de uma conflagração nuclear. Além disso, a disposição desta infraestrutura, a chamada 3ª linha de defesa, coincide com o território onde o Guomindang deteve o avanço japonês durante a guerra, como exposto no segundo capítulo. Ainda hoje os túneis consistem na base da defesa da China, a chamada “Muralha Subterrânea”. Assim, faz-se necessária uma investigação mais aprofundada da influência da 2ª GSJ na constituição da 3ª Linha de Defesa e na EOD chinesa hodierna.

Por fim, ainda se faz objeto de futuras investigações as tentativas de Jiang Jieshi em fazer a paz com o Japão. Pelo que a pesquisa pode levantar, Jiang tentou chegar a um acordo com o Japão ao menos três vezes 1927, 1939 e 1940. Não estão claros ainda os motivos da recusa do Japão em chegar a um acordo com a China, visto que Jiang estava disposto a aquiescer a quase todas as demandas japonesas. Do mesmo modo, ainda é necessário aprofundar a pesquisa sobre os motivos de Jiang para propor este acordo em três momentos, visto que o seu resultado seria a cessão de parte da soberania chinesa ao Japão.

REFERÊNCIAS

- ACHARYA, Amitav. Will Asia's Past Be Its Future? **International Security**, v. 28, n. 3, p. 149–164, Winter, 2003/2004.
- ADAMS, John A. **If Mahan Ran The Great Pacific War**. Bloomington: Indiana University Press, 2008.
- AP. **Japan's Poison Gas Used Against China**. The Free Lance-Star, 06 de outubro de 1984, pp 9. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=1298&dat=19841006&id=7OoQAAAAIABAJ&sjid=-YsDAAAIAIBAJ&pg=6759,788785&hl=pt-BR>>
- BARKER, A. J. **Midway**: Holocausto nipônico. Rio de Janeiro: Rennes, 1976.
- BARKER, A. J. **Pearl Harbor**. Rio de Janeiro: Rennes, 1973.
- BARNOUIN, Barbara; YU, Changgen. **Zhou Enlai**: A political life. Hong Kong: Chinese University Press, 2006.
- BELL, P. M. H. **Twelve Turning Points of the Second World War**. New Haven, EUA: Yale University Press, 2011.
- BIRD, Eric C. F.; DUBOIS, Jean-Paul; ILTIS, Jacques A. **The Impacts of Opencast Mining on the Rivers and Coasts of New Caledonia**. Tóquio: United Nations University Press, 1984. Disponível em: <<http://archive.unu.edu/unupress/unupbooks/80505e/80505E00.htm>>. Acesso: 17 jun. 2015.
- BOOT, Max. La nueva forma estadounidense de hacer la guerra. Foreign Affairs En Español, Cidade do México, v. 3, n. 3, p.29-45, Julho-Setembro 2003.
- BUCHANAN, Patrick J. **Churchill, Hitler e a “Guerra Desnecessária”**. Rio de Janeiro: Pocket Ouro, 2010.
- BURRELL, Robert S. **The Ghosts of Iwo Jima**. Austin: A&M University, 2006.
- CARTER, Carolle J. **Mission to Yennan**. Lexington: University Press of Kentucky, 1997.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **CIA World Factbook China**. June 18, 2015. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>>. Acesso: 21 jun. 2015.
- CHINA'S Urban Population Exceeds Countryside for First Time. **Bloomberg**, Jan. 17, 2012. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/articles/2012-01-17/china-urban-population-exceeds-rural>>. Acesso: 17 jun. 2015.
- COOX, Alvin D. **NOMONHAN: Japan Against Russia**. Stanford: Stanford University Press, 1990.
- COOX, Alvin D. **Tojo**. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1976.
- DAHL, Robert A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

- DAVID, Saul. **War: From Ancient Egypt to Iraq**. London: Dorling Kingsley, 2009.
- DEHUI, Peng. **Memoirs of a Chinese Marshal: The Autobiographical Notes of Peng Dehuai (1898-1974)**. Honolulu: University Press of the Pacific, 1984.
- DoD (Department of Defense). **Dictionary of Military and Associated Terms**. Washington: Department of Defense, 2014.
- DoD (Department of Defense). **Joint Operational Access Concept**. Washington: Department of Defense, 2012.
- DREA, Edward J. **Nomonhan: Japanese-Soviet Tactical Combat, 1939**. Fort Leavenworth: Combat Studies Institute; U.S. Army Command and General Staff College, 1981.
- DUNNIGAN, James F. **How to Make War: A Comprehensive Guide to Modern Warfare in the 21st Century**. Nova Iorque: Quill, 2003.
- EASTMAN, Lloyd et al. **The Nationalist era in China, 1927–1949**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- EVANS, David; PEATTIE, Mark. **Kaigun: Strategy, Tactics and Technology in the Imperial Japanese Navy 1887–1941**. Annapolis: Naval Institute Press, 2012.
- FEDDERSEN, Gustavo Henrique. **China e Taiwan: evolução das relações interestreito**. 2013. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) — Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/96375>>. Acesso: 21 jun. 2015.
- FRANCILLON, R. J. **Japanese Aircraft of the Pacific War**. Londres: Putnam & Company, 1970.
- FRIEDBERG, Aaron L. Ripe for Rivalry: Prospects for Peace in a Multipolar Asia. **International Security**, Vol. 18, No. 3, p. 5-33. Winter 1993-1994. Disponível em: <<http://bit.ly/1CGNmWn>>. Acesso em: 12 abr. 2015.
- FRIEDRICH, Jörg. **Yalu: À Beira da Terceira Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.
- FUCHIDA, Mitsuo; OKUMIYA, Masatake. **Midway**. São Paulo: Livraria Editora Flamboyant, 1967.
- FURTADO, Celso. **A Fantasia Organizada**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- FURTADO, Celso. **A Pré-Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1962.
- FURTADO, Celso. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1975.
- FURTADO, Celso. **Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- GAO, Wenqian. **Zhou Enlai: o último revolucionário perfeito**. Rio de Janeiro: Record, 2011

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

GOLDMAN, Stuart D. **Nomonhan, 1939: the Red Army's victory that shaped World War II**. Annapolis: Naval Institute Press, 2012.

GOSSET, David. Weiqi: A symbol of the Chinese experience. **Asia Times Online**. 06 de janeiro de 2010. Disponível em <<http://www.atimes.com/atimes/China/LA06Ad03.html>>

GREAVES, Percy, L. **Pearl Harbor: The Seeds and the Fruits of Infamy**. Alabama: Ludwig von Mises Institute, 2010.

HALL, John Withney. **El Imperio Japonés**. Madrid: Siglo Veintuno Editores, 1985.

HOLMES, James R. China's Underground Great Wall. **The Diplomat**. 20 de Agosto de 2011. Disponível em : <<http://thediplomat.com/2011/08/chinas-underground-great-wall/>>

HOSOKI, Shigetoki. A Batalha de Iwo Jima. In: KURIBAYASHI, Tadamichi; YOSHIDA, Tsuyuko. **Cartas de Iwo Jima**. São Paulo: JBC, 2007.

HOTTA, Eri. **Pan-Asianism and Japan's War 1931–1945**. New York: Palgrave Macmillan, 2007. (Palgrave Macmillan transnational history series).

HSI-SHENG, Ch'i. The military dimension, 1942–1945. In: HSIUNG, James C. (ed.); LEVINE, Steven I. (ed.). **China's bitter victory: the war with Japan, 1937–1945**. New York: M. E. Sharpe, 1992. cap. 7.

HSIAO, L.C. Russell. China's "Underground Great Wall" And Nuclear Deterrence. **China's brief**. The Jamestown Foundation. V. IX, n 25 16 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.jamestown.org/uploads/media/cb_009_73.pdf>

HUNTINGTON, Samuel. **A Ordem Política nas Sociedades em mudança**. São Paulo: USP, 1975.

HUNTINGTON, Samuel. **O Choque de Civilizações**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

JACOBS, Eli. China's Underground "Great Wall": A Success for Nuclear Primacy. **Center for Strategic & International Studies (CSIS)**. 25 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://csis.org/blog/chinas-underground-great-wall-success-nuclear-primacy>>

JAPAN. Ministry of Internal Affairs and Communications. **Final Report of the 2000 Population Census**: statistical tables presented in the report. 2000. Disponível em: <<http://www.e-stat.go.jp/SG1/estat/ListE.do?bid=000000030587&cycod=0>>. Acesso: 21 jun. 2015.

KARBER, Phillip. **Strategic Implications of China's Underground Great Wall**. Georgetown University, Asian Arms Control Project, 2011. Disponível em: <http://fas.org/nuke/guide/china/Karber_UndergroundFacilities-Full_2011_reduced.pdf>

KENNEDY, Robert. **Luta por um mundo melhor**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1968.

KEOHANE, Robert. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

- KERR OLIVEIRA, Lucas. **Energia como Recurso de Poder na Política Internacional: os desafios da Geopolítica do Petróleo e o papel do Centro de Decisão Energética**. 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- KERSHAW, Ian. **Dez Decisões que Mudaram o Mundo: 1940–1941**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- KOENIG, William J. **Ponte Aérea para a China**. Rio de Janeiro: Renes, 1977.
- KRIEG, E. **Mao Tsé-Tung: O imperador vermelho de Pequim**. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, [s.d.].
- KURIBAYSHI, Tadamichi; YOSHIDA, Tsuyuko. **Cartas de Iwo Jima**. São Paulo: JBC, 2007.
- LEBRA, Joyce Chapman. **The Indian National Army and Japan**. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, 2008.
- LECKIE, Robert. **Desafio no Pacífico**. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.
- LÜTHI, Lorenz. **The Vietnam War and China's Third-Line Defence Planning Before The Cultural Revolution, 1964-1966**. In.: *Journal of Cold War Studies*. Volume 10, nº1, Inverno 2008, pp.: 26-51.
- MACKINNON, Stephen R. The Defense of the Central Yangtze. In: PEATTIE, Mark; DREA, Edward; VEN, Hans Van de. **The Battle for China**. Stanford: Stanford University Press, 2011.
- MACKINNON, Stephen R. **Wuhan, 1938: War, Refugees, and the making of Modern China**. Los Angeles: University of California Press, 2008.
- MAGNO, Bruno et al. Caminhando entre gigantes: a inserção internacional dos Tigres Asiáticos e dos países da ASEAN. **Revista InterAção**, v. 2, p. 125–141, 2011b.
- MAGNO, Bruno et al. O processo de integração do Leste Asiático sob a perspectiva japonesa. **Revista Perspectiva**, v. 4, p. 109–124, 2011.
- MAGNO, Bruno. Relações China e Japão: Evolução no Âmbito da Cooperação e Integração Regional. **Revista Perspectiva**. v. 5, n. 9, p. 73–85, ago./set. 2012.
- MAO, Zedong. Análise das Classes na Sociedade Chinesa (1926). In: MAO, Tsetung. **Obras Escolhidas**, vol 1. São Paulo: Alfa-Omega, 2011a.
- MAO, Zedong. Revolução Chinesa e o Partido Comunista da China. In: MAO, Tsetung. **Obras Escolhidas**, vol 2. São Paulo: Alfa-Omega, 2011b.
- MAO, Zedong. Sobre a Contradição (1937). In: MAO, Tsetung. **Obras Escolhidas**, vol 1. São Paulo: Alfa-Omega, 2011a.
- MAO, Zedong. Sobre a Democracia Nova (1940). In: MAO, Tsetung. **Obras Escolhidas**, vol 2. São Paulo: Alfa-Omega, 2011b.

- MARSHALL, S.L.A. **Pork Chop Hill**. Nova Iorque: Berkley, 2000.
- MARTIN, Robert Montgomery. **China; Political, Commercial, and Social; in an official Report to Her Majesty's Government**, vol. 2. Londres: James Madden, 1847.
- MARTINS, José Miguel Quedi. A Longa Marcha da Revolução Chinesa. In: VISENTINI, Paulo G. Fagundes et al. **Revoluções e Regimes Marxistas**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013a.
- MARTINS, José Miguel Quedi. Considerações Finais. In: MARTINS, José Miguel Quedi (Org.). **Relações Internacionais Contemporâneas 2012/2**: estudos de caso em política externa e de segurança. 1. ed. Porto Alegre: Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia, 2013. 198p. (Série Cadernos ISAPE)
- MARX, Karl. Deslocamentos do Centro de Gravidade Mundial. **Marxist Internet Archive**, 2003 [1850]. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1850/02/deslocamento.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2015.
- MATTOS, Gen. Meira. **Estratégias Militares Dominantes**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986.
- MCLYNN, Frank. **The Burma Campaign: Disaster into triumph 1942–45**. New Haven and London: Yale University Press, 2010.
- MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2001.
- MIYAZAKI, Sílvio Yoshiro Mizuguchi. **As Origens do Investimento Japonês na Ásia: Um estudo do período pré Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Annablume, 2009.
- MOUNSEY, Augustus H. **The Satsuma Rebellion: an episode of modern Japanese history**. London: John Murray, 1879.
- NAKAMURA, Kichisaburo. **The Formation of Modern Japan as viewed from legal history**. Honolulu: East West Center Press, 1962.
- NYE Jr, Joseph S. **Soft Power**. Nova Iorque: Public Affairs, 2004.
- O'BRIEN, Phillips Payson. Britain and the end of the Anglo-Japanese Alliance. In: O'BRIEN, Phillips Payson. **The Anglo-Japanese Alliance, 1902–1922**. Londres: Routledge Curzon, 2004.
- OI, Atsushi. The Japanese Navy in 1941. In: GOLDSTEIN, Donald M.; DILLON, Katherine V. **The Pacific War Papers: Japanese Documents of World War II**. Virginia, EUA: Potomac Books, 2004. p. 4–31.
- OKA, Yoshitake. **Konoe Fumimaro: A political Biography**. Lanham: Madison Books, 1992.
- PAINE, S. M. C. **The Wars For Asia, 1911–1949**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- PARSHALL, Jonathan; TULLY, Anthony. **Shattered Sword: The Untold History of the Battle of Midway**. Dulles: Potomac Books, 2005.
- PEATTIE, Mark R. **Sunburst: The Rise of Japanese Naval Air Power, 1909–1941**. Annapolis: Naval Institute Press, 2001.

RAPOZA, Kenneth. Washington's Lobbying Efforts Against China's 'World Bank' Fail As Italy, France Welcomed Aboard. **Forbes**, April 3, 2015. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/kenrapoza/2015/04/03/washingtons-lobbying-efforts-against-chinas-world-bank-fail-as-italy-france-welcomed-aboard/>>. Acesso: 21 jun. 2015.

RECORD, Jeffrey. **Japan's Decision for War in 1941**: Some enduring lessons. Carlisle, EUA: Strategic Studies Institute, 2009.

REIS, João Arthur da Silva; PEZZI, Júlia; MAGNO, Bruno. A “Perda” da China: Os Erros Estratégicos Estadunidenses. In: EERRI. **Anuário do Encontro Estudantil Regional de Relações Internacionais**, Santana do Livramento, v. 1, n. 1, p. 111–136, 2012.

ROBB, Greg. Soro's sees a risk of another world war. **Market Watch**, May 19, 2015. Disponível em: <<http://www.marketwatch.com/story/soros-sees-risk-of-another-world-war-2015-05-19>>. Acesso: 21 jun. 2015.

ROBERTS, J. A. G. **História da China**. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2011.

ROBERTS, Thomas C. *The Chinese People's Militia and the Doctrine of People's War*. Washington: National Defense University Press, 1983.

ROTTMAN, Gordon L. **Japanese Army in World War II**: Conquest of the Pacific 1941–42. Oxford: Osprey Publishing, 2005. (Battle Orders).

ROTTMAN, Gordon L. **World War II Pacific island guide**: a geo-military study. Foreword by Benis M. Frank. Westport: Greenwood Press, 2002.

SAALER, Sven. Pan-Asianism in modern Japanese history: overcoming the nation, creating a region, forging an empire. In: SAALER, Sven (Ed.); KOSCHMANN, J. Victor (Ed.). **Pan-Asianism in Modern Japanese History**: colonialism, regionalism and borders. London: Routledge, 2007. p. 1–18.

SCHULZINGER, Robert. **American diplomacy in the twentieth century**. New York: Oxford University Press, 1990.

SHERMAN, Stephen. The Flying Tigers: Claire Chennault and the American Volunteer Group. **Acepilots.com**, April, 2000. Disponível em: <http://acepilots.com/misc_tigers.html>. Acesso em: 17 jun. 2015.

SHIGEMITSU, Mamoru. **Japan and Her Destiny My Struggle For Peace**. Nova Iorque: E.P. Dutton & Co. Inc., 1958.

SILVA, Athos Munhoz Moreira da. **As Relações entre República Popular da China e o Japão**: Da guerra fria à interdependência. 2012. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) — Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/71700>>. Acesso: 21 jun. 2015.

SMITH, Robert Ross. Luzon ou Formosa 1944. In: EUA. Department of the Army. Office of the Chief of Military History. **As Grandes Decisões Estratégicas (II Guerra Mundial)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977. p. 456–457.

STILWELL, Joseph W.; WHITE, Theodore H (ed.). **The Stilwell Papers**. Nova Iorque: Da Capo, 1991.

SUN, Shuyun. **A Longa Marcha: A história do mito fundador da China comunista**. Porto Alegre: Arquipélago, 2007.

THOMPSON, Derek. The Economic History of the Last 2,000 Years in 1 Little Graph. **The Atlantic**, Jun. 19, 2012. Disponível em: <<http://theatlntc.com/1xF7siy>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

TOGO, Kazuhiko. **Japan's Foreign Policy, 1945–2003: The Quest for a Proactive Policy**. Leiden: Brill, 2005.

TOGO, Shigenori. **The Cause of Japan**. Nova Iorque: Simon & Shuster, 1956.

TOLAND, John. **In Mortal Combat Korea, 1950-1953**. Nova Iorque: Quill, 1991.

TRADING ECONOMICS. **Rural Population (% of total) in Japan**. 2015. Disponível em: <<http://www.tradingeconomics.com/japan/rural-population-percent-of-total-population-wb-data.html>>. Acesso: 21 jun. 2015.

TRADING ECONOMICS. **Urban Population (% of total) in Japan**. 2015. Disponível em: <<http://www.tradingeconomics.com/japan/urban-population-percent-of-total-wb-data.html>>. Acesso: 21 jun. 2015.

TUCHMAN, Barbara W. **A Marcha da Insensatez: De Troia ao Vietnã**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

TUCHMAN, Barbara W. **Stilwell and the American Experience in China, 1911–45**. Nova Iorque: Bantam Books, 1972.

US ARMY. **Chinese Communist Reference Material for Field Fortifications**. Far East Command, 1951.

US ARMY. **Field Manual nº 100-5 (FM 100-5) Operations**. Washington: Department of the Army, 1982.

USN (United States Navy). **AirSea Battle: Service Collaboration to Address Anti-Access & Area-Denial Challenges**. Millington: United States Navy, 2013.

VAN SLYKE, Lyman. The Chinese Communist movement during the Sino-Japanese War 1937–1945. In: FAIRBANK, John K.; FEUERWERKER, Albert. **The Cambridge history of China, vol. 13**. (Revised). Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

VIZENTINI, Paulo G. F. **História do Século XX**. Porto Alegre: Novo Século, 1998.

VIZENTINI, Paulo G. F. Bases Históricas da Crise Mundial. In: VIZENTINI, Paulo G. F. (org). **A Grande Crise**. Petrópolis: Vozes, 1992.

WAKABAYASHI, Bob Tadashi. Emperor Hirohito on Localized Agression in China. **Sino-Japanese Studies**. v. 4, n. 1, p. 4-27, 1991.

WALTZ, Kenneth N. **O Homem, o Estado e a Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WILSON, Dick. **When Tigers Fight: The story of Sino-Japanese war, 1937–1945**. Nova Iorque: Penguin Books, 1983.

WORLD NUCLEAR ASSOCIATION. **Nuclear Power in Japan**. Junho de 2015. Disponível em: <<http://www.world-nuclear.org/info/Country-Profiles/Countries-G-N/Japan/>>. Acesso: 21 jun. 2015.

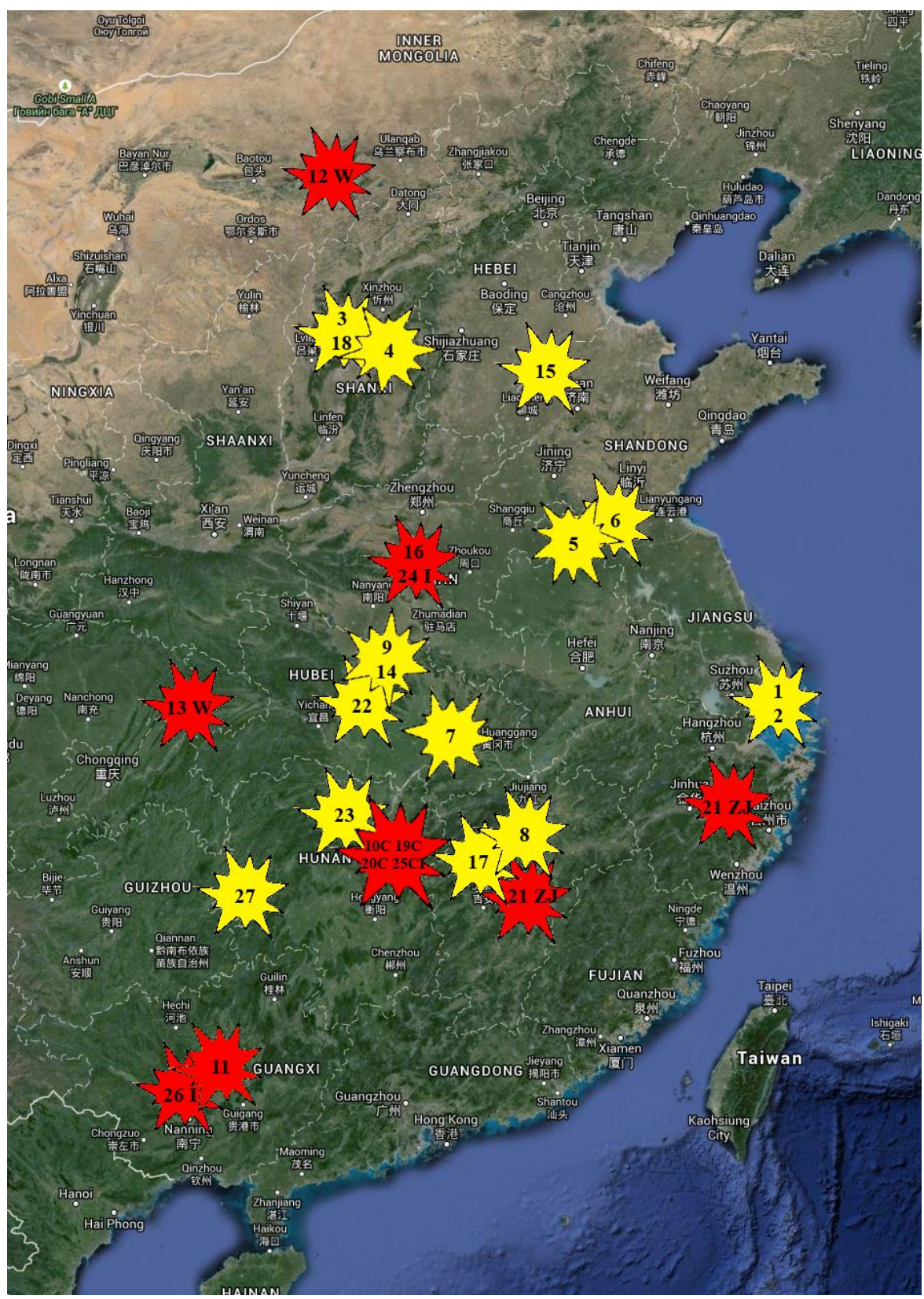
WORLD NUCLEAR ASSOCIATION. **Nuclear Power in Taiwan**. Maio de 2015. Disponível em: <<http://www.world-nuclear.org/info/Country-Profiles/Others/Nuclear-Power-in-Taiwan/>>. Acesso: 21 jun. 2015.

YAO, Yunzhu. A Dissuasão Nuclear: A perspectiva chinesa. **Air & Space Power**. Vol 21, No 4, 4º Trimestre 2009, 66-69.

ZHANG, Hui. The defensive nature of China's "underground great wall". **Bulletin of the Atomic Scientists**. 16 de janeiro de 2012. Disponível em: < <http://thebulletin.org/defensive-nature-chinas-underground-great-wall>>

ZHU, Xiaodong. Understanding China's Growth: Past, Present, and Future. **Journal of Economic Perspectives**, v. 26, n. 4, p. 103–124, Fall 2012.

ANEXO A — Mapa de campanhas e batalhas da Segunda Guerra Sino-Japonesa





Fonte: CARVALHO, Humberto; GOOGLE EARTH. Mapa de campanhas e batalhas da Segunda Guerra Sino-Japonesa. Porto Alegre: ISAPE, 2015.

Legenda:

- 1 — 1932: Batalha de Xangai
- 2 — 1937: Batalha de Xangai
- 3 — 1937: Batalha de Xinkou
- 4 — 1937: Batalha de Taiyuan
- 5 — 1938: Batalha de Xuzhou
- 6 — 1938: Batalha de Taierzhuang
- 7 — 1938: Batalha de Wuhan
- 8 — 1939: Batalha de Nanchang
- 9 — 1939: Batalha de Suixian-Zaoyang
- 10 C — 1939: Primeira Batalha de Changsha
- 11 — 1939: Batalha do Sul de Guangxi
- 12 W — 1940: Batalha do Oeste de Suiyuan
- 13 W — 1940: Batalha de Wuyuan
- 14 — 1940: Batalha de Zaoyang-Yichang
- 15 — 1941: Ofensiva dos Cem Regimentos
- 16 — 1941: Batalha do Sul de Henan
- 17 — 1941: Batalha de Shangao
- 18 — 1941: Batalha do Sul de Shanxi
- 19 C — 1941: Segunda Batalha de Changsha
- 20 C — 1941: Terceira Batalha de Changsha
- 21 ZJ — 1942: Campanha de Zhejiang-Jiangxi
- 22 — 1943: Batalha Oeste de Hubei
- 23 — 1943: Batalha de Changde
- 24 I — 1944: Batalha do Centro de Henan
- 25 C I — 1944: Quarta Batalha de Changsha
- 26 I — 1944: Batalha de Guilin-Liuzhou
- 27 — 1945: Batalha do Oeste de Hunan

- C — Changsha
- W — Ofensiva de Inverno
- ZJ — Campanha de Zhejiang-Jiangshi
- I — Operação Ichi-Go

-  — Batalhas
-  — Campanhas

ANEXO B — Tabela de conversão nomes chinês padrão Pinyin–Wade-Giles

Pinyin	Wade-Giles
Qing (Dinastia)	Ch'ing (dinastia)
Guomindang	Kuomintang
Pessoas	
Jiang Jinguo	Chiang Ching Kuo
Song Meiling	Soong May Ling
Jiang Jieshi	Chiang Kai-shek
Song Qiling	Soong Ching-ling
Sun Zhongshan	Sun Yat-sen
Song Ailing	Soong Ai-ling
Kong Xiangxi	Kung Hsiang-hsi
Song Ziwen	T. V. Soong
Zhang Zuolin	Chang Tso-lin
Yuan Shikai	Hung-hsien
Zhou Enlai	Chou Enlai
Wang Jingwei	Wang Chingwei
Li Hongzhang	Li Hung-chang
Locais	
Guangzhou (cidade)	Kwangchow
Guangdong (província)	Kwangtung
Guiyang	Kweiyang
Guilin	Kweilin
Liuzhou	Liuchow
Xinhua	Sinhwa

Pinyin	Wade-Giles
Cont.	
Chongqing	Chungking
Shandong	Shan-tung
Kiangsi	Jiangxi
RM Shenyang (Região Militar)	Manchúria
Rios	
Chang Jiang/Yangtzi	Rio Yangtze (Azul)
Huang He	Rio Amarelo

Fonte: elaboração própria.